

- 1 **Data:** 13 de Fevereiro de 2014
2 **Horário:** 08h30 às 18 horas
3 **Local:** Auditório da SESA.
4 **Endereço:** Rua Piquiri nº 170, Rebouças, Curitiba/PR.
5 **Conselheiros membros – Gestão 2012-2015**

	Nome		Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	Usuários			
1	Valton Witkowski	Justificativa	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Presente	Suplente	SINDPETRO
2	Maria Marucha S. Vettorazzi	Ausente	Titular	FETAEP
	Wilson de Souza Silva	Presente	Suplente	FETAEP
3	Jonas Braz	Presente	Titular	CUT
	Lucia Bretano Vogt	Justificado	Suplente	CUT
4	Ildemar Gorges	Presente	Titular	Força Sindical
	Junior Ribeiro da Silva	Ausente	Suplente	Força Sindical
5	Gildo Antônio Cabral Falcão	Presente	Titular	UGT
	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Suplente	UGT
6	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Edvirges de Oliveira	Ausente	Suplente	SINDNAPI
7	Livaldo Bento	Ausente	Titular	MOPS
	Sonia Maria Anselmo	Justificativa	Suplente	IMOPS
8	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Celso Luiz Gonçalves dos Santos Junior	Ausente	Suplente	ANEPS
9	Sandra Dolores de Paula Lima	Presente	Titular	Fórum ONG AIDS
	Marco Antonio Costa Pinheiro	Presente	Suplente	Fórum ONG AIDS
10	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDA
	João Maria Chagas	Presente	Suplente	IBDA
11	Amaury César Alexandrino	Presente	Titular	DEFIPAR
	Tânia Roseli Minusculi	Presente	Suplente	DEFIPAR
12	Lívia Diniz Sola	Presente	Titular	FAMOPAR
	Sérgio Ferreira Doszanet	Presente	Suplente	FAMOPAR
13	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	Presente	Titular	CMP
	Ozório Borges Neto	Ausente	Suplente	CMP
14	Genecilda Gotardo	Ausente	Titular	MST
	Adaíze Citron da Silva	Ausente	Suplente	MST
15	Márcia Beghini Zambrim	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Antonio Pitol	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
16	Clarice Siqueira dos Santos	Justificativa	Titular	Pastoral da Criança
	Erica Ana Hobold	Presente	Suplente	Pastoral da Criança
17	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA

18	Terezinha (Mãe Omin)	Ausente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Heliana Neves Hemeterio dos Santos	Presente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		Condição	Entidade
19	Mauricio Portella	Presente	Titular	CRF
	Nilson Hideki Nishida	Presente	Suplente	SINDIFAR-PR
20	Wanderli Machado	Presente	Titular	CRESSS
	Sirleide Ferreira de Mauro	Ausente	Suplente	AATO
21	Anaídes Pimental da Silva Orth	Ausente	Titular	CRP
	Rubia Daniela Thieme	Presente	Suplente	CRN
22	Antonio Rangel	Ausente	Titular	ABEN
	Nelson Mayrink Giansante	Presente	Suplente	CRM
23	Sonia Margarete Batista Frade Krachenski	Presente	Titular	CREFITO
	Vivien Midori Morikawa	Ausente	Suplente	CRMV
24	Mariangela de Assis Gomes Fortes	Presente	Titular	ABO
	Clayton Celestino Poitevin	Presente	Suplente	CRO
25	Giordano Pedro de Oliveira	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Presente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	Sebastião José de Oliveira	Ausente	Titular	SINDPREVS
	José Carlos Leite	Presente	Suplente	SINDPREVS
27	Irene Rodrigues dos Santos	Presente	Titular	FESSMUC
	Solange Izabel Marega Batista	Presente	Suplente	FESSMUC
	Prestadores de Serviços		Condição	Entidade
28	Rosita Márcia Wilner	Presente	Titular	FEMIPA
	Antonio Garcez Novaes Neto	Presente	Suplente	FEMIPA
29	Luiz Boligon	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Presente	Suplente	FEHOSPAR
30	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Presente	Titular	ACISPAR
	Késia Carolina Braga	Presente	Suplente	ACISPAR
31	Denise Akemi Mashima	Ausente	Titular	UEL
	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Suplente	UEL
32	Ely de Campos	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Ausente	Suplente	UEM
	Gestores		Condição	Entidade
33	Cristiane Martins Pantaleão	Presente	Titular	COSEMS
	Clodoaldo Fernandes dos Santos	Presente	Suplente	COSEMS
34	Sezifredo Paulo Alvez Paz	Presente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	José Carlos Silva de Abreu	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Rene Jose Moreira dos Santos	Presente	Titular	SESA
	Marise Gnatta Dalcuche	Presente	Suplente	SESA

36	Moacir Gerolomo	Presente	Titular	Ministerio da Saúde
	Luiz Carlos Mibach	Ausente	Suplente	Ministério da Saúde

6 **1. Expediente Interno**

7 **2. Ordem do Dia**

8 2.1 Aprovação da Pauta

8 2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora

Justificativas e substituições

1º Assunto: Aprovação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária do CES/PR e Aprovação das Atas das 201ª, 202ª, 203ª e 205ª Reuniões Ordinárias do CES/PR;

2º Assunto: Projeto de Lei nº 726/2013 – Institui a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS-PARANÁ.

9 **3. Informes**

3.1 Informes Gerais.

10 **Joelma (CMP)** verifica a existência de quorum e dá início à primeira reunião extraordinária do
11 Conselho Estadual de Saúde do Paraná na data de treze de fevereiro de dois mil e quatorze, horário
12 das oito e trinta às dezoito horas no auditório da SESA. Expediente Interno, ordem do dia, aprovação
13 da pauta: em regime de votação foi aprovada a pauta. **Maurício (Secretaria Executiva)** justifica as
14 ausências de Lucia Brentano Vogt, Livaldo Bento, Sônia Maria Anselmo, Clarice Siqueira dos Santos
15 e Valton Witkowski. Informa as indicações do COSEMS de Cristiane Martins Pantaleão como titular e
16 como suplente Clodoaldo F. dos Santos. O Conselho Regional de Farmácia do Paraná indica o novo
17 representante o Doutor Maurício Portella em substituição ao Doutor Cleiton de Oliveira Beloni. O
18 Crefito Oito indica a Doutora Sonia Margarete Batista Frade Krachenski em substituição à Doutora
19 Giseli Soares de Souza e o Mops indica a Senhora Sonia Maria Anselmo em substituição ao Senhor
20 Antonio Barrichelo, conselheiro suplente. **Joelma (CMP)** solicita que as pessoas que foram indicadas
21 como conselheiras que se apresentem: Sonia Margarete Batista Frade Krachenski se apresentou.
22 Cristiane Martins Pantaleão se apresentou. Maurício Portella se apresentou. **Joelma (CMP)**
23 cumprimenta a todos os novos conselheiros. **Joelma (CMP)** anuncia o primeiro assunto da pauta:
24 Aprovação da ata da quinta reunião extraordinária do Conselho. **Elaine (SindSaúde)** informa que na
25 quinta reunião extraordinária na linha cento e cinquenta e seis o Conselho estava discutindo a lei
26 orçamentária anual e diz simplesmente o seguinte: "Irene leu o texto básico da resolução e o
27 Plenário aprova". Informa que por se tratar de uma resolução a respeito de lei orçamentária, a
28 resolução que foi lida tem que ser incluído o texto, necessitando a inclusão do texto na ata, não
29 sendo possível a condição de votação. **Joelma (CMP)** informa que já havia sido feita esta indagação
30 à Secretaria Executiva de que teria que ter constado o texto correto da resolução. **Joelma (CMP)**
31 pergunta se é possível após esta inclusão colocar em regime de votação a ata da quinta reunião
32 extraordinária. Informa que em regime de votação os favoráveis a ata que levantem os seus crachás,
33 tendo duas abstenções a ata da quinta reunião extraordinária é aprovada. **Joelma (CMP)** informa se
34 há alguma consideração sobre a ata da ducentésima primeira reunião ordinária. **Elaine (SindSaúde)**
35 informa que na linha noventa e cinco tem a avaliação de uma comissão da Santa Casa de Londrina
36 que diz o seguinte: " A comissão apresenta relatório a respeito de denúncias feitas pelo SindSaúde",
37 **Elaine (SindSaúde)** comenta que não são denúncias, são verificações que o SindSaúde viu no
38 relatório de prestação de contas da Santa Casa dentro do Programa HOSPSUS, não são denúncias.
39 Dentro do relatório tem um planejamento estratégico da Santa Casa que revela pelos próprios
40 diretores da Santa Casa que havia uma série de problemas de gestão e de contratação de pessoal
41 do corpo médico e de infraestrutura inadequada. Comenta novamente que não são denúncias tendo
42 a necessidade de mudar este termo. Informa também que "é feita leitura do relatório de visita pelos
43 conselheiros" Comenta que este relatório não consta: estou pedindo a inclusão de que o relatório
44 faça parte da ata. **Joelma (CMP)** esclarece que é a Santa Casa de Londrina. **Leite (Sindprevs)**
45 comenta que na apresentação desse relatório ao Conselho foi também uma justificativa dos diretores
46 da Santa Casa, não tinha parecer da comissão, nós solicitamos na época que precisava o parecer
47 da comissão havendo a necessidade de inclusão desse parecer na ata. **Rosita (Femipa)** esclarece
48 que o documento em que o SindSaúde se embasou é o planejamento estratégico da Santa Casa.
49 Comenta que poderia constar como fatos levantados no planejamento estratégico da Santa Casa.
50 **Elaine (SindSaúde)** comenta que é o planejamento estratégico e o relatório padrão que a SESA

51 elaborou para o cumprimento das metas da Santa Casa deveria cumprir, sendo que algumas ela não
52 cumpriu (Santa Casa). Portanto tem que ter esses dois documentos: o planejamento e o relatório de
53 prestação de contas, de metas da Santa Casa de Londrina que integram a documentação do
54 HOSPSUS. Joelma pergunta se pode deixar esta ata para a próxima reunião para se fazer todos
55 esses adendos, todas essas colocações que faltaram e é encaminhada para todos os conselheiros e
56 na próxima reunião colocamos em apreciação? O Pleno concorda. **Joelma (CMP)** anuncia sobre a
57 ata da ducentésima segunda reunião ordinária. **Elaine (SindSaúde)** comenta que esta ata se refere
58 a Lei Orçamentária de dois mil e quatorze da linha sessenta e oito à linha setenta e seis e outras
59 linhas em relação à Lei Orçamentária e informa de que gostaria de ouvir o áudio para se fazer as
60 alterações porque ali tem cinco linhas da Lei Orçamentária e o debate foi muito maior do que isto.
61 **Joelma (CMP)** pergunta se há mais algum adendo, mais alguma colocação à esta ata e informa que
62 a ata da ducentésima segunda reunião ordinária fica para a próxima reunião. **Joelma (CMP)** anuncia
63 a ata da ducentésima terceira reunião ordinária. Em regime de votação os favoráveis à aprovação da
64 ata da ducentésima terceira reunião ordinária que levantem os seus crachás, tendo sido contado
65 quatro abstenções, a ata foi aprovada. **Joelma (CMP)** anuncia a ata da ducentésima quinta reunião
66 ordinária. **Elaine (SindSaúde)** comenta que na lista de presenças e ausências e justificativas, eu
67 estou como ausente e na ata, logo no início está que vocês leram que eu havia justificado a
68 ausência, peço, então, a correção deste item. **Joelma (CMP)** Anuncia que em regime de votação os
69 favoráveis à aprovação da ata da ducentésima quinta reunião ordinária que levantem os seus
70 crachás, tendo sido contado três abstenções, a ata foi aprovada. **Joelma (CMP)** anuncia um minuto
71 de silêncio pela morte de Marcelo Montanha que faleceu no dia vinte e sete de dezembro de dois mil
72 e treze, ex-conselheiro estadual de saúde, ex-conselheiro municipal de saúde, representava neste
73 Conselho a CUT, era coordenador da CIST estadual neste Conselho, pessoa que dedicou uma boa
74 parte de sua vida a em prol de ajudar a comunidade. **Joelma (CMP)** anuncia o segundo assunto:
75 Projeto de Lei número setecentos e vinte e seis, barra dois mil e treze que institui a Fundação Estatal
76 de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, nós convidamos o Doutor Marco Antonio Teixeira que é
77 o Procurador de Justiça do Ministério Público Estadual, a Doutora Andréia que também é
78 representante do Ministério Público e a SESA. A SESA irá apresentar o projeto para o Conselho,
79 depois o Ministério Público fará as suas considerações e após o Pleno poderá fazer suas
80 colocações, tendo os conselheiros fazer suas indagações. **Wanderli (CRESS)** pergunta qual o
81 tempo da exposição e o que será exposto, se será o projeto de lei ou se será esta cartilha que nós
82 recebemos hoje? Qual o tempo que a SESA fará a exposição? **Joelma (CMP)** esclarece que como é
83 um tema bastante importante para a saúde pública do Estado do Paraná, o nosso tempo é das oito e
84 trinta às dezoito horas. E o tempo para essa apresentação foi combinado entre uma hora e meia a
85 duas horas. Quanto à segunda pergunta o que será apresentado é o projeto de lei e essa cartilha
86 que é a proposta da SESA para esta fundação estatal. **Wanderli (CRESS)** informa que deseja fazer
87 uma proposta de encaminhamento em relação à garantia constitucional do contraditório: se a SESA
88 se preparou para apresentar para nós, quem está contrário à Fundação também tem material para
89 ser apresentado ao Conselho, peço então aos Conselheiros que tenham o mesmo tempo para o
90 contraponto para que se possa fazer um bom debate, para se tomar uma decisão baseada nos
91 argumentos próprios na mesma forma de apresentação, com o mesmo tempo para que a gente
92 tenha tranquilidade, até porque o Conselho Nacional de Saúde não tomou uma decisão em uma
93 única reunião. **Joelma (CMP)** esclarece que o espaço para a reunião do Conselho ou é aqui na
94 SESA ou é no Hotel Nikko. No Hotel Nikko nós não tínhamos espaço reservado para esta reunião.
95 Com o Hotel Nikko nós temos um contrato anual como vocês bem sabem e as nossas reuniões já
96 são agendadas com bastante antecedência. As reuniões ordinárias mensais são no Hotel Nikko.
97 Para esta reunião nós não tínhamos outro espaço, porque nosso espaço é aqui, na Secretaria
98 Estadual de Saúde. Pedimos desculpas às pessoas que não podem estar aqui dentro da sala devido
99 ao espaço. As pessoas que estão fora são bem-vindas, mas não podem interferir no trabalho aqui
100 dentro. Elas têm os seus representantes aqui que são conselheiros e eles farão o debate. A Wanderli
101 levantou uma questão de que não teve nenhuma entidade que encaminhou um ofício solicitando a
102 apresentação por parte de alguma entidade neste Conselho, a única questão é que a SESA
103 apresente e foi ponto de pauta para que a SESA apresentasse e explicasse o projeto para nós
104 porque nós não temos o conhecimento total. Esta é a nossa primeira reunião, e não quer dizer
105 Wanderli, em nenhum momento algum conselheiro ou essa Mesa (Diretora) disse que essa
106 discussão encerrasse aqui hoje, em nenhum momento foi posto isso. Nós tomamos o cuidado de

107 pautar esta reunião o dia inteiro para que nós possamos debater e aí depois o Plenário é que vai
108 decidir como nós vamos encaminhar. O encaminhamento da Mesa é que a SESA tem o projeto e irá
109 fazer a sua explanação, o Ministério Público que foi convidado irá fazer as suas considerações e
110 após será aberto ao Plenário. **Sonia (Crefito)** concorda com a fala da Joelma no sentido de que hoje
111 não precisa se encerrar essa discussão, é importante a fala tanto da Gestão como do Ministério
112 Público e colocar que o Conselho Nacional de Saúde tem uma posição bem clara em relação às
113 Fundações Estatais e que seria importante apesar de que eles terem sido convidados a participar
114 que eles fossem convidados a falar sobre a questão das Fundações no âmbito nacional, é uma
115 proposta de encaminhamento para não se encerrar esta discussão, para nós termos bastante base e
116 poderemos definir uma coisa tão séria para os próximos anos. **Joelma (CMP)** argumenta que nós
117 estamos invertendo a “ordem”. Nós temos uma pauta, nós temos uma apresentação e nós já
118 estamos indo para os encaminhamentos. Os encaminhamentos são os últimos que serão feitos
119 depois. Todos estamos aqui por um interesse que é o interesse da saúde pública do nosso Estado.
120 Iniciamos a apresentação, iniciamos as falas, iniciamos os debates e após tudo isso, nós vamos ver
121 qual o “caminho” que nós vamos dar. O Conselho Nacional foi convidado e eles não vieram. O
122 Conselho Nacional é uma instância, o Conselho Estadual é outra instância e os Conselhos Municipais
123 são outras instâncias, todos com a sua autonomia, não podemos “misturar” as coisas. Nós temos
124 nossa autonomia, nós pautamos o assunto, nós vamos debater esse assunto e no final de todas as
125 indagações, nós iremos dar o direcionamento do que nós queremos propor, mas não dar o
126 encaminhamento antes de começar a discussão, não tem cabimento isso. Podemos dar início à
127 apresentação da SESA? O pessoal que pediu a fala, ainda quer falar? **Solange (FESSMUC)**
128 comenta que concorda com alguns encaminhamentos, porém alguns se fazem necessários. Por
129 exemplo, temos um impresso aqui, uma defesa da Fundação e nós recebemos por *e-mail* um
130 parecer do Deputado Gilberto Berguio Martin, que poderíamos imprimir o parecer para enriquecer o
131 debate. Tiveram algumas pessoas que não receberam. **(F2) Zuleide (Acispar)** acrescenta que todo
132 mundo recebeu tanto do Gilberto Martin, quanto da SESA, quanto do Conselho, todos
133 encaminharam e todos (conselheiros) leram. Eu por não conhecer Fundação, fui procurar material na
134 internet, eu tinha um livro de estudo e parecer sobre estatal, procurei os pareceres prós e contras às
135 Estatais, procurei um projeto do Ministério do Orçamento, do Paulo Bernardo, que traz uma cartilha
136 sobre Estatal. Eu acho que nós conselheiros quando recebemos uma pauta, nós buscamos material.
137 Se em todas as nossas reuniões recebermos a pauta e chegarmos aqui e pedirmos mais reuniões,
138 que cada qual procure o seu interesse, todos tiveram tempo suficiente para procurarem material.
139 **Giordano (SindSaúde)** concorda com Zuleide no aspecto de cada conselheiro procurar se informar.
140 Concorda também com a Mesa (Diretora) e a SESA em apresentar o projeto. Para os conselheiros
141 deliberarem, entendendo que este projeto como é colocado no projeto de lei, para nós deliberarem
142 sobre isso é importante e já foi colocado aqui a reserva do contraditório amplo e com tempo, o que
143 acontece muitas vezes e quem não acompanha a reunião do Conselho, é que as vezes a Gestão
144 apresenta em tempo e o contraditório acaba sofrendo alguns prejuízos. O Governo apresentou este
145 projeto em dezembro, tentou colocar na Assembleia Legislativa passando por cima do Conselho
146 Estadual de Saúde, não houve o respeito à instância do Conselho Estadual de Saúde, então eu
147 quero registrar aqui o meu protesto, o SindSaúde colocando o protesto contra a falta de respeito de
148 como o Controle Social foi tratado. O Governo, em sua Secretaria (Saúde) preparou esta cartilha,
149 muito bonita, papel *couché*, apresentou sem nenhum debate nos locais de trabalho, convencendo,
150 principalmente, as chefias a fazer o trabalho de base nos locais de trabalho. O SindSaúde também
151 preparou uma cartilha e nós também vamos distribuir esta cartilha para os conselheiros e para toda a
152 comunidade mais interessada. O interesse do SindSaúde é o interesse de uma saúde pública, cem
153 por cento pública, com qualidade e sob o controle estatal e dos trabalhadores. Minha proposta é
154 manter um debate sereno, que não se apresse, que a Mesa não encaminhe uma decisão de votação
155 que aprova a Fundação, que não aprova a Fundação, porque este debate altera a estrutura da
156 prestação de saúde que o Estado do Paraná faz. É um apelo a todos os conselheiros não façam um
157 voto “raso”, um voto irrefletido, pedimos que vocês façam uma reflexão acerca dessa ameaça à
158 saúde pública no Paraná, obrigado. **Joelma (CMP)** esclarece ao Plenário e a todos os convidados
159 que estão aqui, que este Conselho em sua reunião de dezembro, nós tiramos uma moção de repúdio
160 ao Governo do Estado pelo projeto não ter sido passado primeiro no âmbito desse espaço e foi
161 mandado direto para a Assembleia, então, este ponto para nós, nós já vencemos. Nós debatemos na
162 reunião de dezembro, nós tiramos a nossa moção e pontuamos a nossa posição que foi em relação

163 à moção de repúdio. Para deixar claro: que o Governo encaminhou para a Assembleia e este
164 Conselho não tomou nenhum tipo de atitude. Nós temos a Dona Rosalina e “seo” Manoel inscritos
165 para começarmos as apresentações, foi contemplada Rosalina? (sim). Obrigada. **Manoel (Sindnap)**
166 informa que fez todos os levantamentos, eu verifiquei a Fundação a fundo, acompanhei, inclusive a
167 Fundação aqui do Hospital de Curitiba, já faz um ano que eu estou estudando fundações, eu
168 procurei me preparar para o debate. Agora é muito importante, como alguns conselheiros já falaram,
169 que algumas pessoas, talvez, não tenham conhecimento, é muito importante o encaminhamento
170 para nós conhecermos de fato este projeto agora, sem demandas. Obrigado. **Joelma (CMP)**
171 agradece a presença do Deputado Tadeu Veneri e anuncia o início da apresentação do Projeto pela
172 SESA. **Rene (SESA)** cumprimenta a todos, saúda o Doutor Marco Antonio e a Doutora Andréia,
173 representantes do Ministério Público, informa à Mesa a presença do Doutor Carlos Lorga, assessor
174 jurídico da SESA, Doutor Charles London, superintendente de Unidades Próprias. Esclarece ao
175 Conselho que a apresentação será feita em três partes: A primeira parte mais no sentido do
176 entendimento, de onde se encontra dentro do campo da administração pública, as fundações
177 estatais de direito privado. A segunda parte, especificamente, abordando no sentido mais detalhado
178 possível, o projeto de lei que foi apresentado em relação à Fundação FUNEAS e a terceira parte, no
179 sentido de esclarecimentos mais gerais e compreensão mais geral do processo da sua
180 implementação. A administração pública ela se organiza por administração direta e administração
181 indireta. A administração direta é aquela composta por órgãos públicos ligados diretamente ao Poder
182 Executivo, nós temos os próprios organismos dirigentes dos Ministérios, das Secretarias e seus
183 órgãos subordinados, não possuem especificadamente personalidade jurídica própria, patrimônio e
184 autonomia administrativa e as despesas são realizadas diretamente através do orçamento da
185 referida esfera, Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário. Algumas ações da
186 administração direta e aí eu me reporto especificadamente à área da saúde são consideradas
187 atividades indelegáveis, como por exemplo, a vigilância sanitária e epidemiológica, o planejamento
188 da saúde e a definição de políticas de saúde, a área de regulação, controle e avaliação, o exercício
189 de poder de polícia sanitária e a gestão do próprio sistema. Essas atividades devem ser
190 desenvolvidas diretamente pela administração pública, não podendo ser delegadas a outras
191 entidades da administração indireta. No campo da administração indireta, dentro da administração
192 pública, nós temos na administração indireta aquela situação das entidades com personalidade
193 jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa e cujas despesas são realizadas através de
194 orçamento próprio. São exemplos: as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as
195 sociedades de economia mista. Aqui nós apresentamos algumas entidades da administração
196 indireta. As autarquias, ainda no campo da administração pública sob a égide da administração
197 indireta. Integra a administração indireta e tem orçamento público próprio, estando sujeito aos
198 princípios e regras do serviço público, concurso público, estabilidade, regime jurídico, pccs, lei de
199 licitações, etc. Alguns exemplos de autarquias: DER, DETRAN, DIOE, IAP, IAPAR, EMATER, entre
200 outras entidades estaduais. No campo ainda da administração pública – administração indireta, nós
201 temos as empresas públicas. Pessoa jurídica criada por lei, com personalidade jurídica de direito
202 privado, capital formado unicamente por recursos de pessoas jurídicas de direito público e que
203 podem se configurar como prestadoras de serviços públicos e remunerados por tarifas e aí eu cito a
204 Empresa Brasileira de Correios, e desenvolver atividades econômicas como a Caixa Econômica
205 Federal. Também no campo da administração pública, na questão da administração indireta, nós
206 temos as sociedades de economia mista, uma sociedade criada pela administração pública, pessoa
207 jurídica de direito privado para exercer fins de interesse público. São empresas que alinham poder
208 público com o privado, ou seja, são empresas em que o estado participa com capital e direito a voto
209 conjuntamente com o particular nos casos citados como exemplo onde o governo é o maior
210 acionista: Banco do Brasil e Petrobras. “Petrobras orgulho do povo brasileiro”. Entidades ainda da
211 administração indireta, as fundações que por sua característica são criadas a partir de lei que
212 autoriza sua instituição, podendo ser instituídas no campo da administração pública, administração
213 indireta, sob o regime jurídico de direito público ou do direito privado, sendo que a lei é que irá dispor
214 sobre o regime jurídico. Fundação estatal e aí vamos focar um pouco mais na Fundação que está no
215 campo da administração pública naquilo que diz respeito na administração pública indireta atraindo para
216 si, por essa característica, todos os princípios inerentes à administração pública, a saber: legalidade,
217 impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, conforme o artigo trinta e sete da Constituição
218 Federal. No caso, a proposta da FUNEAS, sujeitas às regras do direito público, como ao controle

219 externo, Tribunal de Contas e Ministério Público e ao controle interno exercido pela Secretaria
220 Estadual de Saúde com acompanhamento do Conselho Estadual de Saúde, pois na proposta que
221 vocês verão a seguir, está presente no Conselho Curador representação indicada pelo Conselho.
222 Então o Conselho Curador é o órgão máximo da direção da Fundação Estatal. A fundação, no
223 campo da administração pública da administração indireta, tem autonomia na capacidade de gestão
224 de recursos humanos, orçamentários, financeiros, de compras e de contratos, entre outros, tornando
225 esses processos mais ágeis e com maior qualidade. **Rene (SESA)** solicita aos conselheiros
226 observassem o diagrama: do lado esquerdo dos senhores, nós temos a administração pública e do
227 lado direito a sociedade civil. Dentro do campo da administração pública, nós temos a administração
228 direta, a autarquia, a fundação de direito público, a fundação estatal de direito privado, a empresa
229 pública e a sociedade de economia mista. Tudo o que eu falei aqui está no campo da administração
230 pública, não é no campo privado. A característica delas se dão em relação às suas personalidades
231 jurídicas. No campo da administração pública do direito público, administração direta, autarquia,
232 fundação de direito público. Personalidades de direito privado, a fundação estatal de direito privado,
233 a empresa pública e a sociedade de economia mista. No campo da sociedade e aí não no campo da
234 administração pública, nós temos a personalidade de direito privado, as organizações sociais, os
235 serviços sociais autônomos, as OSCIPs, as fundações de apoio e outras entidades do terceiro setor.
236 Portanto, fundação estatal, está no campo da administração pública. E para corroborar praticamente
237 com isso, eu quero fazer a leitura de um texto feito pelo Doutor Gilson Carvalho, que eu acredito seja
238 totalmente conhecido de todos os senhores conselheiros, texto inclusive que está disponibilizado em
239 vários sites que mostram este texto em que ele fala das fundações públicas estatais administradas
240 sob o direito privado, texto de Gison Carvalho: *“Fundação pública estatal administrada sob o direito
241 privado, não é um ente privado, mas sim um ente público. Constituir fundações públicas estatais
242 jamais poderia ser categorizado como um ato de privatizar o público. Fundação pública estatal sob o
243 direito privado só pode ser criado pelo público, é pública, com objetivos públicos, financiada pelo
244 público, executando ações públicas controlada pelo público, o que vale dizer, pelos cidadãos”*. Texto
245 que está acessível em qualquer site. As experiências no Brasil, em relação às fundações públicas
246 estatais de direito privado, elas não são tão recentes. Essas experiências são inclusive feitas em
247 governos municipais e governos estaduais. São experiências que não se fixam neste ou naquele
248 matiz político-partidário. Nós temos, por exemplo, uma experiência que existe desde dois mil e nove
249 exitosa no Estado da Bahia, que é a Fundação Estatal da Saúde da Família, que é uma fundação
250 criada especificadamente com objetivos voltados à atenção primária na saúde no Estado da Bahia.
251 Para registro, eu trouxe aqui a Fundação Estatal da Saúde da Família da Bahia que foi objeto de um
252 estudo feito em dois mil e sete se transformando em realidade em dois mil e nove. O consultor
253 inclusive da época que elaborou este estudo e que acompanhou toda a sua implantação, chamasse
254 Ademar Arthur dos Reis Chioro, que para quem não sabe, a questão de alguns dias assumiu o posto
255 de Ministro de Estado da Saúde e que tem sido um grande referencial na nessa discussão das
256 fundações estatais de direito privado. O Secretário Michele inclusive esteve na segunda-feira em
257 uma audiência com o Ministro da Saúde Arthur Chioro e até mostrou a proposta que nós estamos
258 trazendo aos senhores no dia de hoje e ele se mostrou extremamente acessível no sentido de dizer
259 que aquilo era semelhante àquilo que foi feito por ele em outros locais, inclusive na cidade em que
260 ele foi Secretário Municipal de Saúde até poucas semanas atrás. Da Fundação Estatal de Atenção à
261 Saúde da Família da Bahia eu trouxe uma frase que me parece extremamente explicativa, uma frase
262 do então Secretário de Estado da Saúde da Bahia, Jorge Sola, que diz assim: *“O desafio é grande,
263 os riscos de se experimentar o novo também, mas ainda mais danosa é a situação atual que agride
264 a nossa população. É necessário ter ousadia, pois o que não nos será perdoado é a passividade, a
265 inércia ou a vacilação frente a problemas tão essenciais num momento de tanta esperança do povo
266 baiano”*. O Secretário Sola, agora não mais Secretário, mas Secretário à época se defrontava com
267 gravíssimos problemas em relação à questão de implantação da Fundação Estatal de Atenção à
268 Saúde da Família do Estado da Bahia e na época o governo da Bahia tomou a decisão de criar a
269 Fundação. E foi mais além, o Governo da Bahia também criou a “Bahia Farma” uma Fundação
270 Estatal voltada ao fortalecimento e produção de medicamentos na região nordeste com foco no
271 desenvolvimento e inovação tecnológica, e quando da discussão específica da Bahia Farma em
272 eventos agora recentes nós temos também uma manifestação do então Ministro da Saúde Alexandre
273 Padilha que destacava a importância econômica dessa Fundação e destacava a iniciativa do
274 governo do Estado da Bahia na sua criação, frase do Ministro Alexandre Padilha, com medidas

275 dessa natureza passa a ser produzido no Brasil um conjunto de medicamentos gerando uma
276 economia de pelo menos setecentos milhões de reais para o Sistema Único de Saúde que serão
277 aplicados em benefício da população mais pobre do País. **(F3)** Estado são as fundações criadas no
278 governo do Estado do Rio de Janeiro neste caso, especificamente, foram criadas três fundações
279 específicas para a área hospitalar e fundações específicas para as áreas de apoio e, diante de
280 outras experiências, vamos observar em relação a experiências mais próximas a nós, que foi a
281 criação da Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba criada e autorizada
282 pela Lei Municipal treze mil seiscentos e sessenta e três de vinte e um de dezembro de dois mil de
283 dez. Fundação inclusive que contou com a apresentação no Conselho Municipal de Curitiba, sendo
284 aprovada pelo Conselho e aprovada em lei municipal e que independente das condições político-
285 partidárias colocadas anteriormente e agora, têm o reconhecimento da atual administração do
286 Município de Curitiba por parte do seu Secretário Municipal de Saúde Adriano Massuda, reconhece a
287 importância da Fundação e o legado que esta Fundação representou para o bom funcionamento do
288 Sistema Municipal de Saúde de Curitiba. Todos sabem que esta Fundação entre as suas ações
289 desenvolve o funcionamento do Hospital do Idoso. Nós temos ainda outras fundações municipais
290 como Canoas no Rio Grande do Sul e outras fundações em outros municípios e também em outros
291 estados. Podemos citar fundações que existem no Estado do Sergipe, também uma das precursoras
292 em relação às fundações. Portanto, a proposta de fundação estatal de direito privado, não é uma
293 proposta nova, é uma proposta que já tem pelo menos seis ou sete anos. Acrescento a isso, um
294 outro elemento importante que é o fato de que o próprio governo federal desde dois mil e seis, dois
295 mil e sete tem conduzido junto ao Ministério do Planejamento a sua linha de atuação nesta questão
296 da modernização dos processos de gestão, uma proposta também no sentido das fundações
297 estatais de direito privado; se os senhores quiserem ter mais informações é fácil acessar, inclusive
298 os manuais produzidos à época, em dois mil e sete, com o Ministro da época e sob a égide do
299 governo Lula que foi objeto de encaminhamento de projeto de lei, criando a fundação estatal de
300 direito privado. Então, nós temos tramitando também no âmbito federal esta questão. Fora,
301 obviamente, não exatamente uma fundação, mas também no campo público, também no campo de
302 empresas, a criação da empresa EBSE RH pelo governo federal, uma empresa para a questão de
303 serviços hospitalares. Com este pano de fundo, no qual a gente caracteriza muito bem, que nós
304 estamos falando do campo da administração pública, nós estamos falando de um ente que está
305 vinculado à administração pública, na sua questão da administração direta, mostrando muito bem as
306 experiências e as respostas das mais diversas linhas político-partidárias, a proposta da fundação
307 hoje, ela é uma proposta que vem no sentido de melhorar a resolutividade, ampliar o acesso e
308 principalmente, que eu acho que é o objetivo deste Conselho e de todos os conselheiros, darmos
309 respostas efetivas à população, no sentido do funcionamento do Sistema Único de Saúde. Vamos
310 entrar nesse aspecto em relação à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, em relação
311 ao Projeto de Lei: A FUNEAS é uma proposta de um modelo moderno de gerência de serviços
312 integrados ao campo público, que permite especialização nas suas finalidades vinculadas à garantia
313 de um contrato de gestão para prestar um atendimento efetivo às necessidades de cidadão. Quero
314 aqui reforçar esta questão do contrato de gestão, que nós vamos detalhar mais à frente, porque eu
315 acho que isso é um diferenciador do processo que se busca em relação à resposta efetiva à
316 satisfação do usuário do Sistema de Saúde. “A proposta é uma alternativa mais ágil, transparente e
317 participativa. Pois a sociedade poderá cobrar resultados e conseqüentemente ter maior controle”,
318 frase do nosso Secretário Michele Caputo Neto, que no ano passado fez questão que esse processo
319 no âmbito legislativo viesse para a discussão neste Conselho, lembrando que a Assembleia
320 Legislativa do Paraná tem plena autonomia de executar os seus cronogramas, de executar as suas
321 discussões, mas o nosso Secretário Michele Caputo conversando inclusive com os deputados
322 colocou claramente a sua intenção justificada neste momento da apresentação neste Conselho. A
323 implantação da proposta de criação de uma Fundação Estatal passa por alguns cenários jurídico-
324 legais, e aqui, como eu não sou da área do direito, vou me atrever a apenas a abordar alguns
325 aspectos. Primeiro: a implantação da proposta da criação de uma Fundação Estatal passa
326 necessariamente por uma regulamentação de um dispositivo da Constituição do Estado do Paraná,
327 que é o artigo vinte e sete, inciso dezoito, isso tem que se dar a partir de uma lei complementar e na
328 seqüência, aí sim, a criação da fundação específica dessa Fundação FUNEAS por uma lei ordinária.
329 Portanto, nós temos aqui dois projetos de lei: um, é fundamental pelo aspecto jurídico-legal porque
330 ele tem que dar vazão à questão do artigo vinte e sete, inciso dezoito da Constituição Estadual. O

331 outro é específico e resultante deste, na medida que este abre a possibilidade da constituição de
332 definição de área de atuações de fundações instituídas pelo poder público. Este é o projeto de lei
333 número vinte e dois, treze que eu acredito terem recebido. Na sua súmula ele se refere regulamento
334 inciso dezoito do artigo vinte e sete da Constituição do Estado do Paraná para definir as áreas de
335 atuação de fundações instituídas pelo poder público. Eu vou fazer a leitura rápida, são apenas dois
336 artigos: O artigo primeiro: Poderá, mediante lei específica a ser instituída ou autorizada a instituição
337 de fundação sem fins lucrativos, integrantes da administração pública indireta, com personalidade
338 jurídica de direito público privado, neste último caso, para o desempenho de atividades estatatal que
339 não seja exclusiva de estado nas seguintes áreas: saúde, assistência social, cultura, turismo,
340 desporto, ciência e tecnologia e comunicação social. A partir desse projeto de lei complementar
341 ficam estabelecidas as bases previstas na Constituição Estadual para o Projeto de Lei setecentos e
342 vinte e seis, dois mil e treze. E aí eu vou pedir um pouco de paciência aos conselheiros, claro que eu
343 não vou apresentar todos os artigos e incisos, mas vou buscar ser o mais didático possível, ponto a
344 ponto, para que fique mais esclarecido a cada artigo no sentido de entendimento dos conselheiros.
345 Instituição: O Projeto de Lei sete dois meia, barra treze, ele autoriza o poder executivo a instituir a
346 Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS-PARANÁ, Entidade com
347 personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse de utilidade pública, com
348 autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira (característica das fundações estatais),
349 sujeito ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficiência social
350 quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributárias e fiscais observadas as
351 regras desta lei. Sobre a questão da vinculação: A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do
352 Estado do Paraná integrará a administração pública indireta, ou seja, está no campo da
353 administração pública no que diz respeito à questão no campo da administração pública indireta e
354 vincular-se-á à Secretaria de Estado da Saúde para efeitos de supervisão de suas finalidades.
355 Portanto, a proposta da FUNEAS, ela está restrita a uma proposta de vinculação à Secretaria de
356 Estado da Saúde. Sobre as finalidades: A Fundação tem em lei previstas as suas finalidades. A
357 Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá por finalidade desenvolver e
358 executar ações e serviços de saúde, ambulatorial, hospitalar, desenvolvimento, pesquisa e
359 tecnologia em produção de imunobiológicos, medicamentos e insumos, educação permanente no
360 âmbito do Sistema Único de Saúde. Ao final de minha apresentação, irei mostrar um quadro para os
361 Senhores como ela se coloca em cada um desses campos. Da finalidade: as ações e serviços
362 mencionadas serão desenvolvidos de maneira sistêmica, integrarão uma rede regionalizada e
363 hierarquizada em nível de complexidade crescente do SUS no Estado do Paraná, da qual a
364 Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná é parte integrante, devendo observar
365 todos os princípios e diretrizes do SUS, com acompanhamento do Conselho Estadual de Saúde. É
366 vedado à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná desenvolver atividades em
367 saúde que exijam o poder de autoridade de Estado, justamente o que eu apresentei anteriormente,
368 que tem ações específicas que só podem ser feitas pela administração indireta. Inclusive, aqui nesta
369 questão do Sistema de Saúde, nós estamos encaminhando uma proposta à Assembleia Legislativa
370 no sentido da retirada da possibilidade da inclusão do Hospital da Polícia Militar, porque nós temos o
371 entendimento de que ao aplicarmos os princípios do SUS nós teríamos um conflito de entendimento
372 em relação principalmente ao atendimento universal diante da clientela atendida especificamente por
373 esse Hospital. Então, já passo a informação aos Senhores Conselheiros que nós estamos solicitando
374 a retirada desse artigo por entender, inclusive na mesma lógica que sempre apresentamos neste
375 Conselho, que é a legítima necessidade de atendimento no Hospital da Polícia Militar, que é
376 necessário esse atendimento, mas da mesma forma, Doutor Marco Antonio que nós lá atrás nós
377 questionamos a sua aplicação como despesa em ações de saúde pública, por coerência, nós
378 entendemos que aqui não caberia essa colocação em relação ao Hospital da Polícia Militar que vai
379 ter outras soluções, mas que neste caso, em função e em respeito aos princípios e diretrizes do
380 SUS, nós entendemos, pela proposta, retirar. O patrimônio da Fundação Estatal de Atenção em
381 Saúde do Estado do Paraná será constituído pelos bens móveis e imóveis que adquirir ou que forem
382 transferidos ou doados pelo Estado do Paraná ou por outras pessoas jurídicas de direito público ou
383 privado ou por pessoas físicas. Só é permitido receber a Fundação em doação bens livres e
384 desembaraçados e, principalmente, no caso de extinção da Fundação todos os seus bens serão
385 incorporados ao Estado por uma razão muito simples: porque ele é público! Receitas: Constitui
386 receitas da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná os recursos provenientes

387 do contrato de gestão entre a Fundação Estatal de Saúde e o Governo do Estado; este contrato de
388 gestão será o grande elemento de acompanhamento dos resultados positivos e também de
389 acompanhamento daquelas situações de que não foram atendidos os objetivos e que a sua diretoria
390 será cobrada se não atingir esses objetivos, esses recursos serão colocados dentro das suas
391 condições de receita. Os recursos oriundos de convênios, acordos ou contratos celebrados com a
392 administração pública ou com entidades nacionais ou internacionais públicas ou privadas. Depois
393 nós vamos entrar um pouco mais em detalhes, por exemplo, do grau de dificuldade que nós temos
394 hoje na questão da produção de imunobiológicos e nós precisamos avançar. E na inovação
395 tecnológica nós sabemos que o CPPI tem um potencial muito grande, inclusive de fazer oferta de
396 serviços para organismos internacionais e nós temos que avançar neste sentido. Doações ou legais
397 ou recursos que foram destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado,
398 receitas resultantes da alienação de bens não essenciais à sua finalidade autorizada pelo Conselho
399 Curador, receitas resultantes das aplicações financeiras na forma da legislação vigente, receita de
400 qualquer natureza proveniente do exercício de suas atividades nelas incluídas receitas por prestação
401 de serviços ao Sistema Único de Saúde. Nas receitas: Fica vedada à Fundação Estatal de Atenção
402 em Saúde do Estado do Paraná assumir compromissos com terceiros que violem os princípios do
403 SUS, em especial, os da gratuidade da assistência do cidadão e igualdade do atendimento, vedado
404 qualquer tipo de segmentação, ou seja, a Fundação Estatal quando gerir um serviço, ela estará
405 dentro dos princípios do SUS, princípio da universalidade, da gratuidade. Os órgãos de direção e de
406 administração da FUNEAS são dois órgãos que tem um papel específico dentro da organização da
407 FUNEAS: o seu Conselho Curador e a sua Diretoria Executiva. O Conselho Curador é o órgão
408 superior de direção, controle e fiscalização. Será constituído por sete membros titulares, sendo: o
409 Secretário de Estado da Saúde, como membro nato; obviamente em resposta à própria situação do
410 artigo primeiro que vinculou a criação desta Fundação à Secretaria de Estado da Saúde. Dois
411 membros indicados pelo Governador; dois membros indicados pelo Secretário de Estado da Saúde;
412 dois membros representantes dos usuários do SUS, indicados pelo Conselho Estadual de Saúde
413 que não sejam membros do mesmo. E em relação a este item quatro quero fazer um parêntese: o
414 cuidado que se teve aqui, foi de preservar o papel do conselheiro no Conselho Estadual de Saúde
415 em relação ao papel que possa vir a ser desempenhado no Conselho Curador. Porque o Conselho
416 Estadual de Saúde, vocês vão ver, por várias vezes, no decorrer da apresentação do Projeto tem um
417 papel de acompanhamento e de fiscalização. Não seria possível uma mesma pessoa estando numa
418 ação de decisão, depois se auto-fiscalizar na condição de conselheiro, isso geraria um conflito de
419 competências e talvez até de interesses. Portanto, a ideia que se indique os representantes dos
420 usuários e que o Conselho Estadual de Saúde na sua discussão de Plenária defina quais os critérios
421 para essa escolha, mas preservando a autonomia do papel do conselheiro estadual diante do papel
422 a ser exercido por esse representante no Conselho Curador. O Conselho Curador será presidido
423 pelo Secretário de Estado da Saúde, o prazo de investidura dos conselheiros é de dois anos,
424 facultada a recondução. A cada membro titular, corresponderá um membro suplente indicado pelo
425 mesmo processo. O membro do Conselho Curador que perder a condição que ensejou a sua
426 nomeação para o Conselho (Curador) perderá o seu mandato imediatamente. Portanto, a
427 configuração, ela se dá sempre pelo caráter da representação, devendo ser nomeado na forma
428 dessa lei e do estatuto do novo membro para completar o mandato. É obrigatória a participação da
429 Diretoria Executiva, que na sequência eu vou apresentar nas reuniões do Conselho Curador, sem
430 direito a voto, a não ser quando não houver convocação. Os membros do Conselho Curador
431 exercerão suas atribuições de forma não remunerada. Portanto, o Conselho Curador é um conselho
432 formado por esses representantes, não tem característica de remuneração. Em caso de falecimento,
433 renúncia, destituição, incompatibilidade de um membro titular, o Conselho Curador empossará o
434 suplente e solicitará a substituição no prazo máximo de trinta dias para a indicação do novo suplente.
435 Da Diretoria Executiva: que é o órgão de direção subordinado ao Conselho Curador, constituída dos
436 seguintes membros: um diretor presidente, um diretor administrativo, um diretor financeiro, um diretor
437 técnico e um diretor jurídico. Uma diretoria com cinco membros. O diretor presidente será nomeado
438 pelo Governador, mediante indicação do Secretário de Estado da Saúde. E, aí, eu li alguma coisa
439 neste sentido, dizendo que a Fundação seria autônoma e independente às ações do Governador e
440 do Secretário, impossível, porque a indicação do diretor presidente se dá diretamente nesta linha de
441 definição. Os demais diretores serão indicados pelo diretor presidente e aprovados pelo Secretário
442 de Estado da Saúde, dentre profissionais de notório conhecimento e experiência na área de atuação

443 da Fundação. A manutenção dos membros da Diretoria Executiva fica vinculada obrigatória e
444 comprovadamente à sua avaliação de desempenho frente à gestão da Fundação de Atenção em
445 Saúde, principalmente no tocante ao cumprimento de metas qualitativas e quantitativas previstas no
446 contrato de gestão, conforme previsto no estatuto e em atos do Conselho Curador. Portanto, a
447 manutenção da Direção Executiva se dá diretamente ligada à questão do cumprimento do contrato
448 de gestão. O diretor presidente integrará o Conselho Curador como o seu secretário executivo,
449 cabendo-lhe nesta condição a implantação das decisões e deliberações do órgão. Aqui há um lado
450 muito importante: que é a condição do estatuto, que eu acho inclusive no processo da própria
451 Fundação, o estatuto vai ser o grande norteador daquilo o que se pode fazer e daquilo o que não se
452 pode fazer no dia a dia da sua instituição. O estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do
453 Estado do Paraná disporá sobre a sua estrutura, competência dos seus órgãos, atribuições de seus
454 dirigentes, substituições dos seus membros, periodicidade das reuniões do Conselho Curador e
455 demais aspectos organizacionais da Fundação. O estatuto da Fundação será aprovado pelo
456 Conselho Curador devendo as alterações registradas em cartório competente, não sendo objeto de
457 alteração as finalidades da FUNEAS, porque estas estarão previstas em lei. Sobre o regime de
458 emprego e pessoal: o regime jurídico de pessoal da FUNEAS será o da Consolidação das Leis de
459 Trabalho e respectiva lei complementar, conforme é no sentido das fundações estatais de direito
460 privado. A contratação de pessoal do quadro permanente da Fundação far-se-á por meio de
461 concurso público. O quadro de pessoal a ser aprovado pelo Conselho Curador definirá a estrutura de
462 empregos e de funções, os requisitos de admissão, a remuneração, a organização das carreiras,
463 segundo a formação profissional ou atribuições funcionais. A rescisão de contrato de trabalho por
464 parte do pessoal da Fundação poderá ocorrer por ato unilateral em qualquer hipótese motivado,
465 garantindo o contraditório. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná
466 mobilizará o seu quadro de pessoal e seu plano de carreira de acordo com a política interna de
467 desenvolvimento de pessoal. O Conselho Curador decidirá sobre o quadro de pessoal e o plano de
468 carreira e definirá a política de avaliação e desenvolvimento dos empregados. O concurso público
469 será realizado pelo preenchimento de postos de trabalho do quadro de pessoal sempre de acordo
470 com as disponibilidades financeiras e as vagas definidas pelo Conselho Curador. Aqui eu quero pedir
471 uma atenção muito especial em que eu fiz questão de colocar exatamente tudo o que está colocado
472 no projeto de lei, porque este é o “coração” do processo da relação da Secretaria de Estado da
473 Saúde e a Fundação, que é o contrato de gestão. Olhando para as experiências nacionais, a gente
474 já viu que as fundações têm-se mostrado efetivas. Mas quero alertar que não são as experiências
475 nacionais únicas e exclusivas dessa forma de relacionamento de contrato de gestão. Nós temos
476 experiências em países, os sistemas universais de saúde, que ao meu ver, são reconhecidos pela
477 sua qualidade e pela expectativa de vida e pela forma que atende a sua população, como por
478 exemplo a Espanha, onde essa questão do contrato de gestão foi instituída há muitos anos, em que
479 a relação se dá exatamente num desenho parecido com a saúde discutida aqui. A regulação por
480 parte do gestor e a efetivação da gerência do serviço por parte de uma organização semelhante a
481 esta nós estamos falando aqui, por meio de um contrato de gestão. Um contrato de gestão inclusive
482 que se não for cumprido, afeta a permanência dos diretores da Fundação e afeta também o fluxo de
483 recursos financeiros. Portanto, o contrato de gestão é o “coração” dessa discussão. Nós, Secretaria
484 de Estado da Saúde, teremos um papel fundamental de estarmos acompanhando, fiscalizando,
485 avaliando permanentemente este contrato. A execução desse contrato anualmente, inclusive será
486 objeto de apreciação por este Conselho Estadual de Saúde e esse é o ponto que deve focar um
487 pouco de atenção e aí me permitam reproduzir na íntegra o que está colocado lá. O contrato de
488 gestão será firmado entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o
489 Governo do Estado, com a finalidade de definir as metas plurianuais e anuais da Fundação em
490 Saúde do Estado do Paraná, portanto, esta Fundação trabalhará na mesma lógica do planejamento
491 público, não no imediato, mas como qualquer planejamento público na condição do olhar do
492 processo que envolva quatro ou cinco anos à frente. **(F4)** O contrato de gestão ele deverá definir as
493 atribuições, as responsabilidades, as obrigações, inclusive orçamentárias e financeiras tanto da
494 Fundação como dos encargos do Governo do Estado e deverá conter cláusulas que disponham. E aí
495 eu pediria atenção para todas as cláusulas. Primeira cláusula: Atendimento igualitário e equânime
496 aos cidadãos de forma sempre gratuita. Então nós não falamos nada a não ser o que está no
497 contrato de gestão. Qualquer afirmação diferente disso, não está dentro do Projeto de Lei que está
498 sendo apresentado. A adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Fundação

499 mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação das suas
500 atividades de acordo com as metas pactuadas. Três. Obrigatoriedade de apresentação à Secretaria
501 de Estado da Saúde de relatórios anuais e de demonstrações financeiras elaboradas em
502 conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e do relatório de execução do
503 contrato de gestão. Quatro. Obrigatoriedade de especificar o plano operativo anual proposto pela
504 Fundação, estipular as metas a serem atingidas, os respectivos prazos de execução, bem como os
505 critérios de avaliação de desempenho mediante os indicadores de excelência dos serviços e de
506 produtividades, porque, lembro quando eu falei no início, um dos objetivos de se optar pela
507 fundação estatal de direito privado é que nós possamos adquirir mecanismos de avaliação de
508 desempenho, entre eles, e um dos mais fundamentais, a questão da resolutividade e também a
509 questão da satisfação do usuário. Cinco. Estimativa dos recursos e cronograma dos desembolsos
510 dos recursos financeiros necessários à execução dos serviços pactuados, observados o
511 cumprimento das metas durante a vigência do contrato. Seis. Constar nesse contrato de gestão
512 penalidades aplicáveis nos contratados em casos de descumprimento injustificado de metas e
513 obrigações pactuadas. Sete. Prestações de serviços assistenciais que deverão observar o
514 ordenamento do acesso pelo sistema de regulação do SUS, que significa: todos os serviços que
515 estiverem sob a gerência dessa Fundação, terão que estar obrigatoriamente sendo regulados pelos
516 nossos sistemas de regulação. Para que não aja nenhuma dificuldade na questão do acesso,
517 nenhuma diferenciação na questão do atendimento. Oitavo. Condições para revisão, renovação e
518 prorrogação do contrato de gestão. Estas são as cláusulas que o contrato de gestão traz, todas elas
519 fortalecendo o mecanismo de melhorar a resolutividade do atendimento. O contrato de gestão terá a
520 vigência de no máximo cinco anos, podendo ser renovado na sequência, a Secretaria de Estado
521 avaliará trimestralmente o cumprimento das metas do contrato de gestão, isso já é uma coisa que a
522 Secretaria vai fazer sob o ponto de vista da regulação desse contrato de gestão. A FUNEAS
523 apresentará à Secretaria de Estado da Saúde ao tempo de cada exercício financeiro, relatório
524 pertinente de execução do contrato que deverá ser encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde,
525 cabendo à Secretaria Estadual de Saúde emitir relatórios de avaliação do cumprimento das metas
526 acordadas. Ainda no contrato de gestão: caberá à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do
527 Estado do Paraná promover a ampla divulgação por meios físicos e eletrônicos dos relatórios sobre
528 a execução dos contratos de gestão, contemplando demonstrativos orçamentários e financeiros,
529 bem como dos pareceres das instâncias da Secretaria de Estado da Saúde competentes, pelo
530 acompanhamento, devendo ser encaminhado cópia ao Conselho Estadual de Saúde. Isso aqui é
531 para que se garanta a plena transparência do contrato de gestão para a sociedade. Portanto, dizer
532 que a proposta da Fundação não apresenta transparência não é ter feito a leitura completa do
533 projeto de lei. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná se sujeitará às
534 normas de fiscalização e de controle previsto em seu estatuto e a supervisão, e aí eu reafirmo uma
535 situação, nós vamos pedir uma alteração nesse item, nós estamos colocando a supervisão e a
536 fiscalização da Secretaria de Estado da Saúde para efeito de cumprimento de seus objetivos
537 estatutários, harmonização de sua atuação com a política estadual de saúde e obtenção da
538 eficiência administrativa. Ainda na questão da transparência, fiscalização e controle. A Fundação
539 Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverá submeter as suas contas relativas a cada
540 exercício fiscal à apreciação dos órgãos do controle interno do Governo do Estado, ao Conselho
541 Estadual de Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O contrato de gestão também
542 atrela sob o ponto de vista de resultados a figura da responsabilidade dos dirigentes. E aí eu imagino
543 que todos já devam ter feito a leitura do projeto de lei. Vocês vão observar que a responsabilização é
544 muito clara: constitui responsabilidade dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva o
545 fiel cumprimento das cláusulas do contrato de gestão, especialmente no que se refere ao plano
546 operativo. O descumprimento total ou parcial das cláusulas, objetivos e responsabilidades dos
547 dirigentes está estabelecido no contrato, assim como a reiterada insuficiência de desempenho
548 motivará a demissão dos membros da Diretoria Executiva conforme exposto no estatuto. Portanto, o
549 contrato de gestão que está sendo proposto aqui é para valer. Envolve desempenho, obviamente na
550 assistência ao usuário na ponta, mas envolve principalmente desempenho gerencial no sentido de
551 seu cumprimento por parte dos seus dirigentes. Os membros do Conselho Curador: caso houver
552 indícios de descumprimento total ou parcial das metas e obrigações pactuadas no contrato de gestão
553 ou de insuficiência no desempenho da entidade deverão levar o assunto à consideração da
554 Secretaria de Estado da Saúde para adoção de indicação de medidas administrativas cabíveis

555 previstas nesta lei. Porque o contrato de gestão é assinado entre a Secretaria de Estado da Saúde e
556 a Fundação. Compras e contratos: A Fundação Estatal – FUNEAS estará sujeita às normas gerais
557 estabelecidas para licitações e contratos podendo elaborar regulamento próprio nos termos do artigo
558 cento e dezenove da Lei Federal “oito meia meia meia” que deverá ser aprovado pelo Conselho
559 Curador e publicado na imprensa oficial. Portanto, a Fundação observará a Lei Federal “oito meia
560 meia meia” que trata de compras e contratos. Nas disposições gerais: tem uma série de elementos
561 de informação importantes para o procedimento tanto de transição como de sua implementação. Os
562 serviços de saúde prestados diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde e que passarem a ser
563 executados pela FUNEAS deverão ser transferidos mediante contrato de gestão autorizados pelo
564 Governador do Estado. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá
565 solicitar a disposição funcional de servidores ou a cessão de empregados de órgãos e entidades da
566 administração pública federal, estadual e municipal direta ou indiretamente, quaisquer que sejam as
567 atividades a serem exercidas. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná
568 poderá designar para funções de direção, chefia e assessoramento o servidor ou empregado público
569 a ela cedido. A administração deverá tomar as medidas orçamentárias necessárias para as
570 condições e obrigações assumidas pelo contrato de gestão firmado com a Fundação Estatal de
571 Atenção em Saúde. Neste caso especificamente em relação à questão orçamentária, lembrar que
572 em alguns casos, nós já temos previsão orçamentária numa relação com outros tipos de parcerias,
573 ou seja, este recurso já está previsto no orçamento, o que nós vamos apenas modificar esta situação
574 parceria para uma situação de contrato de gestão. E na sequência eu vou mostrar os serviços e
575 ações que podem ser contempladas pela Fundação, nós vamos ter a oportunidade de ver inclusive
576 que algumas ações que estão sendo pensadas, não estão sendo pensadas pelo imediato, eu acho
577 inclusive que esta é uma questão fundamental, nós estamos aqui olhando para um período de tempo
578 que vai para pelo menos três ou quatro anos e neste período de tempo nós como gestores do
579 Estado, mesmo sem imaginar se colocados já em outra situação em dois mil e quinze, nós temos a
580 obrigação institucional de deixar para o próximo governo condições de gestão em unidades em que
581 nós estamos neste momento, inclusive com conhecimento deste Conselho investindo em
582 infraestrutura, e por isso nós precisamos ter condições gerenciais pensadas para dois mil e quatorze,
583 dois mil e quinze e dois mil e dezesseis. Os servidores estatutários do Estado, da administração
584 direta, autarquias e fundações de direito público, que vierem a ser colocados em disposição
585 funcional para a Fundação farão jus à manutenção do vencimento vigente e gratificações que por
586 decreto foram consideradas compatíveis, com exercício na Fundação ficando ainda garantido...
587 **Joelma (CMP)** solicita aos participantes que conforme combinado no começo, iria ter a esplanção
588 pela Secretaria de Estado, depois a indagação do Ministério Público e depois nós estaríamos
589 abrindo para o Plenário. Pede por favor que respeitem o acordo que fora feito no começo dessa
590 reunião. **Rene (SESA)** eu parei em respeito à Terezinha (Ibda) tem uma enorme dificuldade, vou
591 repetir novamente, em respeito à Terezinha, eu sei que é importante. Os servidores estatutários do
592 Estado, da administração direta, autarquias e fundações de direito público, que vierem a ser
593 colocados em disposição funcional para a Fundação farão jus à manutenção do vencimento vigente
594 e gratificações que por decreto foram consideradas compatíveis, com exercício na Fundação ficando
595 ainda garantido a trajetória de carreira prevista em seu regime jurídico. O afastamento da forma
596 descrita acima não interrompe a contagem de tempo de serviço, considerando-se o efetivo exercício
597 para todos os fins legais. Nas disposições gerais, nós temos ainda a questão que envolve o prazo
598 para implantação da Fundação, o Secretário de Estado da Saúde adotará as medidas necessárias
599 para a instituição da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná no prazo máximo
600 de cento e vinte dias e a Fundação Estatal deverá observar no que couber as disposições do Título
601 oito da Lei oito quatro oito cinco que é a que trata e aí, isso para mim, é fundamental. As vezes as
602 pessoas lêem lá o que está escrito e não vão buscar o que é o Título oito quatro oito cinco, o que ele
603 diz: que tem que se observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade,
604 razoabilidade, eficiência, motivação e economicidade da administração pública direta e indireta.
605 Portanto, os princípios da administração pública. Este é praticamente dos últimos artigos que deixa
606 muito claro por onde se caminha a questão da Fundação. Indo para a terceira parte: nós fizemos
607 aqui um conjunto de informações que vão permitir também um entendimento melhor em relação às
608 questões gerais **Joelma (CMP)** pede de novo aos participantes a questão do respeito; nós estamos
609 terminando a explanação da SESA para a gente abrir para o Ministério Público, então eu gostaria de
610 pedir aos representantes dos movimentos que estão participando dessa reunião, a questão do

611 respeito. Porque se não tiverem o respeito nós gostaríamos de pedir para que vocês fizessem esse
612 movimento lá fora, porque aqui dentro, este Plenário, nós estamos todos com o mesmo objetivo de
613 fazer a discussão. Vai ter depois a abertura para as falas, as pessoas vão poder fazer as suas
614 indagações, mas agora nós estamos no meio de uma apresentação e a gente gostaria de pedir
615 respeito. Então eu peço aos integrantes desse movimento que converse com as pessoas... por favor
616 ... **Rene (SESA)** antes de entrar eu gostaria de manifestar como servidor público. Eu entendo que
617 quem está... **Joelma (CMP)** afirma que tem uma conselheira passando mal e pede novamente
618 respeito...ela já está sendo atendida e a gente pede que mantenham o silêncio, por favor... **Elaine**
619 **(SindSaúde)** informa que se precisar de ajuda eles (o SindSaúde) tem trabalhadores que trabalham
620 no serviço de urgência, vários técnicos de enfermagem e enfermeiros com vasta experiência... **(F5)**
621 **Joelma (CMP)** informa que a Márcia já foi atendida e já vai ser averiguada a questão dela ter
622 passado mal, nós podemos continuar o nosso trabalho aqui dentro, Doutor Rene, por favor continue
623 a sua explanação. **Rene (SESA)** Voltando... especificamente em relação a esta parte da
624 apresentação, nós fizemos questão de fazer uma apresentação de perguntas e respostas até porque
625 se eu mandar aquilo que está previsto no Projeto de Lei a gente pode complementar com algumas
626 informações. A primeira pergunta e a primeira resposta. A Fundação Estatal é uma forma de
627 privatização do Estado. Não. A Fundação Estatal faz parte da estrutura do Estado. Sua propriedade
628 é integralmente pública e estatal. Dar autonomia a uma entidade não significa que ela seja soberana,
629 o Estado continua soberano. A Fundação Estatal é um modelo para atuação direta do Estado em
630 setores que forem considerados importantes para prestação de serviços pelo poder público
631 especialmente nas áreas sociais. Aí se inclui a questão da saúde. No caso da Secretaria de Estado
632 da Saúde a Fundação Estatal é o próprio equipamento objeto do contrato de gestão que apenas se
633 desloca da administração direta para a administração indireta. O vínculo com a Secretaria de Estado
634 da Saúde permanece com metas claras estabelecidas no contrato de gestão. A Fundação Estatal
635 poderá contratar empregados sem concurso público? Não. A Fundação Estatal assim como todas as
636 outras entidades públicas só poderá contratar por meio de concurso público. Será sempre realizada
637 prova escrita, com ou sem avaliação de títulos conforme a complexidade do emprego a ser exercido.
638 O estatutário perderá direitos com a criação da Fundação? Não. Os estatutários terão todos os seus
639 direitos garantidos. Esse é um dos princípios fundamentais do Projeto de Lei. Respeito aos direitos e
640 a carreira dos servidores. Quem for estatutário permanecerá como estatutário, sem nenhuma
641 modificação em seus direitos como estabilidade e regras de aposentadoria. Os empregados da
642 Fundação Estatal poderão ser demitidos sem motivo justo? Não. O fato do trabalhador da Fundação
643 Estatal ser contratado pela Consolidação das Leis do Trabalho não dará permissão para que seja
644 demitido sumariamente. Será garantido o direito ao contraditório. A Fundação Estatal vai ter controle
645 do Governo? Sim. A Fundação Estatal passará pelos mesmos controles das outras entidades da
646 administração pública direta. Ela terá supervisão e fiscalização da Secretaria de Estado da Saúde,
647 controle do Tribunal de Contas e controle interno do Governo do Estado e do Conselho Estadual de
648 Saúde bem como acompanhamento e controle do Ministério Público. Esses controles serão
649 ampliados e fortalecidos porque será feito contrato de gestão entre a Fundação e a Secretaria de
650 Estado da Saúde, o grande elemento colocado nessa relação é o contrato de gestão, porque ele vai
651 permitir a transparência desse processo, inclusive se utilizando de mídia eletrônica que permite
652 acessar todas essas informações por meio de mecanismos de internet. A Fundação Estatal vai ter
653 que fazer licitação? Sim. Todos os processos de compra e contratos da Fundação Estatal devem
654 seguir as regras públicas de licitação como consta na Constituição Federal. A sociedade vai
655 participar das decisões da Fundação Estatal? Sim. O Conselho Estadual de Saúde indicará dois
656 representantes dos usuários para fazer parte do Conselho Curador, e a Fundação Estadual de
657 Saúde estará subordinada às lógicas do Controle Social instituídas no âmbito do SUS. Isto está
658 muito claro no artigo primeiro. A Fundação Estatal está sujeita à Lei de Responsabilidade Fiscal?
659 Sim. Naquilo que couber, ela faz parte da administração pública indireta. A Fundação Estatal trará
660 transparência para a sociedade? Sim. É um modelo que emprega transparência como um de seus
661 valores. A sociedade participa da Fundação Estatal por meio do Conselho Estadual de Saúde que
662 dispõe de membros no Conselho Curador. O contrato de gestão que a Fundação Estatal assina com
663 a Secretaria tem que ser divulgado para todos, por todos os meios, inclusive na internet. Os
664 dirigentes da Fundação serão avaliados pelo seu desempenho e não poderão ser mantidos no cargo
665 se não cumprirem as metas estabelecidas. A Fundação Estatal será fiscalizada pelo controle interno,
666 pelo Conselho Estadual de Saúde, pelo Tribunal de Contas e Ministério Público. A população vai ter

667 benefícios com os serviços prestados pela Fundação Estatal e aqui eu quero chamar a atenção dos
668 Senhores Conselheiros e Conselheiras. Todo o objetivo que se pode pensar numa ação de gestor
669 público tem que ser voltada para os interesses da população em geral. E nós temos hoje um
670 compromisso histórico como os gestores públicos da área da saúde do Estado do Paraná. Nós
671 temos aí, qualquer pesquisa...qualquer pesquisa que se faça hoje neste país...ontem eu vi uma mais
672 recente onde claramente, a população coloca no Brasil inteiro a questão da saúde como primordial
673 no sentido de que as áreas públicas dêem respostas à saúde. E diante dos desafios que é implantar
674 um sistema universal, um sistema integral, um sistema gratuito, um sistema que é patrimônio de
675 todos nós brasileiros; nós temos um compromisso de encontrar as soluções necessárias para que
676 esse SUS ocorra na sua plenitude. Podemos até ensejar a discussão de que algumas coisas
677 deixaram de ser feitas no decorrer da implantação do SUS. Podemos ensejar a discussão que talvez
678 a própria administração pública ou talvez até a própria condição de financiamento do Sistema não
679 propiciou as condições necessárias para talvez dar as respostas que fossem mais adequadas. Mas
680 como gestores nós temos que se defrontar com a realidade, e a realidade nos impõem dar respostas
681 à sociedade. E nós sabemos que em algumas áreas, a sociedade se queixa e se queixa com razão e
682 há muito tempo. Em algumas áreas as respostas que são encontradas especificamente na
683 administração direta, notadamente no que diz respeito à área da saúde não são suficientes para
684 ofertar à população os serviços dignos e necessários que ela precisa, e os gestores públicos têm
685 que ousar sim, os gestores têm que ousar e enfrentar o próprio fato de que uma inovação, mesmo
686 acompanhada de algum tipo de desentendimento da ação proposta, tem que ser posta em prática.
687 Não é possível mais nós convivermos por mais de quatro anos ou dois anos em cada período
688 eleitoral com uma discussão que se arrasta a muito tempo, a população quer atendimento, questiona
689 a falta de acesso principalmente na média complexidade, questiona a falta e dificuldade de acesso a
690 exames e procedimentos especializados, consultas, cirurgias eletivas, questiona uma série de ações
691 que cabe ao gestor público ter a condição de tomar a decisão de fazer esse enfrentamento. E é em
692 função desse enfrentamento e dos desejos institucionais que nós dispomos hoje e olhando não para
693 este ano, mas olhando para o futuro da saúde pública do Estado do Paraná é que em resposta a
694 esta pergunta é que está sendo proposta a Fundação. A população vai ter benefícios com serviços
695 prestados pela Fundação? Sim. Por meio de contrato de gestão estarão estabelecidos metas
696 quantitativas e qualitativas que vão fomentar um serviço de qualidade e de agilidade ao usuário do
697 SUS. Com isso a Fundação Estatal terá o dever de atingir metas com foco na qualidade, agilidade e
698 humanidade no atendimento. E aqui vou citar alguns exemplos: Alguns de curto prazo, alguns de
699 longo prazo, mas nenhum gestor público pode estar fazendo o seu papel pensando apenas no curto
700 prazo e por ato de responsabilidade precisamos pensar no longo prazo. Com a Fundação nós
701 podemos ampliar a oferta de leitos hospitalares na Rede Própria da SESA, em pelo menos trinta e
702 oito por cento, saindo dos mil duzentos e vinte e um leitos de dois mil e treze para cerca de mil
703 seiscentos e sessenta e oito até dois mil e dezesseis, um incremento de quatrocentos e sessenta e
704 sete leitos. Isto é resposta à população usuária, aonde nós temos um serviço, que por diversas
705 questões, seja de infraestrutura, seja porque não foi pensado adequadamente na hora da sua
706 implantação que até hoje não consegue dar plenitude do atendimento à população. E todos
707 conhecem. Que é o Centro Hospitalar de Reabilitação. Nós tivemos uma discussão aqui neste
708 Conselho há algum tempo atrás buscando alternativas para o seu funcionamento, mas estamos
709 observando claramente que não encontramos nesse alternativa a expertise necessária e a condição
710 técnica necessária para fazer frente a este papel. A Fundação terá condições sim, sem dúvida
711 alguma, de melhorar esta condição de funcionamento do Centro Hospitalar de Reabilitação, saindo
712 de vinte e cinco leitos gerais hoje, para o total de oitenta e um leitos de UTI, ampliando as
713 internações, ampliando as cirurgias, ampliando os atendimento ambulatoriais e ampliando as
714 terapias. Nós temos hoje previsto para ser inaugurado sua primeira fase até o final desse ano, um
715 hospital em construção, o Hospital Regional de Telêmaco Borba com funcionamento da primeira fase
716 dois mil e quatorze para dois mil e quinze a implantação de redes de UTI. Com a Fundação nós
717 poderemos colocar cento e vinte e um leitos numa região que precisa e numa região em que nós
718 vamos poder aumentar internações, cirurgias, atendimentos médicos, obstétricos e ambulatoriais.
719 Nós temos aqui aprovado inclusive dentro do orçamento do Conselho Estadual de Saúde, o Hospital
720 de Telêmaco Borba para o final deste ano, com previsão de funcionamento em dois mil e dezesseis.
721 Nós temos que pensar quando isso acontecer. Nós temos também a implantação de cento e
722 cinquenta leitos do Hospital do Regional do Centro do Oeste do Paraná em Guarapuava com

723 quarenta leitos de UTI dentro desses cento e cinquenta leitos Hospital com capacidade de internação
724 de oitocentos e trinta internações, setecentas e vinte cirurgias podendo chegar a seis mil e
725 quatrocentos atendimentos ambulatoriais mês. Nós temos aqui e esse Conselho já sabe, nós já
726 fizemos essa discussão no ano passado, quero fazer um parêntese, nós estamos em vias de
727 implementar a suplementação do Orçamento de dois mil e quatorze da Secretaria de Estado da
728 Saúde do Paraná com a inclusão dos cálculos referentes ao FUNDEB dentro do que foi estabelecido
729 nas discussões deste Conselho, o que vai ensejar uma capacidade de investimento desse ano talvez
730 uma das maiores da história do Paraná e nesse Orçamento nós já temos aí o início do projeto para o
731 Hospital da Zona Oeste de Londrina, com a previsão de cento e quarenta leitos, com previsão de
732 funcionamento até dois mil e dezesseis. Mas não é só na área hospitalar que nós temos a
733 possibilidade de ter o papel da Fundação. Nós temos também a possibilidade num modelo muito
734 semelhante que foi elogiado pelo então Ministro da Saúde Alexandre Padilha quando da visita à
735 Bahia Farma de darmos uma nova conotação aumentando a escala e o escopo nessas empresas do
736 CPPI. O CPPI trabalha com uma área extremamente complexa que é a área da inovação. O CPPI é
737 uma Instituição que com o tempo ele precisa ou crescer ou ele não vai conseguir sobreviver. Esta
738 Secretaria, num trabalho do Doutor Michele, do Doutor Sezifredo, nós já conseguimos o
739 compromisso do Ministério da Saúde de investir trinta milhões de reais mais dez milhões de reais
740 para aumentar o escopo do CPPI só que para que ele possa sobreviver nesse “mercado” posto da
741 questão dos imunobiológicos, ele não pode permanecer com o desenho institucional que ele tem
742 hoje. Ele precisa ganhar um direcional que lhe dê personalidade jurídica, que lhe dê condições de
743 mercado e inclusive produzir coisas que outros países não têm, e que nós vamos ousar e fazer no
744 Paraná. Isso é inovação, isso é tecnologia. E isso é um avanço significativo e quero lembrar que em
745 alguns casos, acho que a FIOTEC é um exemplo de fundação nessa área e outras fundações, a
746 questão da inovação tecnológica está diretamente ligada à agilidade do processo que se dá no
747 campo da administração pública. E nós estamos trabalhando diante de um investimento já definido
748 para uma nova fábrica de soros e medicamentos até dois mil e dezesseis, que nós temos que ter
749 junto com a nova fábrica condições de termos funcionamento. No caso do CPPI, números: são
750 quinze mil frascos hoje podendo chegar a cem mil com a implantação da nova fábrica. Produção de
751 antígeno de Montenegro, seis mil frascos hoje para oitenta mil frascos. Outros produtos poderão ser
752 desenvolvidos inclusive com parcerias com a instalação de fábrica de medicamentos e soros. Estes
753 produtos olhados pela nova lógica feita a partir da Fundação poderão ser comercializados pelas
754 secretarias estaduais de saúde, Ministério da Saúde e OPAS, inclusive para instituições
755 internacionais que não detêm a condição hoje do conhecimento que se tem no CPPI. Ou seja,
756 podemos aumentar o escopo e ações de inovação e tecnologia. Por que a Bahia pode ter a Bahia
757 Farma ou, São Paulo pode ter outras alternativas e nós não ficarmos o tempo todo dependendo de
758 fazer um produto aqui e ter que mandar para o convênio para fazer o envasamento em outros
759 estados. O Paraná tem condições de fazer isso. É um papel estratégico para o futuro do Estado.
760 Com isso nós também vamos poder ampliar as atividades desenvolvidas pela Escola de Saúde
761 Pública do Estado do Paraná. E aqui eu quero fazer um parêntese. A nossa geração, e eu tenho
762 trinta e dois anos de serviço público, eu entrei nesta Secretaria de Estado da Saúde no mês de
763 outubro de mil novecentos e oitenta e um. Me orgulho de ser do grupo em que tem em sua carteira
764 de trabalho assinado sanitaria, estava escrito sanitaria A na minha, depois criaram B. mas
765 sanitaria, me orgulho. Me formei em odontologia, quando comecei a minha carreira sempre me
766 senti extremamente incomodado, porque desde os bancos escolares na década de oitenta foi uma
767 década muito propícia a isso, me questionava em viver em um país em que a saúde pública não era
768 universal. Onde meu conhecimento talvez fosse posto só para quem pudesse me pagar. Quando eu
769 vim aqui, e o Sezifredo é meu colega de turma, eu não sabia exatamente, o que seria esse curso de
770 sanitaria, por uma razão muito simples: porque no meu banco de escola, no banco acadêmico, a
771 área da saúde pública na chamada medicina social ela não era tratada com a mesma importância
772 que era tratada as outras áreas de especialidades. Foi aqui na Escola de Saúde Pública do Paraná
773 em um curso feito em mil novecentos e oitenta e um, que de certa forma eu descobri uma outra
774 realidade e de lá para cá eu convivi durante esses trinta anos, não pertenço mais aos quadros da
775 Secretaria de Estado da Saúde já há alguns anos, mas convivi em várias oportunidades com todos
776 esses companheiros de trinta anos que estão aqui. E todos com uma característica muito comum:
777 nós aprendemos a ser gestor público, nós aprendemos administração pública, fazendo, acertando e
778 errando, nós aprendemos a fazer o conhecimento da construção do Sistema Único de Saúde da

779 forma mais empírica possível. Eu sinceramente, daqui a alguns anos vou me aposentar, mas eu
780 gostaria que a Escola de Saúde Pública do Paraná e este é um dos grandes objetivos da questão da
781 Educação Permanente para essa nova geração de funcionários que vão trabalhar na área da gestão,
782 na área da divisão epidemiológica, na área da divisão sanitária que ela seja capaz de formar
783 profissionais voltados à gestão pública. Os mecanismos atuais que se colocam diante da
784 possibilidade de podermos fazer isso em grande quantidade, de podermos usar as ferramentas
785 existentes, e principalmente de utilizar as condições novas de tecnologia na área da educação serão
786 dadas pela Fundação e nós esperamos que daqui a quatro ou cinco anos a nova geração que vamos
787 ver substituindo os sanitaristas, sanitaristas virou uma coisa muito antiga, sanitaristas daquela
788 época, seja uma geração formada por gestores públicos de saúde, com conhecimento na área de
789 administração pública e que sejam uma coisa que o SUS não pode continuar. Nós não podemos
790 continuar com o SUS voltado ao voluntarismo no processo da gestão. Nós temos que profissionalizar
791 e profissionalizar no bom sentido, utilizando a condição técnica que nós dispomos. Com a Fundação
792 poderemos ampliar... **Joelma (CMP)** solicita aos Conselheiros conforme o nosso regimento... **Elaine**
793 **(SindSaúde)** Joelma, sinto muito, agora o Doutor Rene ultrapassou qualquer possibilidade da gente
794 ficar calado, me desculpe, mas o que ele falou sobre a Escola Pública aonde eu também fui formada
795 em mil novecentos e noventa junto com outros gestores que hoje ocupam cargos de chefia e que eu
796 nunca me submeti a isso, poderia estar formando muito de nossos servidores. Em mil novecentos e
797 noventa a Escola de Saúde Pública tinha turma de vigilância epidemiológica, de sanitaristas e outros
798 cursos e hoje o que ela faz? Faz cursos para atender idosos, um absurdo para os trabalhadores irem
799 ganhar dinheiro lá fora, então eu admito tudo o que ele falou, mas falar isso da Escola de Saúde
800 Pública, que ela precisa estar na mão de um ente privado aí, é superar qualquer paciência, qualquer
801 tolerância. **Rene (SESA)** continuando... eu acredito que as pessoas agem de boa-fé. Eu acredito que
802 as pessoas não usam da palavra no sentido de transformar as palavras em outras expressões. Eu fui
803 muito claro, nós temos que profissionalizar no sentido da gestão pública, eu não fiz nenhuma ilação
804 à Escola de Saúde Pública no que ela fez nesse período. Eu deixei muito claro, o que nós temos
805 compromisso é de fazer o que fizeram para nós, que nos transformou em sanitaristas e esse é o
806 compromisso nosso. É a isto que eu me refiro ao profissionalismo, formarmos profissionais,
807 profissionais não só no sentido de um profissional que tenha lá uma formação de educação
808 permanente. Mas um profissional que tenha realmente a condição de se colocar na função de gestor
809 público, na condição de gestor público que é uma necessidade que o SUS precisa e quero deixar
810 muito claro para registro: em nenhum momento eu me referi à condição da Escola, eu me referi à
811 realidade que nós temos na gestão pública do País e principalmente a realidade que nós temos na
812 gestão pública na área do Sistema Único de Saúde. Com a Fundação nós podemos ampliar também
813 a oferta de serviços ambulatoriais especializados nas áreas de consultas, exames de diagnósticos e
814 cirurgias eletivas e aqui eu quero deixar uma questão muito clara: tem certas coisas no Sistema
815 Único de Saúde, que independente do discurso que se faça, nós temos que entender o processo que
816 se deu principalmente à oferta de serviços, e principalmente o mercado de trabalho na área da
817 saúde. Em algumas áreas, nós sabemos que é extremamente difícil hoje ofertar alguns serviços de
818 média complexidade vocacionado, por exemplo, às ações da administração direta. E nós precisamos
819 fazer esse enfrentamento. Nós precisamos enfrentar o processo com instrumentos que sejam
820 proporcionais a esse desafio. Nós precisamos ter anestesistas nos hospitais, nós precisamos ter
821 intensivistas nos hospitais, nós precisamos ter profissionais de enfermagem nos hospitais, nós
822 precisamos ter todos os profissionais necessários nos hospitais, médicos especialistas e para isto
823 nós precisamos dar a resposta para garantir a condição de ampliar esses serviços ambulatoriais
824 especializados. Os centros de especialidades: que este Conselho já discutiu vários deles. Vários
825 estão em construção, estes centros de especialidades, eles precisam além da estrutura física, além
826 da estrutura de equipamentos, eles precisam que a gente tenha condições de ter acesso aos
827 serviços profissionais que deles necessitamos e para isso é necessário que a gente também tenha
828 mecanismos para ofertar serviços de que hoje a população questiona, por exemplo, na área de
829 cirurgias eletivas e outras questões. Encaminhando para a conclusão, fica importante nessa
830 discussão apresentar certos pontos principais. O primeiro: fazer o enfrentamento necessário de que
831 essa discussão da Fundação Estatal de direito privado é privatização, não é. E aí eu prefiro usar a
832 palavra de pessoas que tem uma história no Sistema de Saúde e fazendo parte da reforma sanitária
833 brasileira, que há muito tempo atrás ousaram de fazer um enfrentamento político-ideológico no
834 momento em que ninguém falava de SUS e essas pessoas com o tempo, são hoje, sem dúvida

835 alguma, referenciais para todos nós. E fazendo uma pesquisa em algumas falas, eu preferi trazer
836 aqui a fala de duas pessoas: uma, que fala: “A fundação estatal de direito privado é alternativa
837 pública estatal às terceirizações privatizantes do gerenciamento dos estabelecimentos públicos, com
838 maximização da eficiência gerencial, porém sob total controle público e social e submissão ao
839 disposto no artigo trinta e sete da Constituição”, quem fala isso todos sabem, quem fala isso,
840 conhecem, é Néelson Rodrigues dos Santos, o “Nélsão” uma pessoa com certeza milita na área da
841 saúde, conhece e se tem alguém aqui que defende um SUS para todos os brasileiros é o “Nélsão”. A
842 segunda frase diz: “sou um defensor da saída pelas fundações estatais, totalmente públicas, mas
843 administradas sob direito privado, não como panacéia, mas como uma das hipóteses legais de fazer
844 gestão pública menos paquidêmica e mais eficiente dentro do estado de direito, dentro da
845 legalidade”. Gilson Carvalho. Que eu acredito que todos vocês conhecem e sabem o envolvimento e
846 a defesa que ele faz do Sistema Público de Saúde. Para concluir esta primeira parte dizer que nós
847 estamos na sequência com o Doutor Carlos e também do Doutor Charles e toda a equipe da
848 Secretaria para colocar no processo de discussão todas as informações que forem necessárias para
849 o esclarecimento dessa proposta. Muito obrigado. **Joelma (CMP)** agradece a explanação e passa a
850 palavra para o Doutor Marco Antonio que é representante do Ministério Público. **Joelma (CMP)**
851 esclarece que em todas as reuniões do Conselho são gravadas e a dificuldade que se tem depois
852 quando se tem várias vozes e como nós estamos tratando de um assunto que é de interesse de
853 todos nós que estamos aqui dentro e da população lá fora, eu gostaria de pedir silêncio na hora das
854 falas, que a gente respeitasse as falas, porque na hora que nós formos transcrever essas atas, nós
855 vamos ter problemas para poder transcrever, porque não dá para ouvir direito. **Elaine (SindSaúde)**
856 pede calma e esclarece que o assunto é polêmico, as chefias estão indo para os locais de trabalho,
857 pressionando a gente, mas eu peço calma, vamos ouvir o Ministério Público, calma...daqui a pouco é
858 hora que vocês poderão pegar o microfone e expressar a opinião de vocês, eu sei...eu só quero
859 ajudar no sentido de dizer para eles que eles vão poder usar o microfone, nem que seja no período
860 da tarde e que a gente mantenha a tranquilidade para a gente poder ir caminhando o debate. Muito
861 obrigada. **Joelma (CMP)** informa que foi isso mesmo que a Mesa esclareceu desde o começo. Nós
862 teríamos primeiro a explanação da SESA, depois a explanação do Ministério Público e depois nós
863 estaríamos abrindo para o Plenário. Então eu gostaria de frisar de novo na questão do nosso
864 regimento interno que trata do capítulo cinco, das atribuições dos integrantes desse Conselho, lá no
865 sétimo: zelar pelo pleno desenvolvimento das competências e atribuições desse Conselho, manter
866 atitude cordial, respeitosa em relação aos demais conselheiros, funcionários da Secretaria Executiva
867 do Conselho, convidados ou participantes das reuniões desse Conselho, então, assim, nós estamos
868 tentando manter toda essa cordialidade, nós estamos respeitando a nossa lei maior que é o
869 regimento interno desse Conselho e eu gostaria que todos os outros conselheiros e os nossos
870 convidados para essa reunião de hoje que também respeitassem, porque ninguém está
871 desrespeitando ninguém. Eu falei desde o começo que nós teríamos as explicações e depois a
872 gente abriria as falas para quem quisesse falar. Nós temos até as seis horas da tarde para debater
873 esse assunto aqui hoje. Então não precisa a gente perder o nosso respeito perante os outros porque
874 nós não estamos aqui para isso hoje. Então vamos respeitar o nosso regimento, que é a nossa lei
875 aqui dentro desse Conselho e vamos respeitar cada um de nós. Tem uma Mesa na qual eu estou
876 presidente desse Conselho para coordenar esse trabalho, então eu gostaria de pedir aos
877 conselheiros que não peguem o microfone sem antes anunciar aqui para mim. Porque nós temos e
878 assim é que são feitas todas as reuniões do Conselho. Dando seqüência, Doutor Marco Antonio
879 Teixeira. **(F6) Doutor Marco Antonio** cumprimenta a todos e inicia sua explanação. Certamente
880 hoje nós temos aqui nesta Casa uma reunião histórica do Conselho Estadual de Saúde como tem
881 sido em alguns momentos ao longo do seu passado por todos conhecido da sociedade paranaense.
882 Portanto, é um momento muito importante e que cada um de nós conselheiro ou não, participante,
883 membro do Ministério Público, profissional de saúde, cidadãos que aqui estão, todos nós,
884 independente da condição de que aqui estejamos, temos sim, o dever de encarar esta discussão
885 com profundo espírito público, que ela nos traz à mente quando se trata de uma mudança tão
886 importante quanto a proposta por este projeto de lei. Eu quero dizer inicialmente aos senhores e às
887 senhoras que o Ministério Público na altura em que as coisas estão, e em que altura elas estão?
888 Estão em fase de legiferação, ou seja, estão no trâmite político na Assembleia Legislativa, fruto de
889 um projeto de lei que foi encaminhado para o Poder Executivo. Nessa altura, e até que esta proposta
890 seja votada e que se converta em lei eventualmente, porque pode ser que ela não seja aprovada,

891 nesse momento não há nenhuma previsão legal que determine ao Ministério Público, mesmo o
892 Poder Judiciário intervenha nesse lapso que é o de confecção de uma lei, e é muito bom que assim
893 seja para deixar o Poder Legislativo absolutamente livre para decidirem reassumirem as
894 responsabilidades das suas decisões, quer a favor de determinado projeto de lei, quer contra.
895 Portanto, o que eu estou aqui a fazer, já que a nossa Instituição por lei não pode interferir no
896 processo de legiferação e é bom que assim seja, porque isso protege o regime democrático, estou
897 aqui na qualidade de cidadão, de membro do Ministério Público ou militante do Sistema Único como
898 qualquer um dos senhores ou das senhoras aqui presentes. Independentemente do segmento a que
899 pertencamos, não há dúvida nenhuma, todos aqui estão e querem bem o Sistema Único, querem um
900 Sistema Único melhor para toda a sociedade. É isso o que nos irmana, embora as diferenças de
901 opinião que possam eventualmente acontecer. Também nessa reunião corrige-se um lapso
902 importante que foi dessa matéria não ter sido previamente trazida à deliberação deste Conselho,
903 corrige-se e ainda há tempo da Assembleia Legislativa tomar conhecimento do que foi aqui no final
904 do dia deliberado se é que a reunião hoje concluirá o seu trabalho, colocando a posição final do
905 Conselho e digo isso na expectativa do que os senhores vierem a decidir, que eu não tenho a menor
906 condição de adivinhar, seja lá qual a decisão vir a ser tomada pela maioria, ele deve ser respeitada e
907 mais que isso, ela deve ser encaminhada pessoalmente à Direção da Assembléia para a Assembleia
908 saber qual a posição do Conselho de Saúde está. Isso não poder ser uma discussão que se encerre
909 nesta sala ou que se mande um ofício apenas comunicando brevemente o que aqui foi objeto de um
910 dia inteiro de debate e mais do que isso, eu estive aqui, sou testemunha de quantos companheiros
911 conselheiros que estudam a matéria que já tem convencimento, que já tem experiência, portanto a
912 tão importante posição que vier a ser tomada aqui, seja qual for, que deve ser objeto sim de entrega
913 da manifestação ao Presidente da Assembleia Legislativa e ao próprio relator do Projeto de Lei que
914 está lá para que tome conhecimento e claro se paute de acordo com as suas convicções, mas
915 relevando, considerando a posição do Conselho Estadual de Saúde. Portanto, eu serei breve nesta
916 minha intervenção na perspectiva de que depois do debate, talvez, seja mais produtivo algum tipo de
917 manifestação da nossa parte. Mas eu quero lhes dizer que a proposta do Ministério Público é que se
918 faça a discussão como qualquer um dos senhores, das senhoras. A nossa proposta é de em
919 conjunto superarmos as dúvidas que temos, a nossa proposta é de no final termos mais
920 esclarecimentos, mais informações sobre esse fenômeno que é a FUNEAS, que se pretende neste
921 Projeto de Lei, temos mais informações e com mais qualidade, porque se tivermos melhores
922 informações ao fim de nossos debates, ao fim das nossas discussões teremos condições de tomar
923 melhores decisões, a ideia é esta: é neste processo de criar volume de debate, volume de qualidade
924 de informação é que o Ministério Público se insere; não como órgão que neste momento possa
925 interferir no trâmite legislativo do Projeto de Lei sete dois meia. Esta história da FUNEAS me lembra,
926 e eu sei, a natureza jurídica diversa de ambas as instituições, me lembra no passado, os mais
927 antigos aqui não de lembrar também do antigo ISEP, lembram do ISEP? Instituto de Saúde do
928 Estado do Paraná? Que era uma outra experiência que lembra remotamente a Fundação. Não deu
929 certo. Tanto é que acabou. Mas o destino do ISEP não significa necessariamente, porque são
930 instituições juridicamente com formato diverso, em épocas diferentes e pegam, apanham alguns
931 momentos SUS também em momentos diversos. Mas me lembro que já houve uma experiência que
932 lembra remotamente a história da FUNEAS. Bom, eu acho que o que deve prescindir o pensamento,
933 é uma convicção minha, o que deve prescindir os nossos encaminhamentos, os nossos debates e
934 certamente a conclusão deste Conselho, não é necessariamente o que é melhor para o Sistema
935 Único de Saúde. Porque o Sistema Único de Saúde ele apenas é um meio previsto na Constituição
936 para atender as pessoas. Nós temos que pensar se Fundação é bom ou é ruim, se isto é bom ou é
937 ruim para o usuário. Esta é a perspectiva: Porque o SUS existe para as pessoas, não são as
938 pessoas que estão voltadas para o SUS, não são as pessoas a referenciar o SUS que é um
939 instrumento fundamental, importante do Estado, a gente tem que desenvolver ao longo do tempo, da
940 nossa maturidade, com o próprio SUS, da maturidade democrática que devemos desenvolver
941 permanentemente neste País, para evitar retrocessos desastrosos na área da saúde nós temos que
942 imaginar qual é o caminho e para mim, sempre foi este: é ter um SUS que cuide das pessoas e que
943 as pessoas cuidem do SUS; e isso não acontece. Nem o SUS cuida bem das pessoas como devia
944 por mais esforços que se faça e nem as pessoas cuidam do SUS. As pessoas não têm sequer o
945 conhecimento do que é o SUS do direito que elas têm. Elas têm muito mais noção do direito de
946 consumidor do que do direito à saúde. Essa é a nossa realidade, e não conseguimos mudar isso. E o

947 trabalho é esse; e por isso que vocês existem. Vocês conselhos de saúde municipais, estaduais e o
948 nacional. Bem, eu quero começar a questão da Fundação dizendo o seguinte: eu vejo que nós
949 podemos ter aqui três posições dentre todas as pessoas aqui presentes, conselheiros ou não
950 conselheiros, ou haverá aquelas pessoas que desde logo, fruto da exposição do Doutor Rene, dos
951 seus conhecimentos a respeito do assunto, e até de sua experiência profissional, temos aquele
952 grupo de pessoas com posição definida que é a favor da Fundação. Pronto, isto está resolvido e não
953 serei eu convencê-los do contrário. Isso vai ser manifestado na hora da votação final sobre a posição
954 do Conselho. Haverá, por outro lado, as posições contrárias, ou seja, independente do que se diz,
955 independente do que consta no Projeto de Lei, haverá um grupo de pessoas que é rigorosamente
956 contra a Fundação, está convencida, vem para o debate, mas já tem convencimento sobre isso. Com
957 relação a elas, da mesma forma, nada do que se possa dizer nem da minha parte tem que se
958 respeitar a posição delas e isso também vai ser expresso no momento das votações
959 correspondentes. Mas penso que haverá um terceiro grupo que é o das pessoas que gostaria de
960 discutir o projeto, mais no passo a passo, mais nos seus artigos, mais para ver se há vantagem ou
961 não, fazer o “varejo” fazer a discussão um pouco do varejo e não o “atacado”. E talvez para este
962 terceiro grupo que eu imagino que exista entre os conselheiros e os cidadãos e cidadãs aqui
963 presentes é que talvez nós possamos avançar na discussão do projeto em si, porque quem já tem
964 posição contra ou posição a favor, claro que pode participar da discussão, mas não posso lhes dizer
965 que eu estou aqui para lhes convencer de nada; nem que estão certos, nem que estão errados.
966 Apenas respeitar a posição que cada um tem sobre isso. Eu vou lhes dizer uma coisa que me ocorre
967 quando surge essa Fundação: coisa que ocorre ou que ocorreu quando surgiu Fundação de Apoio,
968 quem é que não sabe da história da Funpar? Coisa que surge quando houve a OS – Organização
969 Social que aqui no Paraná, não é uma coisa que eu acho elogiável, mas existe uma lei que permite
970 funcionar em saúde. Temos as OSCIPs neste Estado que a experiência do Ministério Público revela
971 que a maioria delas se trata de coisa de quadrilha. Algumas, dessas instituições se especializaram
972 em maltratar os usuários e assaltar os cofres públicos, mas porque eu faço estas referências a estas
973 instituições todas? Por uma razão muito simples. Porque a FUNEAS um tanto quanto estas outras
974 instituições tão diversas quanto a sua natureza jurídica que são muito diversas entre si, mas todas
975 são reflexo de uma “doença de infância” do Sistema. O Sistema Único de Saúde tem uma doença da
976 sua infância que o compromete até hoje. Que doença é essa? Na lei oitenta e um quarenta e dois,
977 que é uma das duas leis orgânicas de saúde, está lá descrito, inclusive como condição de repasse
978 de recurso do Fundo Nacional para os fundos estaduais, para os fundos municipais de saúde que...o
979 que eu estava dizendo para os senhores e para as senhoras o seguinte: O Sistema Único de Saúde,
980 ele tem uma doença de infância que provocou modernamente este tipo de instituições, de
981 instrumentos que nós estamos a discutir, a nos embater contra, embater a favor, qual é esta
982 doença? Na lei oitenta e um quarenta e dois está dito: em mil novecentos e noventa, esta que é uma
983 das duas junto com a oitenta e oitenta que regulamenta a Constituição Federal na área da saúde o que
984 ela diz: ela diz: em dois anos o Sistema Único, todos os entes federativos, estados, municípios e
985 União terão depois de constituírem uma comissão para isto, que instituir um plano de cargos,
986 carreiras e salários. Ora, a existência desse plano que significa recursos humanos, profissionais do
987 Sistema, carreira de saúde que hoje, neste Programa Mais Médicos que tanto se clama a favor
988 disso, mas é uma história muito antiga e ninguém deu bola, porque na verdade, pouquíssimos dos
989 entes federativos fizeram este plano. E de graça ficou. Porque a lei estatuiu que o Fundo Nacional só
990 repassava o recurso somente para quem tivesse o plano. Jamais se contingenciou, jamais se deixou
991 de passar recursos porque não havia recursos no plano, e nós nos acostumamos a isso. Isso passou
992 a ser como se fosse uma “letra morta” da lei. E o reflexo é que nós começamos a caminhar, já que
993 não tínhamos uma estrutura boa de recursos humanos, começamos a comprar serviços da iniciativa
994 privada do ponto de vista que hoje, se a iniciativa privada resolvesse fechar as portas, o SUS
995 quebrava. O SUS não dá conta, o SUS público não se dá conta sequer de cinquenta por cento da
996 demanda. Foi para isso que nós caminhamos. Por que caminhamos? Porque nunca observamos que
997 tal forma isso é grave que na Lei Complementar cento e quarenta e um que regulamenta a Emenda
998 vinte e nove como todo mundo fala, como todo mundo saber disso, essa exigência caiu. Não precisa
999 mais plano de cargos, carreiras e salários para repassar recurso. Antes havia exigência não
1000 cumprida, hoje nem isso mais é necessário porque a Lei cento e quarenta e um não produziu este
1001 dispositivo. Então, é nisso que estamos. Estamos a discutir instrumentos, informes e forma de
1002 sobrevivência do Sistema porque nunca geramos um Sistema uma política, baseada em lei

1003 evidentemente que estabelecesse claramente incentivos, qualificação para servidores da saúde.
1004 Carreira de saúde não é só para médico, não evidentemente. Os médicos estão reclamando que não
1005 tem, mas não é só para eles, é para todos. Então, temos uma doença de infância no SUS que gerou
1006 isso hoje, como gerou outras iniciativas no passado. Outro dado que me parece importante de trazer
1007 à consideração dos senhores e das senhoras é de que a Fundação, se ela vier a existir, ela muda o
1008 modelo, mas não acrescenta dinheiro novo. O orçamento do Estado previsto na Lei Orçamentária,
1009 portanto, previsto na LOA, essa continua inalterada, não vamos nos iludir. Estamos tratando de uma
1010 mudança de modelo a ser consagrada ou não por lei, vamos ver lá no futuro o que vai acontecer,
1011 mas não vai ter dinheiro novo não e dinheiro novo nós precisamos. Mas, a discussão não é essa, eu
1012 apenas digo que Fundação trata-se de exatamente isso: mudar a forma de fazer através de uma
1013 pessoa jurídica que seria a Fundação e isso não é pouco, isso traz muitas modificações, mas não
1014 acrescenta recursos ao Fundo Estadual de Saúde. Como o COAP, por exemplo, que é uma outra
1015 forma de fazer contrato organizativo de ação pública em saúde é outra forma de gerir as questões de
1016 saúde, mas não acrescenta um centavo no orçamento da Saúde, então a gente tem que pensar
1017 essas coisas. Quando eu li este Projeto de Lei, eu agradeço a companheira Joelma, que é a
1018 Presidente deste Conselho que provocou a questão de uma semana, dez dias atrás uma reunião dia
1019 vinte e nove que ocorreu lá no Ministério Público, ela e os companheiros da Mesa Diretora, onde nós
1020 começamos a discutir alguns pontos importantes do Projeto. E agradeço a ela porque permitiu que
1021 nos inseríssemos de uma forma um pouco mais produtiva nesta discussão. E lá, então, nós dizíamos
1022 e conversávamos a este ponto, dizendo o seguinte: existe na literatura dois tipos de fundação
1023 pública de direito privado, mas vou perguntar uma outra coisa: este negócio fundação pública de
1024 direito privado, isto existe juridicamente, ou não, embora exista a discussão a respeito, posso lhes
1025 garantir pela pesquisa que se fez que a maioria, a maior parte da literatura entende que existe sim,
1026 se isto pode funcionar na Saúde, se isto é melhor para outras coisas, é outra conversa, mas a
1027 instituição, a figura jurídica da fundação pública de direito privado é aceito inclusive em voto de
1028 Ministro do Supremo, eu estou dando isso como preliminar. Então, vamos imaginar o caso do
1029 Paraná, da FUNEAS: A FUNEAS tem uma coisa diferente do que diz a doutrina. Doutrina separa as
1030 fundações de direito público privado de duas formas: a letra “a” aquela fundação que depende do
1031 Orçamento do Estado, ela é orçamento-dependente, aquela que depende de recursos que são
1032 passados do Tesouro estadual, dentro do Orçamento e aí ela vai estar no PPA, vai estar na LOA,
1033 certo? E vai fazer o papel cumprindo isso com o dinheiro do Tesouro, ou seja, do Fundo Estadual de
1034 Saúde se for uma fundação municipal de saúde. Existe um outro tipo de fundação que é aquela que
1035 não recebe dinheiro público do Orçamento, é aquela que vai receber o dinheiro público por prestação
1036 de serviços, então ela presta serviços no âmbito do SUS e apenas para o ente do qual ela deriva, no
1037 caso da FUNEAS, o Estado e esse é o seu recurso que pode ter. No Paraná a gente tem um sistema
1038 misto, porque tem um artigo trinta e um que diz que em um certo período que não se sabe de quanto
1039 tempo, ela vai depender do Orçamento, portanto vai ter que entrar na regra do jogo do Orçamento
1040 Público, mas depois que receber os recursos das primeiras contratações, ela passa a ter a segunda
1041 natureza de ser independente do Orçamento. Por que eu levanto isso? Por uma razão muito simples:
1042 é que nós estamos juridicamente diante de um fenômeno híbrido. Se a gente catalogar as fundações
1043 públicas de direito privado, ou originais com se prefira, teremos aqui um híbrido. É importante
1044 lembrar a vocês e eu não quero esquecer, por isso eu vou falar essa história. Se por acaso, após
1045 passado a discussão, a manifestação do Conselho, a posição da Assembléia, não se sabe o que vai
1046 ser essa lei, tem a posição do Conselho que eu espero possa influir qual seja ela, na inteligência dos
1047 senhores deputados, mas pode haver veto, pode haver algumas mudanças. O que eu quero dizer é
1048 que está aqui, não é rigorosamente o que vai ser, se vier a ser, por que eu digo isso? Por uma razão
1049 muito simples: se esta lei acontecer, da forma como ela for promulgada e aí o Ministério Público tem
1050 intervenção sim, depois de publicada no Diário Oficial e até então tem que se respeitar a área de
1051 liberdade do Poder Legislativo, mas depois de editada a lei assinada, sancionada, portanto,
1052 publicada passa a ser uma questão também que interessa ao Ministério Público. Se esta lei existir
1053 vocês tem que lembrar que esta lei tem que entrar onde? No Plano de Saúde do Estado! Que essa
1054 alteração é fundamental! Porque essa lei vai gerar despesas, desculpe, a lei não, a Fundação vai
1055 gerar despesas que vão ser pagas com recursos do Fundo e a Lei Orgânica da Saúde e aí a “velha”,
1056 oitenta oitenta mas que ainda está em vigor nesse aspecto diz que recursos da Saúde, portanto do
1057 Fundo de Saúde tem que estar previstos no Plano, fora as questões de emergência, de calamidade
1058 pública, que não é o caso. Então, se nós não tivermos uma fundação que se reja autonomamente,

1059 sem que isso esteja no Plano de Saúde do Estado, nós corremos o risco de exposição a problemas
1060 de improbidade, problema criminal, de toda a ordem. Então, essa é uma regra do jogo que os
1061 senhores que são fiscais da execução do Plano de Saúde se houver lei no futuro, tem que ter muita
1062 atenção. Essa lei vai ter que ser incorporada ao Plano, aditando-se o Plano. A proposta de
1063 aditamento parte do Executivo e vai ser discutida e aprovada ou não por vocês aqui num debate
1064 como este. Mas, é uma outra história que eu não sei se irá ocorrer, porque eu também não sei se vai
1065 haver lei. Eu fiz algumas anotações enquanto o Doutor Rene falava e vou me ater ao que ao que eu
1066 mesmo anotei. No material que me foi enviado pela Joelma, veio o Projeto de Lei setecentos e vinte
1067 e seis da Assembleia, veio integral, inclusive com a manifestação crítica do Deputado Tadeu Veneri,
1068 que eu li com atenção como também eu recebi em meu gabinete a crítica, além da visita e o
1069 documento do Deputado Gilberto Martin que tem restrições em alguns momentos, me parece
1070 fundamentais com relação ao texto dele, li e estudei a questão, tenho opinião a respeito, mas talvez
1071 não seja o momento de nós debatermos, mas estou perfeitamente à disposição do Deputado Tadeu
1072 Veneri como já discuti as ponderações com o Deputado Gilberto Martin em caráter particular.
1073 Apenas tenho que dizer que tenho conhecimento das restrições aos senhores a esse respeito, em
1074 parte concordo com elas. A questão que nós estamos num conselho estadual, conselho estadual faz
1075 o quê? Controle Social. E aí eu pergunto para vocês? Qual é o controle social na Fundação? E aí
1076 discutimos o “varejo”, o varejo que é o passo-a-passo, o artigo-artigo, pelo menos dos artigos que
1077 mais chamam a atenção desse Projeto de Lei setecentos e vinte e seis. Eu vejo enfraquecido o
1078 poder ou a participação do Controle Social. Eu sei que existem dois cidadãos que vão ser indicados
1079 pelo Conselho para participar do Conselho Estadual de Saúde para integrar o órgão da Fundação
1080 que é o Conselho Curador, que é o órgão de superestrutura. Eu sei também que isso foi feito na
1081 Fundação Estatal de direito privado aqui em Curitiba e até foi feito por interferência do Ministério
1082 Público porque até então, quando se discutiu a fundação aqui para Curitiba, os conselheiros que
1083 deveriam ter cargos efetivos no Conselho Curador que é um órgão de gestão. O Conselho fiscaliza a
1084 gestão. O Conselho não é a gestão, não se pode confundir as duas coisas. E nós tivemos longas
1085 discussões, um grande esforço de convencimento, até que não foi tão grande porque a conversa não
1086 foi assim tão prolongada, mas com o Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, com a Secretaria
1087 Municipal de Saúde que apresentava o Poder Executivo e com a Câmara Municipal de Curitiba e
1088 essa situação foi montada. Mas, todavia o tempo passe e as coisas podem ser melhoradas e nesse
1089 sentido de ser melhoradas, eu vejo aqui reproduzido um modelo de Curitiba, que tem a vantagem de
1090 não colocar conselheiros a serem gestores, porque gestores não são. Como é que eu vou fiscalizar a
1091 mim próprio depois no Conselho? Fica uma coisa que não lógica é. Agora nós podíamos e isso não
1092 é obrigatório, mas nós podíamos pensar num Conselho Social Consultivo, que estivesse ligado no
1093 organograma da Fundação ao Conselho Curador, ou Conselho Executivo, na verdade, para ele ser o
1094 termômetro para esse Conselho Social que é um Conselho Consultivo e não é deliberativo, não é
1095 gestor, se ouvido, ele que vai transmitir as expectativas da população, dos usuários, os problemas
1096 que tem conhecimento que muitas vezes a gestão da Fundação não tem, mas o importante é que se
1097 pudéssemos evoluir na medida em que reforçássemos esse Controle Social sobre uma fundação
1098 eventualmente existente no futuro, e isso me parece importante. Porque, tanto quanto o Conselho
1099 Curador, como Conselho Executivo, são dois conselhos que existem, esta estrutura é fundamental
1100 para dar qualificação, para dar inclusive legitimação para algumas decisões que vierem ou não a
1101 serem adotadas em existindo a Fundação Estatal, a FUNEAS. A FUNEAS como qualquer fundação
1102 pública de direito privado ela obedece segundo a literatura um regime administrativo mínimo, ou
1103 seja, ela tem obrigações. Se você procurar na Constituição, eu selecionei ali, na Constituição
1104 Federal, que dão responsabilidades no sentido de órgão público porque a FUNEAS de fato é um
1105 órgão público, portanto de dezenas de artigos. Mas, quando eu falo de regime administrativo mínimo,
1106 não vou me reportar a todos esses artigos que teria incidência na Fundação. Vou me reportar a dois
1107 fatos que são os mais importantes: a questão da licitação e a questão do concurso. Ambos têm
1108 previsão aqui no Projeto que eu li. Isso é o regime administrativo mínimo que a doutrina jurídica
1109 apregoa deva ser observado, ou seja, concurso e licitação. Quanto a isso, a previsão legislativa nem
1110 poderia ser de outra forma. O grande problema, o grande perigo, se quisermos usar a palavra perigo,
1111 talvez ela não seja a mais adequada é se essa lei for aprovada, se vier a existir a Fundação é o seu
1112 estatuto. Porque a lei é muito genérica. Onde está na linguagem popular ou onde pode estar na
1113 linguagem popular o “pulo do gato” é no estatuto. Diz o Projeto de Lei que este estatuto será
1114 aprovado pelo Conselho Curador. Não me parece o melhor, não me parece o caminho mais

1115 razoável, inclusive com aporte novamente na doutrina, estatuto é ato do Poder Executivo, é por
1116 decreto que regulamenta a lei ou por ato aprovado pelo Poder Executivo. Não apenas por uma
1117 questão de ser assim juridicamente o melhor caminho, mas também porque o estatuto que vai dizer
1118 o dia a dia, o que se faz no dia-a-dia da Fundação, ele é tão importante que ele tem que ter
1119 segurança jurídica, alguma estabilidade no tempo. Ora, um estatuto em que um Conselho Curador
1120 ainda que ouvido a Secretaria pode fazer e desfazer, isso não nos traz segurança nas relações, isso
1121 não traz tranquilidade para as pessoas, portanto o que eu acho é que podemos pensar num estatuto
1122 que seja posto num instrumento jurídico, tem o exemplo do decreto, que é o que fala a Valéria
1123 Salgado, por exemplo, no seu tratado sobre este assunto, um decreto e pronto. Discutido,
1124 evidentemente nesta Casa, mas um decreto. Bom, a outra que me parece importante é que com a
1125 Fundação, na órbita dos seus servidores, fora aqueles servidores foram para o Poder Executivo para
1126 lá, mas aqueles que forem contratados porque o que se prevê aqui é a CLT. Nós temos duas
1127 categorias: nós temos os funcionários públicos muitos deles sob o regime estatutário que tem a
1128 vantagem da estabilidade, mas teremos na Fundação uma certa categoria de pessoas que serão
1129 empregados públicos, porque CLT e não funcionários públicos. Essas pessoas certamente não terão
1130 a estabilidade própria dos funcionários à contra partida será que ela se beneficiarão das convenções
1131 coletivas de trabalho e se beneficiarão do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço. Se isso se
1132 equivale ou não, a regra é esta! CLT todo mundo sabe como é. Eu não vejo, eu não tenho condições
1133 de dizer para vocês porque eu não tenho bola de cristal de dizer: CLT é um lixo, não é um lixo, não
1134 estou defendendo a defesa, não estou fazendo a defesa de que seja esse o modelo de contratação,
1135 mas por que CLT não é um lixo? Porque ela rege noventa por cento da população de trabalhadores
1136 deste País! Dez por cento que é servidor público fora da CLT. Se fosse um lixo, o que os nossos
1137 trabalhadores estão a viver aí? Isso é uma questão muito séria, se temos críticas ao regime de CLT,
1138 não pode ser uma crítica, não estou dizendo que haja essa crítica, mas a crítica não pode ser
1139 ideológica, a realidade nos diz isso. Noventa por cento dos trabalhadores é CLT, que não é perfeita,
1140 mas é o que nos rege desde o tempo de Getúlio Vargas. A outra questão que eu gostaria de trazer a
1141 vocês também é que a Fundação pela sua natureza jurídica deverá ficar fora da Lei de
1142 Responsabilidade Fiscal, este talvez seja um dos ganhos que se pretenda ou pretenda o Governo
1143 quando pensou nesta possibilidade da Fundação. Mas eu quero ver o artigo segundo da Fundação.
1144 Vejam lá o que está no artigo segundo. **(F7)** Manifestei essa preocupação ao Secretário de Estado
1145 antes de vir aqui falar com vocês que já fazia parte daquele processo iniciado com a Joelma e em
1146 discussão com os interlocutores, quem são os nossos interlocutores? Vocês e a Secretaria, o Poder
1147 Legislativo não buscou essa interlocução a não ser por intermédio do Deputado Gilberto Martin, com
1148 quem quer discutir a gente discute. Portanto, eu fui atrás e disse ao Secretário que me preocupava o
1149 artigo segundo. Ta lá o artigo segundo e diz o quê? Prestem atenção: “A FUNEAS terá por
1150 finalidade, abre aspas: desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial, hospitalar,
1151 desenvolvimento, pesquisa e tecnologia de produção de imunobiológicos, medicamentos e insumos,
1152 educação permanente no âmbito do SUS”, isso é quase tudo que faz a Secretaria! Então, o que eu
1153 disse ao Secretário: se a sua ideia é ter, enfim, aprimorar o Projeto sugeri a ele, ponderei a ele:
1154 vamos especificar que áreas efetivamente essa Fundação vai atuar, para não confundir com a
1155 Secretaria, porque isso que está dito aqui é atribuição da Secretaria de Estado, atribuição primária,
1156 porque a Secretaria integra o Estado que é um ente do Poder Executivo, ou seja, se a Fundação vier
1157 a existir é uma “perna” da Secretaria, mas ela não pode substituir a Secretaria, então o que eu quero
1158 dizer com isso? Poderia haver, e eu peço aqui, com a presença do Deputado Tadeu Veneri, que
1159 houvesse um esforço na Assembleia para discutir essa matéria para aqueles que pensam em
1160 aprová-la no sentido de especificar, afinal de contas, esta Fundação vai fazer o quê? Vai fazer o que
1161 a Secretaria está fazendo? Para que Secretaria? Para que Fundação? Portanto, isso gera confusão.
1162 Isso gera discussão jurídica. Isso judicialização. Isso gera travamento da área de saúde, e a gente
1163 pode evitar isso aí. Ainda no varejo, além do artigo segundo, eu gostaria de mencionar para vocês,
1164 isso já foi dito pelo Doutor Rene e o Secretário na conversa que eu tive com ele sobre este projeto,
1165 alertei desse problema, que é o problema do parágrafo terceiro, do artigo quinto, que jogava na
1166 Fundação o Hospital da Polícia Militar, ou o atendimento à saúde da Polícia Militar. Isto é uma
1167 questão extremamente espinhosa, que em algum momento terá que ser enfrentada, mas uma coisa
1168 é um fato: é inarredável, é indiscutível. A área de serviço hoje, como ela é prestada no Paraná aos
1169 servidores da Polícia Militar e seus familiares não é SUS e se não é SUS não pode estar aqui.
1170 Porque aqui é só SUS. Isto tem que ser afastado, mas em boa hora, Doutor Rene disse que isso já

1171 foi resolvido e vai haver um movimento para que isso seja extirpado do Projeto que está lá na
1172 Assembleia. Inclusive porque eu até fiz anotação, este parágrafo terceiro conflitava no Projeto com
1173 outro artigo, artigo segundo caput e artigo dezesseis do Projeto. Então havia conflito interno dentro
1174 do próprio Projeto diz que é tudo SUS, SUS e se insere lá num “parágrafozinho” qualquer algo que
1175 não é SUS e aí fica assim, e se ninguém pega, passa. E é o maior problema depois até para a
1176 própria Secretaria de administrar o conflito que seria isso aí. A outra questão também no varejo que
1177 eu gostaria de dizer para vocês é o seguinte: a questão do estatuto que eu sugiro já falei, seja por
1178 decreto, a questão do caráter híbrido que está no artigo trinta e um e voltando às minhas
1179 considerações já que é uma fala meramente introdutória do debate, encerro dizendo mais duas ou
1180 três linhas para consideração dos senhores e das senhoras. Está dito no Projeto que a supervisão
1181 da FUNEAS é da Secretaria. Se ela existir dentro da Fundação deve existir, deve ser isso mesmo, a
1182 supervisão deve ser da Secretaria e até porque está na Constituição, artigo oitenta e sete, parágrafo
1183 um da Constituição Federal. A função do órgão, havendo a Fundação Estatal, até aí nada de novo. O
1184 que me parece importante é que nós temos na literatura, eu não sei como que vai avançar na
1185 Assembleia e também não sei qual é o pensamento do Executivo, mas isso é um ponto que a
1186 literatura conta como pode ocorrer no âmbito de uma fundação estatal ou pública de direito privado
1187 que é o seguinte: que a lei poderá autorizar a entidade, portanto a Fundação a patrocinar entidade
1188 fechada de previdência complementar para aquele empregado público, não é funcionário público. A
1189 gente vai ter provavelmente, repito: em havendo a Fundação, dois tipos de pessoas, ou do tipo de
1190 sua procedência, da natureza jurídica do vínculo do que tem com o Estado. Para estes regidos pela
1191 CLT vai sim poder mediante lei é uma questão que talvez isso venha a acender o debate, mas
1192 teoricamente a literatura prevê isso. Outro dado que é importante é de que pode haver também outra
1193 lei autorizativa prevendo a contratação temporária de excepcional interesse público que vai se dar
1194 mediante processo seletivo dessas pessoas, então, é quem está aí, mas numa situação diferenciada
1195 como eu disse de temporário e excepcional interesse público. Poderá se contratar também mediante
1196 processo seletivo. Agora, tem uma parte dessa Fundação, como eu falei no início que ela vai viver
1197 um ano talvez, possível até que comece a receber os primeiros recursos dos contratos de gestão,
1198 ela vai ser dependente do Orçamento. Nesse período, portanto, eu falei que ela era um pouco
1199 híbrida por conta disso. Lá na frente que ela vai ficar independente. Ela vai estar dependente dos
1200 contratos de gestão. No período em que ela for dependente do Orçamento do Estado onde parte do
1201 Orçamento, Fundo Estadual de Saúde, que é de lá que vai sair o dinheiro, não há outra fonte
1202 possível para pagar, essa fase da Fundação, ela vai ter que ter os seus recursos previstos no PPA –
1203 Plano Plurianual, que agora é Plano Plurianual da Saúde – PPS, nós temos a Lei cento e quarenta e
1204 um, mas vamos usar a nomenclatura mais corrente entre nós que é o PPA e na Lei Orçamentária.
1205 Assim como ingressa no PPA e na Lei Orçamentária, as autarquias e as fundações públicas de
1206 direito público, que essa é pública de direito privado, a gente tem que lembrar que tem a fundação
1207 pública “pura”, vamos dizer, que essa é sempre dependente do Orçamento, que é uma outra
1208 conversa. Nossa conversa elas são “irmãs gêmeas”, mas têm diferenças entre si. E também,
1209 enquanto ela for dependente, a Fundação de recursos do Orçamento do Tesouro, leia-se: - Fundo
1210 Estadual de Saúde -, ela tem que obedecer a regência da Lei quatro mil trezentos e vinte, da Lei
1211 Orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Complementar cento e um. De forma que
1212 essas aqui são as “balizas do jogo”. Nós temos uma instituição que é modelo misto, a previsão de
1213 existência jurídica, essa figura jurídica existe no mundo jurídico? Existe. Para o bem e para o mal.
1214 Mas existe. Quem consultar a literatura, os companheiros que aqui já viram sabem que isso existe.
1215 Se ela é boa para a saúde ou não, é tarefa de vocês decidirem. Como também será tarefa dos
1216 deputados estaduais dizerem no final se vão aprovar ou não. O Governador pressupostamente já
1217 tem opinião formada porque enviou a mensagem de lei à Assembleia. Eu concluo dizendo, falando
1218 no Governador se o Governador do Estado que na exposição de motivos que consta no Projeto de
1219 Lei setecentos e vinte e seis, exposição de motivos assinada pelo Senhor Governador ele se reporta
1220 no final da exposição de motivos, a posição que o Ministério Público do Paraná adotou em face da
1221 fundação pública de direito privado, fundação estatal de direito privado de Curitiba, dizendo de
1222 algumas intervenções que tivemos e tivemos mesmo, no sentido de o que nos foi dado, fomos
1223 procurados de alguma forma se entendeu que éramos úteis, fizemos uma revisão e tratamos disso
1224 com os vereadores, tratamos disso com o gestor, com o Secretário e Conselho de Saúde, mas em
1225 nenhum momento do que estávamos naquela altura, como estamos hoje em fase de legislação nos
1226 manifestamos contra ou favor. Esta é uma posição da sociedade através dos seus órgãos, Conselho

1227 de Saúde, Poder Legislativo e Poder Executivo. Nós não temos legitimidade, nós não temos o voto
1228 das pessoas no Ministério Público, nem o Poder Judiciário para tomar essas decisões, portanto não
1229 foi por escapismo, não foi para subir ao muro que não dissemos. Eu tenho opinião pessoal sobre as
1230 fundações, ela não interessa nada nessa conversa de hoje, interessa a minha opinião ou minha
1231 posição como membro do Ministério Público, isso é o que eu torno a dizer. Portanto, a impressão
1232 que se dá na exposição de motivos que o Ministério Público aderiu, que o Ministério Público
1233 concordava como modelo não corresponde ao que aconteceu na verdade. Até porque, não estou a
1234 chamar o Governador de mentiroso, coisa nenhuma, mas de fato a redação não corresponde ao que
1235 deu mesmo, até por uma razão de ordem muito prática: no dia seguinte à publicação da lei do Diário
1236 Oficial podíamos ser nos do Ministério Público questionados sobre a validade, eu já teria antecipado
1237 o mérito, sem sequer ter conhecido a situação que viria depois a examinar nosso. Então isso não é
1238 justo como não se faz o juiz dar opinião em situações que depois ele poderá ter que se manifestar,
1239 ter que decidir. Também por isso, por uma questão de razoabilidade, de lógica, me abstive de tecer
1240 considerações. Aí sim, pessoais. O Ministério Público nessa altura contribui para o debate e eu estou
1241 aqui à disposição dos senhores e das senhoras, mas ele não assume o papel de decisor, quem
1242 decide nesse momento são os senhores e a Assembleia Legislativa na sequência. E seja lá qual a
1243 decisão do senhores, da própria Assembleia, há que se respeitar. Porque dentro do Sistema Único
1244 de Saúde, a gente lutou muito para que a democracia interna no Sistema, participação da
1245 comunidade é uma das três diretrizes. O Sistema Único está na Constituição e tem que respeitar pro
1246 bem ou para o mal. Espero que seja para o bem. Obrigado. **Joelma (CMP)** Informa que após as
1247 explanações, como nós tínhamos combinado, então vamos abrir as falas: “seu” Manoel já está
1248 inscrito, Terezinha, Irene, Elaine, Giordano, José Leite, Jonas, Moacir. Dois minutos que nós temos
1249 para fazer as falas, então seu Manoel. **Manoel (Sindnapi)** Manoel Rodrigues do Amaral, usuário,
1250 representante do Sindnapi, eu quero aqui de fato parabenizar o Doutor Rene, Doutor Marco Antonio
1251 pela bela explanação, é isso o que a gente estava esperando do mesmo, essa discussão. Mas, em
1252 nome de usuário eu tenho que falar alguma “coisinha” bem rapidinho aqui. Vocês veem que hoje nós
1253 temos uma democracia, que é bacana, porque na época passada, na minha época, na década de
1254 sessenta, oitenta, ditadura, ainda não tinha essa democracia para se discutir e hoje eu agradeço a
1255 democracia no Brasil que é muito importante. Você vê que desde a décima Conferência em mil
1256 novecentos e noventa e seis, os usuários do SUS aguardam a melhoria do atendimento da saúde,
1257 desde aquela época porque o SUS foi logo em oitenta e oito, noventa e depois em noventa e seis a
1258 Conferência e a gente está aguardando um melhor atendimento na saúde. Apesar de já ter alertado
1259 que o projeto do SUS é muito bom, mas corria o risco visto que a estrutura pública não comportaria a
1260 demanda na época. Por isso, que aconteceu a resposta foi convênio com hospitais privados e o SUS
1261 já começou, inclusive com isso aí no passado. O SUS já entrou nos seus vinte e cinco anos e os
1262 usuários continuam como antes do dia dezanove de nove de mil novecentos e noventa, indigente,
1263 porque tinha o pessoal da carteirinha sanitária, que era registrada em carteira e os outros eram
1264 indigentes. Então nós estamos voltando indigente naquela época. O que os usuários pedem é
1265 dignidade. A única coisa que nós queremos é dignidade ao usuário. Concurso público: Os usuários
1266 cobram sempre do gestor a contratação de servidores públicos para a saúde. A resposta é a Lei de
1267 Responsabilidade Fiscal, sempre a resposta do gestor é que não pode ultrapassar “x” da Lei de
1268 Responsabilidade Fiscal. Nós usuários que queremos e temos direito de ser bem atendidos no
1269 Sistema Único de Saúde. Foi para isso que o SUS foi criado para atender a população com
1270 dignidade e respeito. Eu estou falando em nome dos usuários, o sofrimento dos usuários. Agora eu
1271 deixo uma pergunta aqui para o Doutor Rene: A Fundação vai agilizar as licitações, principalmente
1272 as de compra de medicamentos e dos concursos públicos, isso é que eu gostaria que o senhor me
1273 respondesse. Obrigado. **Terezinha Lima (IBDa)** informa que antes de pedir algo para o Doutor Rene
1274 fazer que eu vou precisar, eu queria só colocar assim, eu não vou dizer uma indignação por uma
1275 fala, porque eu acho que não vai ser bem isso, de repente eu não sei bem isso, se foi a Elaine que
1276 falou, desculpa se não foi Elaine, porque a tua voz está diferente, mas assim, de repente, até ela se
1277 empolgou e eu acho que até para mais tarde não ficar uma aresta meio “chata” entre o usuário e o
1278 trabalhador. Quando ela comentou sobre a Escola (ESPP) foi falado assim que acham um absurdo
1279 fazer capacitação no atendimento à população idosa. E a gente também fala da capacitação do
1280 atendimento da pessoa com deficiência e eles entram no mesmo parâmetro. Eu fico indignada
1281 quando a gente ouve do trabalhador falar que isso é um absurdo porque isso é uma solicitação do
1282 próprio usuário, eu espero que todo o mundo aqui e se Deus quiser fique idoso e o que a gente quer

1283 na verdade é que essas pessoas idosas e pessoas com deficiência, elas sejam realmente tratadas
1284 dentro da sua especificidade pelo trabalhador, do trabalhador da área de saúde, seja ele médico,
1285 seja enfermeiro, seja atendente, seja o que for. Então, de repente eu não entendi bem a fala, eu de
1286 repente ela se empolgou e não é exatamente isso. Eu só queria aparar essas arestas para que de
1287 repente a gente, o usuário não fique com um mau constrangimento diante aos profissionais da área
1288 de saúde, na questão do trabalhador, nessa questão de capacitação, que essa capacitação tanto na
1289 área da pessoa idosa quanto na área da pessoa com deficiência que está para vir, que isso seja
1290 realmente respeitado porque é uma solicitação do usuário e que há uma necessidade sim porque
1291 nós temos as nossas especificidades na questão dos nossos atendimentos. Rene: eu só queria que
1292 você voltasse uma leitura, ele está em antes do estatuto, quando você comentou estatuto, antes de
1293 você falar do corpo lá...eu não vou saber falar aquela palavra que você falou...do corpo do Conselho.
1294 Bem um pouquinho antes tem... isso do Conselho Curador. Bem um pouquinho antes de onde fala
1295 da atribuição do atendimento não gratuito, só esse parágrafo, só para que eu entenda um pouco
1296 para eu poder ter certeza do que foi lido. Como você não falou no inciso, eu não...isso que eu queria
1297 que você desse uma lida nessa leitura, nesse parágrafo porque eu tive um entendimento ao
1298 contrário, então eu queria que fosse desse uma lida novamente. É bem no “comecinho”. Ali antes do
1299 Conselho Curador **Joelma (CMP)** comenta que ele (Doutor Rene) vai ler depois, informa que irão
1300 fazer “tantas pessoas” e depois a gente abre para responder. Tem mais alguma colocação?
1301 **Terezinha Lima (IBDa)** responde que não. É só essa. **Irene (FESSMUC)** informa que foi citado aqui
1302 muito o caso de Curitiba, da Fundação Estatal de Curitiba; como conselheira na época da aprovação
1303 do tal projeto e como trabalhadora do serviço público de Curitiba e como moradora da cidade de
1304 Curitiba eu gostaria de fazer alguma reflexão sobre esse exemplo que estava sendo mencionado
1305 aqui. Primeiro: a forma como isso foi colocado aqui no Conselho Municipal de Saúde, eu era
1306 conselheira à época, recebi o documento ao meio-dia e às duas horas era a votação. Então, os
1307 conselheiros de Curitiba, na realidade, naquele momento, na minha avaliação, isso está registrado
1308 no voto nosso, nós não tivemos condições de fazer o debate porque como é que iríamos fazer o
1309 debate de uma coisa em duas horas, horário de almoço, para ser aprovado às quatorze horas que é
1310 a reunião lá em meio período. Outra coisa importante também debatido naquele momento era a
1311 urgência porque a fundação estatal iria resolver os problemas da morosidade do serviço público, ora,
1312 a Fundação Estatal em Curitiba foi aprovada no ano de dois mil e dez e o Hospital foi inaugurado um
1313 dia antes de ter sido provocado por força a sua obrigação no ano de dois mil e doze no dia vinte e
1314 nove, um dia antes do prazo dado. Então, a gente já começa a fazer esse debate que eu acho que é
1315 importante. A Fundação Estatal resolve o problema da morosidade do serviço público? Eu acho que
1316 não. Ficou mostrado ali. Outra coisa importante também para a gente pensar nesse debate da
1317 Fundação Estatal até hoje o Hospital Zilda Arns infelizmente não está funcionando na sua totalidade.
1318 Não está funcionando com o seu total vapor que poderia fazer, não está prestando o serviço que
1319 poderia ter pela capacidade instalada que tem lá. Falta profissionais, há um “desnível” imenso no
1320 custo de profissional especialmente dos médicos com relação aos servidores que constroem a
1321 cidade que hoje nós temos mais de cento e vinte unidades de saúde de atenção básica que dá conta
1322 da cidade, no seu atendimento, poderia ser melhor e para finalizar porque tenho pouco tempo,
1323 espero que à tarde possa falar mais, quero respeitar os dois minutos...para finalizar quero dizer que
1324 nós não podemos por conta de uma falha de gestão, de uma inércia seja de qualquer governo, não
1325 estou falando do Governo do Estado do Paraná, seja qualquer governo, a gente não pode por falha
1326 de gestão inventar modelos novos para dizer que vai corrigir aquilo que já aconteceu. A Fundação
1327 Estatal para mim a gente tem que mudar o modelo de gestão e ter uma gestão melhor e quero me
1328 solidarizar com os trabalhadores da saúde do Estado na sala do Doutor Rene, não dá para aceitar o
1329 que foi falado aqui, sou solidária da Escola de Saúde Pública, uma Escola que teve ao longo da sua
1330 história muito trabalho e que formou muita gente que hoje faz a saúde do Paraná em várias cidades,
1331 então eu me sinto extremamente solidária e chateada com a fala que não poderia ser feita daquela
1332 forma, obrigada. **Giordano (SindSaúde)** faz colocações que acredita ser a primeira rodada de falas,
1333 deve ser uma rodada não de apenas perguntas e respostas mas também colocar posicionamento
1334 para quem já tem e também para elucidar algumas questões. É importante ressaltar que no
1335 Capitalismo e no Neoliberalismo sempre se alega moderno, sempre coloca o instrumento moderno
1336 de gestão. A História que é a “mãe” de todas as pessoas mostra o que o Neoliberalismo coloca. O
1337 instrumento de gestão é precarizar o trabalho, é explorar o trabalhador, oferecer serviços de “pobre
1338 para pobre”. Esta é que é a receita que o Neoliberalismo coloca. Queria deixar registrado. Foi

1339 colocado aqui que na Bahia um grande modelo de fundação colocada como o “super” atendimento à
1340 população. Se na Bahia estava ruim o atendimento à saúde, nós como Conselheiros vamos entrar
1341 para a história. Qual foi o investimento que ocorreu naquele Estado? E assim, em todo o Estado
1342 Brasileiro? Qual é o investimento? Logo, os neoliberais vêm com a receita novamente pronta, vem
1343 falar que para a falta de engenheiro vamos criar novas ferramentas, novos modelos, mas nunca se
1344 fala do sub-financiamento do Sistema Único de Saúde. O sub-financiamento do Sistema Único de
1345 Saúde é o que acontece aqui no Paraná. Como governo, não aplica os mesmos doze por cento
1346 destinados ao financiamento da saúde. Então, isso é importante registrar como criar coisas sem
1347 fazer o mínimo necessário de suas atribuições. Uma outra coisa: é colocado no artigo dois da
1348 FUNEAS, em seu Projeto de Lei que o Estado supervisionará a FUNEAS. Para uma pessoa na rua
1349 despreparada, acredita numa historinha dessa. Se aqui nós já sabemos no Conselho, qual é a
1350 supervisão que o Estado faz nas pessoas, quando não cumprem as metas e o dinheiro continua
1351 caindo, jorrando como água. E no artigo treze desse mesmo projeto de fundação, nós entendemos
1352 um ataque direto aos trabalhadores da Saúde. Porque no governo atual, queridos Conselheiros,
1353 caros Conselheiros aqui presentes: sempre nesta gestão, e eu acho que deve ser dado nome aos
1354 “bois” sempre prometeu o plano de carreira, cargos e vencimentos para quem era da Saúde. Sempre
1355 prometeu que estaria analisando a carga horária de trinta horas e sempre prometeu várias coisas,
1356 prometeu isso, prometeu aquilo...resultado: estamos caminhando para o final desta gestão em
1357 muitas promessas virarem lenda, virarem piada nos corredores dos hospitais e nas unidades de
1358 saúde. As promessas aumentam, sempre aumentam como o Doutor Rene coloca que vamos fazer
1359 isso, vamos fazer aquilo. Ora, eu me pergunto: estamos no início da gestão? Não fez até agora por
1360 que? Fica prometendo e não cumpre. Concluindo mesmo: o Hospital Infantil de Campo Largo,
1361 Hospital da SESA começou com várias vagas abertas, hoje nós temos remoção de leitos, duas
1362 enfermarias fechadas, uma unidade de cuidados intermediários fechada, redução do número de
1363 leitos na enfermaria, sabem por quê? Porque falta trabalhador. E o Estado no seu Governo Beto
1364 Richa cria “água” até acrescentar coisas aonde não existem e não faz a sua obrigação. Obrigado.
1365 **Joelma (CMP)** anuncia o Leite e na fala do Leite o Doutor Rene responde. Vamos fazer bloco de
1366 cinco. **José Carlos Leite (SindPrevs-PR)** informa que chamou a atenção quando, na fala do Rene,
1367 ele me diz o seguinte: “eu tenho o prazer de ter em minha carteira de trabalho, o nome de
1368 sanitaria”. Realmente o movimento sanitaria, quando se iniciou na década de setenta, de oitenta,
1369 na realidade era um sonho, de ter uma qualidade de trazer um instrumento que agregasse à
1370 população e não deixasse à deriva da forma que estava dentro do Sistema de Saúde. Mas,
1371 infelizmente foi um sonho e este sonho de sanitaria, acabaram se esquecendo que estavam
1372 propondo um programa social dentro de um País capitalista, que é um dos maiores entraves do SUS
1373 hoje dentro do Brasil. Porque nós estamos sempre correndo atrás de alguma coisa no SUS. E com o
1374 próprio movimento colocar na própria Constituição lá, que saúde deixava de ser a ausência de
1375 doenças ou enfermidades e passava a ser direito do cidadão e dever do Estado, isso é um sonho
1376 lindo! A partir desse tablefe, a Emenda Constitucional – EC vinte e nove. Trabalhamos aí quase vinte
1377 anos para conseguir alguma coisa que se aproximasse do objetivo, que foi o que acabou
1378 acontecendo agora, só que por sua vez, o maior financiador do processo se omite do processo. E
1379 por outro lado dá o próprio bleque de incentivo de subsídios à iniciativa privada, justamente para
1380 fazer aquilo que ele não consegue fazer, ou seja, delegar competência, delegar atividades,
1381 ressaltando assim, o que outorgando a si próprio a incompetência de realizar as suas atividades
1382 **F(8)** E nesse caso, mais uma vez, por si próprio, até pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal
1383 criasse aparatos diferenciados justamente para criar novos “cabides” de emprego, na realidade. Se
1384 você verificar ocorre muito isso, impondo condições inclusive, Doutor Marco Antonio Teixeira acabou
1385 agora...faculta simplesmente o quê? Na ausência...numa greve, por exemplo, dentro do novo
1386 processo... contrato temporário de trabalho que é para suprir o quê? A ausência do servidor que está
1387 lá brigando pelos seus direitos, por não se encontrar no seu plano de cargos, carreiras e
1388 vencimentos. Que está brigando pelos seus direitos, ele pode simplesmente ser suprido de imediato
1389 ali, como ocorreu recentemente com o Visa Nacional que estava no processo de greve e o Estado foi
1390 lá e fez o contrato temporário para suprir as necessidades. Gente, o objetivo é isso. Então, a minha
1391 entidade, em dezembro nós tivemos a plenária em Londrina e a gente já tinha tirado posição
1392 contrária lá, por entender justamente o seguinte: quando a gente diz que saúde é direito do cidadão
1393 e dever do Estado e uma vez que a gente acostuma estar aprovando paliativos para enganar o
1394 próprio Sistema, ou para burlar o próprio Sistema, é relegar uma luta de vinte ou trinta anos atrás, aí

1395 sim eu acho que muito do sanitarista que aquilo são devem estar “revirando na cova” no momento.
1396 Então, se esqueçam gente, jamais vocês poderão fazer greve justamente com esse processo de
1397 Fundação. **Rene (SESA)** confirma que são cinco intervenções e informa que irá começar pelo
1398 Manoel, acho que é o primeiro seu Manoel? Eu acho que quando o Doutor Marco Antonio faz uma
1399 análise, uma retrospectiva em relação às questões seminais do Sistema de Saúde, obviamente que
1400 a gente poderia talvez até ir mais longe, não é Doutor Marco Antonio? Tem uma série de coisas que
1401 são oriundas inclusive do processo de discussão da assembleia nacional constituinte e nessas
1402 discussões, respeitado o processo democrático, a Constituição que nós temos hoje, ela criou a
1403 formatação do SUS como ele é. Quem é da época sabe em até em alguns momentos essa defesa
1404 do SUS estatal, sem participação da iniciativa privada também se colocou. Mas a Constituição
1405 estabeleceu como se dá a questão nas referências da iniciativa privada nas referências com o Poder
1406 Público. Outra questão seminal que eu acho que o seu Manoel acabou colocando que eu acho
1407 fundamental e aí eu começo a responder algumas expressões aqui, é sempre tratar as questões do
1408 Sistema com um olhar voltado simplesmente para simplificar as discussões. É que é falha da gestão
1409 ou incompetência da gestão. Eu estive no Senado Federal num debate há um ano atrás e o que nós
1410 questionamos lá inclusive, em função da discussão do financiamento é até por isso esse discurso
1411 muitas vezes solidifica a ideia de que o SUS já é financiado suficientemente e aí eu acho que a
1412 gente tem que ter um certo cuidado, porque isso está servindo até como uma espécie de “arma”
1413 contra os debates que falam do financiamento do SUS. E eu acho que nós precisamos ter uma certa
1414 atenção porque também por problemas de origem, o SUS não era para ser financiado na forma da
1415 EC vinte e nove, Leite. O SUS era para ser financiado na forma prevista na Constituição. A EC vinte
1416 e nove nem se aproxima dos trinta por cento do Orçamento da Seguridade Social, nem se aproxima
1417 quando se discute financiamento federal. Então, nós temos que ver que este processo todo exigiu de
1418 boa parte dos gestores brasileiros um exercício muito complicado porque nós temos um sistema
1419 universal que atende toda a população brasileira e isso inclui mais de cento e oitenta milhões de
1420 brasileiros no conceito do direito e nós não temos nem perto da proporcionalidade dos sistemas
1421 universais de outros países em relação ao gasto público em relação ao produto interno bruto. Seu
1422 Manoel: eu acho que nós devemos deixar muito claro aqui, eu acho que o Secretário Michele,
1423 inclusive atendeu ontem os representantes do sindicato e deixou muito clara a posição em relação
1424 ao plano de carreira, isso tem uma discussão que não está colocado aqui em relação, por gentileza
1425 eu estou fazendo a resposta, acho que a gente deveria manter nesse nível...e especificamente em
1426 relação aos funcionários estatutários, está muito claro para nós a seguinte situação: nós e aí até
1427 aproveitando uma fala do Doutor Marco Antonio, quando eu apresentei ali os primeiros *slides* eu
1428 deixei muito claro qual é o nosso entendimento dos limites da lei em relação a nossa ação de
1429 secretaria em relação a ação da FUNEAS. Isso é um limite estabelecido na própria lei. Nós não
1430 vamos deixar de fazer concurso público para funcionário estatutário, para as ações que envolvem
1431 vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, regulação, controle e avaliação, área de planejamento,
1432 área de gestão, enfim as áreas que são indelegáveis, que são da administração direta, inclusive isso
1433 está muito claro assim no meu entendimento, no parágrafo que está presente no artigo que está
1434 muito claro. A nossa atuação inclusive, pelo contrário, esse ano mesmo nós vamos trabalhar
1435 fortemente para reforçar mais ainda essas áreas. E eu não falei de outras áreas que também tem
1436 esse perfil de papel da gestão da administração direta como, por exemplo, o Laboratório Central.
1437 Não falei a parte do Hemepar etecétera. Então, está muito claro para nós o foco que se estabelece a
1438 partir dessas necessidades e muito claro para nós também que nós temos que continuar tramitando
1439 no caminho do nosso funcionário estatutário que vai ter os seus direitos garantidos e nós vamos
1440 continuar nessas áreas a fazer concurso público e buscar carreira. Seu Manoel colocou a questão se
1441 vai agilizar, se não for isso me corrija, se vai agilizar a questão dos processos de compra. Doutor
1442 Marco Antonio deixou claro muito isso. A própria Lei oito meia meia trata da figura do
1443 regulamento próprio e não há dúvida nenhuma que isso diante da natureza jurídica nos dará mais
1444 agilidade. Isso é fundamental muitas vezes em relação ao funcionamento de algumas unidades,
1445 principalmente unidades hospitalares. Seu Manoel já atuou nessa área e sabe que tem certas coisas
1446 que você não pode postergar. E muitas vezes mesmo que se faça um bom planejamento há
1447 situações inusitadas que você tem que ter medidas mais emergenciais. E de qualquer maneira, isso
1448 também permitirá no sentido do processo que nós estabelecemos em relação ao concurso público, a
1449 mesma situação. Terezinha: eu tentar ler isso daqui e desculpe se não for esta a parte. Quando eu
1450 estava falando das cláusulas do contrato de gestão, a primeira cláusula diz: “Atendimento igualitário

1451 e equânime aos cidadãos de forma sempre gratuita, o que enseja claramente que onde a Fundação
1452 estiver fazendo essa gerência, isso atende aos princípios do SUS e só pode ser feito desta forma. Eu
1453 vou pedir para o pessoal localizar, enquanto isso eu respondo às outras questões. Me perdoe
1454 Terezinha porque tem uma parte inclusive que é muito clara sobre isso, e é um artigo específico.
1455 Com relação à questão da Escola: Irene, eu não vou entrar novamente nessa polêmica porque eu
1456 acho que fui muito claro. Quando eu falei de profissionalismo eu falei em função geral do que nós
1457 temos hoje em relação à gestão pública. Gestão pública e aí não se refere apenas a nós funcionários
1458 da Secretaria de Estado da Saúde, se refere à gestão pública do SUS. Vocês podem ouvir lá que eu
1459 falei gestão pública do SUS e salvo divergências que possam existir, nós temos sim que qualificar
1460 melhor o SUS como um todo. Eu não estou só falando dos funcionários da Secretaria de Estado da
1461 Saúde, eu estou falando da gestão pública como um todo e infelizmente nós ainda não temos na
1462 gestão pública do SUS e no Brasil, não é no Paraná, é no Brasil uma condição hoje de dizer que nós
1463 temos pessoas trabalhando nessa área que tenha formação específica nisso. E hoje em dia, várias
1464 instituições privadas oferecem muitos cursos de gestão pública. Na iniciativa privada oferecem
1465 inclusive porque já senti que esse é o grande filão que vai existir daqui para a frente. E nós
1466 precisamos fazer da nossa nova Escola também um espaço de fazermos isso para todos que atuam
1467 no SUS. Todos os que atuam no SUS. E aí respondendo à Terezinha: A Escola de Saúde Pública
1468 não pode ser uma escola vocacionada só para quem é profissional de saúde. Eu estou te
1469 respondendo porque você fez um questionamento e eu estou referendando. A Escola de Saúde
1470 Pública ela tem que estar aberta para a sociedade, até para o conceito de educação popular, até
1471 para o conceito de nós termos na Escola a possibilidade e o modelo que nós estamos dizendo de
1472 reforma, vai permitir que a Escola esteja no mesmo local que nós vamos criar a estrutura do
1473 Conselho Estadual de Saúde. Para que? Para que nós também possamos preparar junto à Escola
1474 pessoas do Controle Social para atuar dessa forma. Porque da mesma forma que os gestores no
1475 SUS como um todo, nós ainda estamos talvez com a formação no sentido de conhecimento de todos
1476 os nossos conselheiros. Então, a Escola tem que ser uma escola aberta para a sociedade e aí é que
1477 nós vamos ter que realmente reforçar todos os meios possíveis de quantos conselheiros tem nesse
1478 Estado? Quantas pessoas vocacionadas na área, por exemplo, da pessoa idosa que vai ser uma
1479 coisa fundamental daqui para frente em nosso Estado e no País, que nós precisamos atuar com
1480 elas, não necessariamente porque elas são profissionais de saúde, mas porque elas são da
1481 sociedade e nós temos que preparar a sociedade sim para o enfrentamento de uma população que
1482 vai e esperamos com saúde envelhecer. E nós temos que fazer isso de uma forma que a nova
1483 Escola seja capaz de responder. *“Fica vedada à Fundação Estatal de Atenção à Saúde assumir
1484 compromissos com terceiros que violem os princípios do Sistema Único de Saúde em especial da
1485 gratuidade da assistência ao cidadão em igualdade de atendimento visando qualquer tipo de
1486 segmentação de atendimento”* acho que é isso que você estava, posso repetir? Você quer que eu
1487 repita? Isso demonstra que nós dentro desse serviço nós vamos atender dentro dos princípios do
1488 SUS. Que não se cria nenhuma alternativa que não seja esta, que é gratuidade, serviço universal,
1489 acesso equânime, inclusive amarrado naquela condição de que nós vamos ter todos esses serviços
1490 regulados dentro do Sistema, o que não vai dar nenhum tipo de benefício de acesso a quem quer
1491 que seja, a não ser nas regras do Sistema Único de Saúde. Porque isso é importante, porque às
1492 vezes quando a gente faz essa discussão sempre alguém quer levantar essa ideia. Ah, mais vai ter
1493 uma outra porta de entrada, não vai ter. É uma unidade pública, é um hospital público que vai ter
1494 dentro dos princípios este atendimento. Irene: Falha de gestão: E aí eu já respondo o Giordano. Por
1495 que não faz, por que faz. Lembramos aqui que nós estamos com três anos e um mês e meio. Nós
1496 nesse período de três anos e um mês e meio recebemos no primeiro ano um orçamento feito pelo
1497 governo anterior que praticamente que sob a forma de investimento nos deixou cinquenta e cinco mil
1498 reais. No movimento em dois mil e onze olhando para o conjunto do governo conseguimos canalizar
1499 para a Secretaria de Estado da Saúde naquele mesmo ano vinte e cinco milhões. No segundo ano
1500 no orçamento já feito por este Governo, nós ampliamos o nível de investimento em capital para cem
1501 milhões. No terceiro ano, também orçamento feito por este Governo nós ampliamos para duzentos
1502 milhões. E este ano, já diante dos próximos dias estarmos trabalhando com a Secretaria da Fazenda
1503 a suplementação do nosso Orçamento, Doutor Marco Antonio, nosso Orçamento que está hoje
1504 colocado pela Assembleia será suplementado com a incorporação dos valores correspondentes ao
1505 percentual aplicado aplicado à receita FUNDEB e isso vai gerar um incremento da ordem de perto de
1506 quatrocentos e noventa milhões e para este ano uma estimativa de investimento de trezentos

1507 milhões. Dentro desse recurso de investimento de capital, nós estaremos anunciando nas próximas
1508 semanas o maior programa de investimentos nos hospitais públicos do Paraná. E aí, inclusive,
1509 afetando o investimento não só dos hospitais da SESA, mas também nos hospitais universitários.
1510 Nós estamos trabalhando numa programação e num planejamento todos sabem disso. E nas
1511 circunstâncias que nós nos colocamos, nós estamos também propondo essa questão da Fundação
1512 olhando para os investimentos que nós vamos fazer agora. Que a obra vai ficar pronta no final do
1513 ano, no ano que vem e no outro ano, mas é nossa responsabilidade como gestor público fazer uma
1514 obra, ter sua estrutura e ter condições do seu funcionamento. Foi citado algumas situações dos
1515 hospitais, eu acho que isso é interessante...**Elaine (SindSaúde)** informa que ele (Doutor Rene) terá
1516 todo esse tempo para falar, nós queremos enquanto trabalhadores, enquanto usuários e
1517 prestadores, nós temos uma paridade aqui, então todo mundo vai ter o mesmo tempo que o Doutor
1518 Rene, não é uma sabatina com ele. A Irene não fez nenhuma pergunta para ele, nem o Leite e ele
1519 está tendo o direito a responder. Então, nós queremos o mesmo tempo para falar do que acontece
1520 na realidade da SESA. **Joelma (CMP)** informa que nós não estamos fazendo nenhuma modificação
1521 do que nós fazemos em todas as reuniões desse Conselho, sempre. Nós temos as apresentações,
1522 após as apresentações é feito o debate por este Plenário, é aberto a fala a todos, nós estamos aqui
1523 com dezessete pessoas inscritas. E todo mundo vai falar, sendo conselheiro, não sendo conselheiro,
1524 todo o mundo tem o direito de falar. E o Regimento deixa claro: e no Regimento está lá: para fazer
1525 as indagações são dois minutos, nós estamos seguindo o Regimento. E a questão de responder ou
1526 não, eu já pedi para a Mesa para que seja mais sucinto nas suas respostas, eu já pedi.**Rene (SESA)**
1527 informa que a última pessoa a fazer a intervenção foi o Leite, eu acho que eu respondi ao Leite
1528 quando eu falei do financiamento da Saúde na Emenda vinte e nove e, Leite: aí é uma questão muito
1529 clara: eu estou aqui também por um sonho. Se as pessoas não são movidas por sonhos, elas
1530 dificilmente tem um ideal e valores a serem perseguidos, então, como sanitarista “velho”, eu, Márcio
1531 Almeida e outros, nos assumimos nessa forma, naquela época os sonhos moveram esse País.
1532 Agora nós somos sanitaristas mais velhos, mas movidos por sonhos e aí eu digo para você o
1533 seguinte: esse negócio é neoliberal, é capitalismo, eu digo para você o seguinte: eu nunca vivi disso,
1534 está certo? Eu vivi sempre no sentido da saúde pública. Eu estou respondendo ao Leite. **Joelma**
1535 **(CMP)** informa que foi falado e ele está respondendo. Eu só gostaria de combinar com o Plenário
1536 desse Conselho, já são cinco para o meio-dia. O horário que a gente para para o almoço é meio-dia.
1537 A gente para para o horário do almoço ao meio-dia, retorna às treze e trinta e às treze e trinta a
1538 gente dá continuidade às pessoas que estão inscritas aqui e tocamos esse trabalho. Nós temos, eu
1539 tenho que fazer uma pergunta a este Plenário, a presença do Ministério Público, a presença do
1540 Doutor Marco Antonio e da sua equipe aqui junto com a gente, se a tarde der essas falas que estão
1541 aqui, as pessoas que estão inscritas têm indagações ao Ministério Público? A ser feita ao Ministério
1542 Público? Tem? Ok. Leite: **José Carlos Leite (SindPrevs-PR)** informa que só para encaminhar. Por
1543 que a Mesa não abre, ver com quem tem perguntas ao Ministério Público que se faça agora e
1544 prorroga-se por um período de trinta minutos a mais, aí. De repente, são duas, três perguntas só.
1545 **Joelma (CMP)** informa que o Plenário é quem decide. A gente fez um encaminhamento. O
1546 encaminhamento se nós passamos a fala para as pessoas que tem indagações a fazer ao Ministério
1547 Público ou se nós deixamos para a uma e meia, seu Manoel: **Manoel (Sindnap)** Não. Eu gostaria de
1548 perguntar para o Doutor se ele tem a possibilidade de ele ficar à tarde, se ele tiver, não tem
1549 problema em voltar à tarde. **Doutor Marco Antonio** informa que se a Mesa lhe permite, como
1550 sempre estive à disposição do Conselho, se for útil a minha presença estarei. Eu tenho um limitador
1551 de quinze e trinta de uma questão de saúde de minha mãe que eu tenho que sair. Mas até as treze e
1552 trinta quinze e trinta estarei aqui. **Joelma (CMP)** informa que encerram a reunião do período da
1553 manhã, vão para o almoço e retornam à uma e trinta. **(F9) Joelma (CMP)** anuncia a verificação de
1554 quorum. Vinte e um. Então já temos quorum. Vamos dar sequência ao nosso trabalho. Próximo
1555 inscrito é Elaine: **Joelma (CMP)** pergunta se está presente, então Jonas. Vou passar para o Jonas.
1556 **Jonas (CUT)** cumprimenta a todos e a todas. A minha preocupação começa pela questão do
1557 Conselho de Curadores. A composição dele. E como foi muito bem colocado, a questão do Estatuto
1558 que deve ser após feita a votação da Lei, este Estatuto quem vai referendar é o Conselho de
1559 Curadores e o Conselho de Curadores nós temos a composição de sete membros, sendo somente
1560 dois que estão representando o Conselho de usuários, então, na verdade isso está muito bem claro
1561 que é uma questão de nós, enquanto Controle Social olhar muito bem este Projeto, essa é minha
1562 consideração que eu queria fazer no momento. **Jeremias (UEL)** informa que gostou muito da

1563 exposição do Doutor Rene e do Doutor Marco Antonio, eu acho que ambos trouxeram assim,
1564 informações relevantes para que a gente possa aprofundar o debate e diversas dúvidas foram
1565 esclarecidas e apesar de, talvez me enquadraria no grupo dois, ou em um dos dois grupos ao que o
1566 Doutor Marco Antonio se referiu, mas eu estou realmente aberto, entendeu para que a gente possa
1567 verificar alguns aspectos no varejo como o Doutor Marco Antonio disse do Projeto. E aí no artigo
1568 dois, eu também considero ele um pouco amplo, você entendeu? E aí a ideia da minha entidade
1569 seria incluir um parágrafo que seria o terceiro em que a gente pudesse excluir da abrangência da
1570 Fundação, os hospitais universitários estaduais, essa é uma consideração proposta nossa. Eu
1571 também gostei e apoio a ideia do Doutor Marco Antonio da gente criar um Conselho Consultivo e
1572 gostaria então de colocar para o Doutor Marco Antonio esta questão da Assembleia Legislativa tem a
1573 competência de fazer formular esta lei, vamos colocar assim, criar. Agora, qual é o limite do
1574 Conselho Estadual em relação a isso. Qual é a validade da gente aprovar e eu acredito que nós
1575 temos autonomia, está colocado para isso, entendeu? Qual é a validade desta deliberação do
1576 Conselho Estadual, essa seria a questão. **Elaine (SindSaúde)** informa que vai começar com a fala
1577 do Doutor Marco Antonio. Que a Fundação tem que ser boa para os usuários. E aí eu vou dizer aos
1578 trabalhadores, aos usuários que estão aqui presentes. Que na reunião do dia dezesseis de
1579 dezembro que aconteceu na Assembleia Legislativa vários deputados vieram a público dizendo que
1580 o Secretário Michele presente a esta reunião com os deputados no gabinete do Deputado Traiano,
1581 que é o líder do Governo, disse que este Projeto de Fundação estava sendo elaborado há seis
1582 meses. E eu pergunto aos conselheiras e conselheiros: este assunto foi ponto de pauta no segundo
1583 semestre de dois mil e treze? A SESA nos respeitou enquanto estava construindo o Projeto? E eu
1584 vou perguntar aos trabalhadores aqui presentes: de Guaraqueçaba até a nona Regional, a vigésima,
1585 enfim, alguém foi procurado pelo Secretário ou pela sua equipe diretiva para dizer como é que
1586 funciona o seu serviço? Quais são os nós críticos e se a Fundação seria um modelo adequado? Se
1587 não houve respeito naquele momento, hoje nós estamos aqui para dizer que as chefias do Hospital
1588 de Campo Largo que ontem à tarde cumpriu a sua missão de entregar as suas cartilhas, ou alguns
1589 dirigentes do nível central aqui da SESA que tem ido para os nossos locais de trabalho tem faltado
1590 com a boa fé, porque nunca pisaram nos nossos locais de trabalho para saber o que é a bactéria
1591 multiresistente de Londrina está fazendo com os trabalhadores do Zona Norte e do Zona Sul. Está
1592 estampado no jornal, mas ninguém sai daqui para resolver o problema, mas para publicar, para
1593 divulgar as idéias nefastas dessa Gestão, todo mundo tem tempo, agenda e disponibilidade. E aí eu
1594 queria dizer: é bom para os usuários uma coisa construída nos gabinetes sem a participação do
1595 Conselho Estadual? Eu não sou conselheira só para vir aqui votar a favor e contra. Eu estou aqui
1596 para construir um plano de saúde, uma lei orçamentária e qualquer projeto de modificação de
1597 gestão. Quero dizer ainda, sou servidora de vinte e quatro anos de Estado. Quando eu entrei no
1598 Estado e o Sezifredo lembra disso e o Doutor Rene pode lembrar disso também, nós tínhamos no
1599 CRE Barão, um laboratório próprio, gente. Você que é novo não sabe disso, esse laboratório foi
1600 fechado, foi mandado para a UEL. Sabe o que funciona hoje no laboratório? Um almoxarifado da
1601 décima sétima Regional e aí a SESA está comprando da indústria farmacêutica internacional os
1602 medicamentos. Para mim, Doutor Marco Antonio, com todo o respeito, para mim é este
1603 definhamento do laboratório que a gente tinha aqui na segunda Regional que a gente está assistindo
1604 mês após mês, ano após ano e nesse momento então é o estandarte do definhamento da SESA.
1605 Porque o senhor mesmo citou o artigo segundo, transfere todos os serviços para a Fundação de
1606 direito privado. Eu ainda quero dizer que o Conselho Nacional de Saúde tem um posicionamento
1607 contrário à Fundação. Qualquer um entra no *site* do Conselho Nacional e observa isso. Eu acho que
1608 a gente tem que se pautar sim, pelo que foi debatido na décima quarta Conferência Nacional de
1609 Saúde pela décima Conferência Nacional de Saúde que é a questão da Fundação que não foi posta
1610 e quando foi posta não foi aprovada. E aí eu quero dizer que independente de partido político do qual
1611 o SindSaúde tem autonomia e independência de padrões e governos, se lá tivesse que ir o
1612 Ministro, nós vamos. Se aqui tiver que ir qualquer autoridade que venha com a Fundação
1613 Estatal nós vamos ir. Não em sinal de desrespeito, mas de posicionamento em defesa dos
1614 usuários e do serviço público e da Constituição. Eu vou encerrar Joelma, mas eu não posso de
1615 lembrar algumas coisas: o Doutor Rene falou: a sociedade poderá cobrar resultados da Fundação.
1616 Doutor Rene a sociedade pode cobrar resultados dos nossos trabalhadores e das chefias que o
1617 Governador nomeia, então para mim não é uma diferença fundamental, ou não pode? Não é uma
1618 pergunta, eu já respondo: a sociedade tem como obrigação cobrar de todos nós resultados e

1619 cumprimento de metas, não precisa responder. Eu gostaria de esclarecer à Terezinha e depois eu
1620 quero fazer uma pergunta para o Doutor Marco Antonio. Terezinha eu só quis dizer em relação à
1621 Escola de Saúde Pública que este governo falou que ia transformar o prédio da saúde pública da
1622 segunda Regional o CRE Barão em escola de saúde pública já lá no Plano de Saúde, ou seja, no
1623 primeiro ano desse governo. A gente já debateu isso em várias leis orçamentárias e isso não saiu do
1624 papel e hoje a Escola, eu não sou contra que tenha cuidador de idoso, o que eu penso é que está
1625 indo profissionais lá para dentro que com o dinheiro do SUS estão se formando, mas não vêm
1626 atender no SUS e vai atender na casa das pessoas, cobrando por isso. Isso é uma inversão da
1627 Escola de Saúde Pública. Enquanto nós trabalhadores a Escola tem servido para formar gestores,
1628 cargos políticos que estão lá um ano, seis meses, dois anos e depois vão embora, enquanto
1629 servidores de carreira não têm acesso à Escola de Saúde Pública. É este o meu questionamento e o
1630 SindSaúde já falou isso inúmeras vezes, seja aqui no Conselho Estadual, em cada relatório de
1631 gestão, ou seja no Gabinete com o Secretário ou nas nossas negociações. Por fim, eu gostaria de
1632 dizer ainda assim: Centro de Reabilitação: Gente, vamos pegar o concreto. Não só da Bahia, mas
1633 daqui, há dez quilômetros daqui. O Estado passou dinheiro para a APR no governo anterior, para
1634 que a APR gerenciasse a construção do Centro de Reabilitação, estou mentindo? É o primeiro
1635 convênio SESA-APR. Teve um intermediário: sai do dinheiro público, vai para a APR para ela pagar
1636 a empreiteira que ganhou a licitação. Inaugurado pelo Governador Requião três vezes, sem
1637 funcionar até hoje. Qual é a situação hoje lá? Usuários sem atendimento, sabem por quê? Porque a
1638 atual gestão de lá não conseguiu resolver o problema do ar condicionado e ao invés de resolver o
1639 problema do ar condicionado,
1640 Doutor London, eles determinaram uma resolução interna que houvesse a diminuição do
1641 atendimento aos usuários em duas horas do período da manhã e em duas horas do período da
1642 tarde, quem é o prejudicado? Não é o trabalhador. É o usuário que ficou sem o atendimento, imagine
1643 um problema crônico, que a pessoa conseguiu começar a andar, ele vai ficar sem atendimento ele
1644 vai voltar, ele vai retroceder. É dinheiro público que não está sendo bem usado. Nós vamos levar
1645 isso para o Senhor Doutor Marco Antonio. Eu queria dizer, os trabalhadores estão sem Fundo de
1646 Garantia depositados e os trabalhadores estão com os salários atrasados. Cada mês desde
1647 dezembro de dois mil e doze e sabe o que a SESA fez? Gerenciando e controlando este convênio?
1648 Renovou o convênio gente com a APR! É por isso que o SindSaúde se coloca contra porque os
1649 convênios que já existem monitorados, regulados, controlados sistematicamente, eles simplesmente
1650 tiram as metas que não estão sendo cumpridas, mantém o convênio e o repasse do dinheiro. Por
1651 fim, eu queria fazer duas afirmações e uma pergunta: para chegar à pergunta do Doutor Marco
1652 Antonio eu tenho que fazer duas afirmações. A SESA é transparente e tem participação do Controle
1653 Social não para ser consultado, mas para deliberar, não precisa de Fundação para a gente poder
1654 controlar as ações e serviços de saúde. Nós temos gestores da SESA que poderiam estar fazendo
1655 que a atual gestão está dizendo que a “FUNESTA” vai fazer. Já apelidaram a FUNEAS de
1656 “FUNESTA”, e aí eu só diria o seguinte: talvez o loteamento político-partidário que se deu nos HUs,
1657 que se dá na SESA se ele não existisse na proporção que existe a gente não precisaria de gestão
1658 falando de criar um órgão à parte do Estado. Para o Ministério Público poderia o Estado do Paraná
1659 ter a lei complementar se o dispositivo da Constituição Federal não foi regulamentado por lei
1660 complementar nacional, Doutor Marco Antonio, obrigada. **Joelma (CMP)** reafirma sobre a questão
1661 do tempo, nós temos várias pessoas inscritas e as pessoas que estão falando estão cumprindo o
1662 seu horário de dois minutos, por favor. Moacir. **Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** Eu quero
1663 fazer considerações, não são perguntas. Primeiro eu complemento a fala do Rene, bem no início da
1664 reunião dizendo que o Michele conversou com o Ministro da Saúde que ele é totalmente favorável à
1665 criação da Fundação, eu complemento Rene dizendo que a opinião não é só do atual Ministro, o
1666 Ministério da Saúde como um todo há anos tem discutido isso e é totalmente favorável visando a
1667 questão da melhoria do atendimento ao usuário do SUS. Quando a gente fala ainda em arrecadação
1668 Doutor Marco, não vem dinheiro novo, talvez venha no futuro como foi o caso do exemplo do CPPI,
1669 com a arrecadação de recursos e isto é uma questão que se tem buscado inclusive com a questão
1670 da participação do recurso da União no gasto com saúde, mas eu não falo só em dinheiro. Eu
1671 trabalhei a alguns anos no monitoramento da PPI controle de doenças em Brasília e a gente fazia o
1672 monitoramento das ações pactuadas e do recurso transferido. Aqui no Paraná, inclusive eu estive
1673 aqui em dois mil e quatro e a gente percebia o seguinte: o dinheiro caía ou no caixa todo mês e não
1674 era gasto. Um problema de gestão pública que não permitia e isso não é uma questão de

1675 competência da Secretaria Estadual é uma questão de legislação federal que rege o poder público.
1676 Então, o Ministério chegou a criar um mecanismo que quem não gastasse o dinheiro em seis meses,
1677 esse dinheiro seria restituído. Passou pela SIE, passou por um monte de lugares e um monte de
1678 gente devolveu dinheiro que era para ser investido nas ações de vigilância em saúde e não
1679 conseguiu gastar porque o “caminho burocrático” para você fazer uma compra, uma licitação, um
1680 investimento era tão longo que você não conseguia gastar. Eu vejo isso e impede muito a execução
1681 das atividades do atendimento ao usuário. Em relação ainda, eu sou servidor público federal há trinta
1682 anos também, sou assalariado, sou sindicalizado, mas eu gostaria de separar a discussão..., o que
1683 foi Elaine? Eu não te interrompi quando você falou... **Joelma (CMP)** Moacir, só uma questão. Eu
1684 volto na questão do cumprimento do nosso Regimento Interno, Conselheira Elaine, e na questão do
1685 respeito a este Pleno. **Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** eu não tenho cargo comissionado
1686 neste momento... **Joelma (CMP)** Você teve Moacir... só uma questão, por favor. Você (Elaine) teve
1687 o seu tempo de falar, foi respeitado, todo o mundo ficou em silêncio, então vamos respeitar a fala
1688 dos outros colegas conselheiros. **Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** a algum tempo eu tive
1689 cargo comissionado e atualmente há anos não tenho cargo comissionado e mesmo assim eu não
1690 “misturo”. Eu acho que, reclamo do plano de carreira do Ministério da Saúde, reclamo da falta de
1691 plano de carreira para o SUS, mas no momento de fazer uma discussão que interessa ao usuário, eu
1692 separo a questão da minha carreira, do meu salário e da questão do funcionalismo. Eu não posso
1693 em nome da questão do plano de carreira e do funcionalismo público prejudicar o usuário, então
1694 gostaria que vocês pensassem nisso e não dá para misturar. No momento nós estamos discutindo a
1695 questão do usuário. Eu acho que a coisa tem que caminhar para o fórum de discussão do plano de
1696 carreiras, que é diferente da questão da Fundação Estatal, obrigado. **Joelma (CMP)** Ludimar, e aí a
1697 gente encerra este bloco para poder passar a palavra. Ludimar. Jonas está inscrito...é que a gente
1698 está seguindo a ordem. Agora o próximo inscrito é Ludimar, ele está? Ludimar está presente aqui?
1699 **Elaine (SindSaúde)** comenta que o Doutor Ludimar estava presente aqui e ele está chegando e me
1700 mandou um torpedo dizendo que ele está aqui perto. **Joelma (CMP)** comenta que a gente passa a
1701 vez dele e a hora que ele chegar a gente abre a fala para ele, não tem problema nenhum. Eliel é o
1702 próximo. Eu sou Eliel do Sindprevs Paraná, satisfação de estar neste Conselho, fiquei aqui de
1703 noventa e cinco a noventa e oito quando deixou de ser decreto e virou lei este Conselho. Eu só
1704 tenho três “coisinhas”: o Ministério Público e a Secretaria de Saúde falasse em usuários. Mas para
1705 esse usuário, necessitasse e precisasse que trabalhadores, não empregadores, servidores públicos
1706 estejam à frente desse trabalho para dar qualidade a seus usuários que vão estar lá precisando dos
1707 seus serviços. A outra coisa que não ficou claro para nós, o Jonas já tocou no assunto também que
1708 é esta questão de ter o governador indicar, depois o secretário indica mais dois, não sei mais quem
1709 indica mais dois e só dois do Conselho, que coisa é essa? Esse Conselho vai ficar aonde? As
1710 decisões vão ficar por conta dos gestores novamente? E aí nós vamos ter que engolir tudo isso
1711 novamente? Peraí, então tem uma coisa errada. E eu vou dizer mais uma coisa: para pedir uma
1712 reflexão para este Conselho que eu estive nele e vou ter algumas coisas críticas dentro dele, como
1713 reflexão: se nós aprovamos aqui esta Fundação e a Assembleia Legislativa na sequência consolidar
1714 isso, será o fim do servidor público, porque será empregado público, será o fim do servidor público, o
1715 empregado público perde todos os direitos que o servidor público tem, que nós conquistamos há
1716 muita luta, com muitas greves. Nós, enquanto sindicatos federais, os sindicatos estaduais fizeram
1717 essa luta intensa e árdua para a gente conquistar esse espaço e esses direitos que nós garantimos
1718 nas nossas greves juntos. Nada caiu do “céu”. Nós conquistamos isso com muita luta com os nossos
1719 gestores. E aí não dá para nós perdermos esses direitos. Pensem com carinho, conselheiros e
1720 conselheiras na hora de tomar a decisão nesta Fundação Estatal. O Sindprevs Paraná é contra a
1721 Fundação Estatal. **Doutor Marco Antonio** assevera que ouviu com atenção os colegas que falaram,
1722 Jonas, Jeremias, Elaine e o Eliel. Mas vou me reportar rapidamente às questões que me foram
1723 diretamente dirigidas e me dirijo, portanto, inicialmente ao Jeremias: a questão do Conselho Social
1724 Consultivo que eu sugeri como ideia, é muito importante. Agora, para funcionar tem que estar neste
1725 Projeto de Lei e tem que ser aprovada e depois sancionada pelo governador. Agora como é que vai
1726 funcionar? Como é que ele vai ser composto? A lei vai ter que decidir. Ela pode decidir que este
1727 Conselho será composto por indicação dentro de critérios transparentes de aceitação universal pelo
1728 Poder Executivo ou pode remeter a matéria para o Conselho Estadual de Saúde, que já faz o
1729 Controle Social. Eu até preferiria a segunda alternativa. Lá ou cá, você vai ter que estabelecer
1730 critérios legais, justos, razoáveis, de acessibilidade, de igualdade para as pessoas que queiram

1731 participar desse trabalho. Bom, agora, e acho inclusive Jeremias, que a questão dos estatutos que
1732 eu ainda tenho para mim, tenho razões jurídicas para pensar dessa forma, deve ser um ato feito por
1733 decreto ou um ato governamental equivalente, isto tem que passar pelo Conselho também. Não é só
1734 a lei, acho que o estatuto também. Nada impede, aliás tudo recomenda que venha ao exame desta
1735 Casa quando for o momento. Se a lei, efetivamente no futuro, for aprovada. E a questão da
1736 limitação, que com isso eu finalizo, creio, as observações do Jeremias, a limitação do Conselho
1737 Estadual neste processo que está discutindo mesmo. Se aprova nesta Casa a Fundação ou qual é o
1738 valor qual é o significado disso. É evidente Jeremias, que nós todos sabemos eu e você e todos os
1739 demais que o que se decide nesta Casa é uma das manifestações mais qualificadas. Por quê?
1740 Vocês representam a sociedade paranaense, porque vocês não são Conselho Estadual de Saúde?
1741 Portanto a voz de vocês é uma voz qualificada mais do que qualquer um de nós individualmente,
1742 mas do que a minha como cidadão, de qualquer outra pessoa aí. Portanto, vocês têm um papel
1743 relevante sim. Embora não definidor, vocês não são legisladores, portanto vocês vão influir com a
1744 decisão que vierem a tomar num sentido ou num outro, isso agora pouco importa, mas tendem a
1745 influir. Por isso que eu insisti para vocês. Olha, o que vocês decidirem aqui no final do dia ou
1746 amanhã, enfim, quando for o momento isso não pode ficar nesta sala. Tem que ser levado à
1747 presidência da Assembleia, ao relator do Projeto para conhecimento para que isso também seja
1748 discutido no Plenário. Ou isso, ou o Conselho Estadual é uma figura irrelevante e certamente não é
1749 isso que se quer não é isso que a Constituição quer e muito menos o que a sociedade quer. À Elaine
1750 eu faço um breve parêntese apenas porque ela mencionou que vai remeter ao Ministério Público a
1751 documentação com relação ao Hospital de Reabilitação, quero lhe dizer que nós já temos o
1752 procedimento a esse respeito, mas vemos com muito bons olhos qualquer documento, informação
1753 de qualquer procedência que nos chegue. Concluo o parêntese dizendo para vocês o seguinte: isso
1754 não é o momento, esse não é o local, apenas reporto à menção da Conselheira. Eu não consigo
1755 entender a “genética” desse Hospital, ele tem um defeito desde a genética. Eu não entendo e eu
1756 ressalvo que acho absolutamente respeitável a Instituição denominada APR. Absolutamente
1757 respeitável, agora eu não entendo como é que o governo do Estado supostamente edifica um prédio
1758 com aquelas dimensões em cima de um terreno que não é próprio, com uma instituição da iniciativa
1759 privada quando ele tinha condições de fazer isso com recurso seu e até hoje é um grande imbróglio.
1760 É um grande imbróglio que desserve à população, que não atende adequadamente. Era um hospital
1761 para ser referência até para fora do Estado e, no entanto, você vai lá apesar da devoção que os
1762 servidores que lá estão têm para com o serviço, com número insuficiente, com problemas, mas veja
1763 bem, isso tudo tem que ser enfim melhorado. O Hospital tem que continuar existindo e não se trata
1764 de fechar as portas, mas eu recordo que eu tenho uma dúvida muito grande ainda até hoje não
1765 esclarecida, desse defeito genético lá de origem do Hospital de Reabilitação. No que interessa e
1766 respondendo à Conselheira, bem especificamente a questão de se a lei complementar que autoriza
1767 depois uma outra lei a criar a Fundação não é matéria de natureza federal, eu entendi bem? Exato.
1768 Olha, eu vou bem dizer o que eu penso: existe uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade)
1769 promovida pelo Estado de Santa Catarina, em que isso exatamente é discutido. Entende-se naquela
1770 ação que foi ajuizada no Supremo que tem que a União legislar sobre esse assunto e que antes
1771 disso não é possível que os estados, que os municípios que o façam. Eu penso um pouco diferente,
1772 por quê? Eu não vejo de forma nenhuma que os estados e municípios no plano constitucional sejam
1773 ou estejam abaixo da União. O plano que se estabelece juridicamente entre os entes federativos é
1774 horizontal, não é vertical. Eu aceitar a tese de que nesta matéria a União tem reserva para dispor ou
1775 não, porque se ela nunca legislar jamais vai se ter nada necessariamente dos estados ou
1776 municípios, isso é um absurdo. E depois também é da própria Constituição que na ausência de
1777 regulamentação, ou seja, de lei federal pode sim o Estado supletivamente legislar, inclusive e
1778 principalmente na saúde. E como não temos texto de lei federal, por essa via também, eu acredito
1779 que seja razoável, não tenho nada a defender na questão da Fundação, estou discutindo a ideia
1780 juridicamente de forma abstrata, acho absolutamente razoável conceder essa autonomia republicana
1781 a estados e municípios, ou isso ou aquela velha história de ficarmos eternamente na mão da União,
1782 fazendo o que ela quer e fazendo o que ela não quer, isso não é constitucional, isso não é razoável,
1783 isso não é jurídico. Portanto, com respeito a quem pensa de forma diferente e eu cito o caso de
1784 Santa Catarina, mas eu particularmente defendo a autonomia de estados e municípios para fora
1785 dessa questão que estamos aqui a debater nessa possibilidade sim de poder com lei complementar
1786 própria fazer esse tipo de intervenção. E vamos lembrar também e eu trago isso apenas para

1787 “alimentar” o raciocínio de vocês que essa figura da Fundação Estatal de direito privado, privado não
1788 quer dizer particular, vamos fazer essa diferença, por outro lado, vocês lembram de uma figura que
1789 existe entre nós no Paraná: o Consórcio Intermunicipal que é uma instituição pública, nunca mais, o
1790 registro é privado, não é verdade? As associações dos municípios, como é que elas se regem? Pelo
1791 estatuto privado. Quer dizer, não estou querendo coisas que são absolutamente diversas, mas tem
1792 esse ponto em comum, ou seja, quando a gente começa a pensar na realidade do SUS, começa a
1793 ver que essa “coisa” estranha, na verdade ela não é tão estranha. Se vamos bem aceitá-la ou não
1794 compete aos senhores. **(F10) Rene (SESA)** comenta que é só por uma questão de esclarecimento,
1795 acho que a fala do Doutor Marco Antonio direta nas questões, só para ficar claro Jeremias, o
1796 parágrafo segundo, artigo primeiro, restringe esta discussão da FUNEAS à Secretaria de Estado da
1797 Saúde e, portanto, não abrange as universidades que estão sob a égide e gestão da Secretaria de
1798 Ciência e Tecnologia. Uma questão importante também que eu queria deixar claro aqui, que isso é
1799 uma discussão que até já está tramitando é a preocupação em relação ao convênio da APR já tem
1800 sido um preocupação antiga da Secretaria, tanto é que neste momento a Secretaria tem tomada de
1801 contas especial e uma das razões inclusive da nossa necessidade de uma resposta efetiva para
1802 mudança gerencial naquele Hospital e isso é importante nesse sentido. Com relação à proposta
1803 levantada aqui em relação ao Conselho Social Consultivo eu acredito que a partir da colocação feita
1804 pelo Doutor Marco Antonio, acho que pode ser construído uma redação que possibilite a
1805 implantação, eu concordo no próprio Projeto de Lei que coloque isso de forma clara e em relação à
1806 questão da participação do conselheiro no Conselho Curador eu acho que o Doutor Marco Antonio já
1807 deixou claro isso no sentido de que tem que ser observado para não causar nenhum tipo de conflito
1808 de competência no papel fiscalizador do próprio Conselho. **Joelma (CMP)** Ludimar. Boa tarde a
1809 todas e a todos, sou Ludimar Rafahim, sou advogado do SindSaúde e do FESMUC, duas entidades
1810 que estão presentes. Mas não vou falar na condição de advogado, vou falar na condição de cidadão,
1811 como falou o Doutor Marco, de alguém que acompanhou nos últimos anos todos esses tipos de
1812 “remendos” feitos na administração pública para tentar, como disse o Procurador tentar resolver uma
1813 doença da infância usando de outros meios. Mas agora acompanhamos, por exemplo, em Curitiba
1814 as atuais UPAS, antigas Unidades Vinte e Quatro Horas de Saúde, sendo o serviço prestado por
1815 hospital universitário, sendo ele público ou privado, pela FUNPAR, ou então, o Hospital do
1816 Trabalhador com a FUNPAR, dentre mais algumas dezenas de cooperativas, cooperativas de
1817 radiologistas e outras formas mais e todas as soluções se mostraram insuficientes. Se mostraram
1818 incapazes de se fazer aquilo que se prometia, assim como menos de dois anos atrás foi aprovados a
1819 Lei das OSs e era a grande promessa para a sociedade paranaense, resolveria o problema de saúde
1820 e no entanto, a lei está lá e agora vem a nova proposta de uma fundação estatal. Eu atuei no
1821 Supremo Tribunal Federal, na ADIN como *amicus curiae* do SindSaúde era na ADIN das OSs, das
1822 organizações sociais e lá, naquele momento, e eu me reporto a isso porque assume a Sub-
1823 Procuradora Geral da República Doutora Débora Duprat ela era a manifestação do Ministério Público
1824 naquele julgamento. Para mim, ele é emblemático. O que ela disse: estão falando que o Estado está
1825 falido, que o Estado não dá conta de prestar os serviços, mas o que nós temos que registrar é que o
1826 Estado brasileiro que não deu ainda conta sequer de implementar aquilo que foi previsto no artigo
1827 trinta e sete da Constituição e que já diz que não deu certo. Ele não conseguiu nem implementar e a
1828 gente está dizendo que não dá certo e tem que passar para outros tipos de prestadores de serviço. A
1829 minha preocupação e isto é bem emblemático também, se quiser ouvir a manifestação a da
1830 Procuradora é só entrar no “Youtube” e colocar lá julgamento da ADIN nove dois três que aparece a
1831 manifestação dela. O que me preocupa e eu não vou entrar nas questões jurídicas e isso daria um
1832 longo debate, inclusive sobre a inconstitucionalidade disso no Congresso Nacional, não é Tadeu
1833 Veneri, o Senhor que acompanhou isso na Assembleia e também no Congresso. No Congresso é
1834 uma discussão séria se poderia ou não existir a própria lei complementar federal autorizando a
1835 criação das fundações estatais. Mas o que me preocupa mais do que isso, é que a gente precisa
1836 soluções perenes. Porque não pode ser uma proposta de um governo e ainda mais um governo em
1837 final de gestão. Não pode ser, nós temos que pensar em algo que seja duradouro, uma política de
1838 estado mesmo, por que é que eu falo isso? Porque em um determinado momento, a grande saída
1839 para a política de saúde, de educação era as organizações não governamentais, que se mostraram
1840 insuficientes. Depois eram as OSs, depois eram as OSCIPs. OSs nós temos em outras áreas da
1841 administração pública como temos em Curitiba, aquela “sangria” de dinheiro público que é o Instituto
1842 Curitiba de Informática, uma OS. Nós temos as OSCIPs por aí espalhadas, várias delas sendo

1843 investigadas, inclusive algumas fundações daquelas que o Doutor Rene mencionou de manhã, estão
1844 sob investigação como é o caso da Bahia, sob investigação do Ministério Público, então, que sejam
1845 políticas perenes, que não sejam uma política de final de governo. Concluindo, então o que eu
1846 coloco é que a gente precisa, eu acho se não existissem outros motivos, eu acho a manifestação do
1847 Doutor Marco é suficiente para justificar para dizer o que nós temos que fazer um debate muito mais
1848 longo sobre isso. Não é no afogadilho que nós devemos aprovar um projeto dessa natureza, nós
1849 devemos fazer um debate mais longo e ver se para o Estado realmente a Fundação Estatal é a
1850 melhor saída. **Joelma (CMP)** Jonas de Souza. **Jonas** informa que em primeiro lugar gostaria de
1851 dizer o seguinte: que agora eu me lembrei do Doutor Rene que quando ele tentou, fazia parte da
1852 direção do ISEP, da Secretaria da Saúde, eles tentaram fechar o único hospital de referência em
1853 psiquiatria Adauto Botelho, tentaram fechar naquele ano. Só não foi fechado por causa do
1854 movimento dos trabalhadores e também o Ministério Público Federal também impediu o fechamento,
1855 mas a intenção era fechar e se falava naquela época que iria ser cedido a grupos imobiliários
1856 especulativos. Na verdade Doutor Rene, eu pensei que o Senhor havia melhorado, mas acho que
1857 pelo jeito o Senhor recaiu. Porque quando o Senhor me disse que faz trinta e dois anos que vem
1858 sonhando aqui na saúde, trabalhando pela saúde, o Senhor sabe muito bem que sonhar é uma coisa
1859 saudável para todo o mundo, mas viver em sonho é patológico, então a gente não pode viver em
1860 sonho. Essa questão da Fundação Estatal, isso é um “embrião” que vem lá do Lula nos deixou de
1861 herança, no último dia dele de mandato no dia vinte e nove de janeiro do último dia dele de mandato,
1862 ele mandou uma mensagem para o Congresso Nacional e no Congresso Nacional em uma manobra
1863 regimental a oposição não deixou passar e, no entanto, depois a Dilma tratou no Congresso
1864 Nacional e fez passar uma PL que era da mesma natureza. E quando o Doutor Marco Antonio diz
1865 que não existe lei federal que ampara essa criação da Fundação, existe sim Doutor Marco, existe.
1866 Se o Senhor ler o Estatuto da EBSERH, está escrito lá no Estatuto da EBSERH que os seus estados
1867 poderão suas EBSERH, então tem amparo sim, para criar esse monstro aqui. Porque na verdade,
1868 quando o Doutor Marco diz a respeito do estatuto é importantíssimo nós discutirmos o estatuto. É o
1869 estatuto que vai dizer. Porque bota vírgula aonde quer. Quando diz o seguinte: que esta Fundação
1870 vai ter recursos próprios, adquirir recursos próprios, de onde? Vão colocar plano privado aqui? Bota
1871 vírgula lá e plano privado aqui. Vocês não se assustem se quando nós chegarmos lá para marcar
1872 uma consulta no SUS lá, se tiver uma janelinha que marque consulta do SUS e uma janelinha que
1873 marque consulta dos planos de saúde, entende? Não existe verba nova, aonde é que vão “arrancar”
1874 verba nova? Vai ter milagre agora com esse Projeto, pessoal? Eu me preocupo muito quando os
1875 gestores começam a se esconder atrás de filigranas de leis, isso é incompetência da gestão! Por
1876 quê? Porque diz o seguinte: Mario Lago já dizia o seguinte: que para os amigos favores da lei, para
1877 os inimigos os rigores da lei. Eu vou botar vírgula aonde eu quero e jogar para os trabalhadores,
1878 Doutor Marco Antonio e Doutor Rene, jogar para os trabalhadores a luta em ACT para acordo
1879 coletivo resolver isso, isso é sacanagem. Eu fui funcionário trinta anos na FUNPAR. Lá onde o
1880 Doutor Marco Antonio se referiu na questão da Fundação de apoio. Aquela FUNPAR lá é tão
1881 irregular e tão injusta que o próprio Ministério Público mandou fechar. E o Ministério Público disse o
1882 seguinte: que a Universidade tinha que fazer concurso, que aquilo ali era irregular, o Ministério não
1883 fechou por insistência dos trabalhadores que estão lá, mas na verdade o Ministério Público mandou
1884 fechar. Eu quero concluir dizendo o seguinte: que nós trabalhadores temos que ficar de olho nisso
1885 sim e os usuários também para que não tenham duas janelinhas lá e atrás das janelinhas aconteçam
1886 isso. Porque jogar para a lei, jogar para a sociedade as coisas que são obrigação do Estado é
1887 sacanagem. Quando criaram a lei do SUS diziam o seguinte: só para concluir, diziam o seguinte: que
1888 era sobre o controle dos trabalhadores e os municípios para receberem verba teria que ter os seus
1889 conselhos organizados aonde estão os conselhos? Lá no Hospital de Clínicas, algum dia teve
1890 conselho? Para receber verba lá teria que ter conselho pela lei, não se cumpre lei. Lei se esconde
1891 atrás dela, os gestores estão fazendo isso. **Joelma (CMP)** Vanderli. Informa que está acontecendo
1892 uma coisa aqui que só dificulta, que é tirar o microfone, parece que é falta de confiança nos
1893 conselheiros, isso é desagradável, é muito desagradável que a gente tenha a palavra sequestrada,
1894 eu não entendo de outra maneira. Mas eu quero começar dizendo aqui, eu não estou fazendo
1895 pergunta para ninguém porque eu acho que eu consigo ler e interpretar algumas coisas e tenho
1896 direito de ter a minha opinião e não precisa da SESA rebater o meu argumento a menos que se
1897 inscreva como eu me inscrevi e aguarde para falar como eu aguardo. Mas eu quero dizer assim que
1898 o pouco que eu consegui entender da “FUNESTA” que eu li aqui, é no artigo quinto e no artigo vinte

1899 e seis da “FUNESTA” do regimento, do Projeto de Lei da “FUNESTA” diz o seguinte: que essa
1900 “FUNESTA” vai ter recursos de convênios, de contratos, de organizações internacionais privadas.
1901 Está escrito lá no artigo quinto. É bom a gente lembrar que tem todo um movimento de plano privado
1902 de saúde pressionando a Dilma e a Dilma acenando positivamente que o SUS vai subsidiar, vai
1903 financiar o plano privado, então a AMIL, a grande financiadora da Dilma e do Beto Richa será uma
1904 das grandes beneficiadas porque é a lei do retorno. É dando que se recebe. Queria lembrar também
1905 que nós já vivemos nesse “quintal” das nações desenvolvidas, nós já vivemos, nós já fomos
1906 experiência, vamos falar da ABINFAN. Nós, mulheres brasileiras, nós quase fomos esterilizadas com
1907 um anticoncepcional-teste que nos países desenvolvidos não poderiam ser utilizados. É bom lembrar
1908 porque a história não volta atrás, mas tem gente que não tem memória. E falando em gente que não
1909 tem memória, usar aqui argumentações jurássicas, paquidérmicas que construíram o SUS, mas hoje
1910 descontroem não merecem o nosso respeito, porque a história se faz aqui e agora. No artigo sexto
1911 da “FUNESTA”, lá do Conselho Curador colocam duas pessoas que representam os usuários, e o
1912 Jonas muito bem falou no conjunto de sete, eu pergunto: qual é o poder, do ponto de vista do
1913 conhecimento técnico, do poder político de reverter, de mudar decisões de pessoas, que são
1914 pessoas do povo, como nós que temos que trabalhar e vai lá fazer a doação de seu tempo de fazer
1915 militância num cenário onde pessoas que são especializadas em construir, ou melhor, desconstruir o
1916 SUS, construindo a “FUNESTA” e que argumentação as pessoas vão ter nesse Conselho Curador,
1917 isso aqui é para inglês ver. Lá no artigo dezenove a prestação de contas ocorrerá ao término do ano
1918 e aquele RAG, aquele relatório de gestão, todos aqueles instrumentos de avaliação da gestão que o
1919 Conselho faz periodicamente trimestral ou quadrimestralmente jogou fora gente? Eu acho que eu
1920 poderia concluir e depois eu me inscrevo de novo porque a distribuição do tempo não é justa, então
1921 vou ter que me inscrever de novo. Mas só queria concluir dizendo gente, que sonhar todo mundo
1922 sonha. Só que sonho de poucos é pesadelo para muitos. Isso é a “FUNESTA” O pesadelo para nós
1923 trabalhadores e usuários. **Joelma (CMP)** Deputado Tadeu Veneri. Só um pouquinho Tadeu. **Joelma**
1924 **(CMP)** Terezinha Lima. Terezinha Lima IBda usuária. Eu só queria fazer um pedido assim aos
1925 conselheiros, aos participantes que estão aqui fazendo as perguntas no microfone, porque assim, eu
1926 como futura pedagoga e professora e tenho certeza que tem muitas pessoas aqui que acham
1927 ridículo quando tem um nome ali já estipulado ficar falando nomes que não são reais até porque vai
1928 para uma ata onde outra pessoa vai estar redigindo e vai ficar feio para nós conselheiros o nome
1929 escrito errado. Então eu gostaria que se mantivesse o respeito em nome de um nome que está
1930 escrito ali. Se não sabe falar, fala Fundação, pronto e acabou. Isso é um respeito que acho que nós
1931 temos que ter porque lá na frente vão cobrar a ata redigida pela pessoa que está ouvindo a fita.
1932 **Joelma (CMP)** Deputado Tadeu Veneri. Cumprimenta a todos e a todas e informa que é Deputado
1933 Estadual, líder da Bancada do PT na Assembleia Legislativa e Presidente da Comissão de Direitos
1934 Humanos. Eu gostaria de fazer, antes de fazer a pergunta ao Doutor Marco Antonio, gostaria de
1935 fazer algumas considerações. Primeiro, eu acho que há uma divergência nas informações que eu
1936 ouvi aqui, porque quando o Doutor Michele esteve conosco na Assembleia Legislativa ele afirmou
1937 que não haveria transferência de funcionários do Estado para a Fundação. Depois, o próprio Doutor
1938 Michele disse que as organizações sociais e também as OSCIPs são um modelo falido. O que eu
1939 concordo. Fui contra o Doutor Ludimar na época nós trabalhávamos juntos, mas sempre fomos
1940 contrários às organizações sociais até porque uma delas é modelo de como não fazer. É o caso do
1941 Instituto Atlântico, lá em Londrina em que o Ministério Público investigou e que desviou trezentos
1942 milhões de reais da saúde pública. Além disso, nós temos algumas outras situações específicas e
1943 que não estão sendo colocadas aqui. A fundação que administra o Zilda Arns (Hospital) é específica
1944 para o Zilda Arns, não é o que o Estado está colocando. O Estado está colocando de forma geral. A
1945 Fundação do Zilda Arns não administra toda a saúde de Curitiba, o que é um processo diferenciado.
1946 Além do que os senhores e as senhoras são conselheiros sabem que nós temos também um
1947 questionamento do Tribunal de Contas com o pagamento de quarenta, cinquenta mil reais para
1948 médico da Fundação Zilda Arns lá no Hospital do Idoso, por que um médico recebe cinquenta mil
1949 reais lá, quando nós sabemos que está não é a realidade. Além disso, dizer que não vão entrar os
1950 hospitais universitários, me desculpe, mas não foi isso o que o governo colocou lá. Pode até sair por
1951 pressão do Deputado Tercílio Turili que está negociando com o governo para sair os hospitais
1952 universitários. Assim, como dizer que também o Hospital da Polícia Militar saiu porque é um
1953 equívoco, não é um equívoco. Saiu porque os militares foram no dia, por isso é que eu estou
1954 falando. Os militares foram no dia pedir para que ele permanecesse os diretores do Hospital. Saiu

1955 por pressão da AVM. Então, algumas coisas ficam meio...talvez não por má fé, mas ficam com
1956 informações pela metade. O que eu acho só que me surpreende é que o artigo trinta e um foi esse o
1957 nosso voto em separado contrário, Doutor Marco Antonio, ele colide com a nossa legislação, porque
1958 diz o artigo trinta e um que enquanto não houver contrato em gestão a Fundação receberá recursos
1959 públicos, mas sem contrato de gestão? Então, como é que faz sem contrato de gestão de recursos
1960 públicos. Segundo: nós sabemos que o CRE da Barão é o primeiro imóvel que será entregue para a
1961 Fundação para que ela que ela se constitua em Fundação, porque para ser Fundação ela tem que
1962 ter um imóvel, tem que ter bens e terceiro: como que o Estado vai constituir uma Fundação neste
1963 momento se os seus relatórios fiscais mostram que já excedeu toda a possibilidade de contratação
1964 de pessoal no que diz respeito à LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e por último, e esta é a
1965 pergunta que eu gostaria de fazer ao Doutor Marco Antonio. Eu concordo com o Senhor que nós não
1966 temos que ter similaridade e nem simetria com o governo federal por conta das leis que são feitas lá
1967 e que podem ser aqui independentemente de ser sido aprovadas, mas apenas para lembrança, o
1968 Projeto vinte e dois treze que é o que está aqui que antecede à votação do sete dois meia, ele aqui
1969 no Estado do Paraná é uma cópia fiel do noventa e dois zero sete no seu início e eu sugeriria
1970 Senhora Presidente aqui do Conselho que fizesse uma cópia, não a Senhora obviamente, mas se a
1971 Senhora entender como correto, fazer uma cópia para todos os conselheiros do que o noventa e dois
1972 zero sete hoje. É complementamente diferente do que nós estamos falando aqui e nós já votamos
1973 isso na CCJ. Nós estamos falando aqui de um projeto que o governo do Estado mandou que tem
1974 dois artigos, quando o Projeto que está para ser votado que a Presidente Dilma pediu urgência se
1975 não consegue votá-lo há sete anos porque não há concordância com todos os partidos ele tem onze
1976 artigos, com proteção inclusive dizendo que os funcionários transferidos do Estado, no caso para...
1977 desculpe, só para eu concluir, do Estado para a Fundação, só podem ser transferidos se for cargos
1978 de chefia e direção e não aberto como um todo. Segundo: não pode a Fundação prestar serviços
1979 privados, em hipótese alguma. Isto está escrito na lei lá e por último: o que me chama a atenção é
1980 que nós estamos tratando da saúde, mas na sequência virão fundações da assistência social, da
1981 cultura, do turismo, do transporte, da ciência e tecnologia e da comunicação social e eu pergunto?
1982 Para que Estado? Para que Conselho? Este Conselho acho que pela sua sabedoria irá deliberar,
1983 infelizmente quando deliberar talvez nós já tenhamos votado, ou, dependendo de como delibere a
1984 votação está para acontecer, só não aconteceu antes por uma série de razões. Vai para segunda
1985 votação? Vai porque segundo, inclusive, me perdoe esqueci, não lembro o seu nome...do Estado,
1986 desculpe Doutor Rene, segundo o Doutor Rene, há a possibilidade de fazer emendas, mas as
1987 emendas irão para a segunda votação, então minha pergunta Doutor Marco Antonio é por que na
1988 segunda votação nós não fazemos um diálogo para que pelo menos o vinte e dois zero sete cumpra
1989 aquilo que o noventa e dois, aliás o vinte e dois dois mil e treze, cumpra aquilo que o noventa dois
1990 zero sete prevê que dá uma proteção mínima ao Estado. No mais eu tenho uma posição contrária,
1991 todo mundo sabe, mas eu acho que a maioria é que vai decidir. Obrigado. **(F11) Joelma (CMP)**
1992 Josenete... lá atrás...meu nome é Josenete, sou baiana, então quando o Doutor Rene está falando
1993 da Fundação da Bahia eu nem acreditei. Não acreditei nas coisas que ele estava falando porque a
1994 minha família continua morando na Bahia, no interior da Bahia e a saúde, meu Deus! Não é nada
1995 comparado ao que o Doutor Rene apresentou porque a saúde é muito difícil lá. Pessoal que mora no
1996 interior tem que deslocar para a capital para conseguir atendimento e isso quando eles são
1997 atendidos. Então para falar que na Bahia a saúde é boa, tem que passar por lá. Eu queria que o
1998 Doutor Rene me dissesse qual é a região da Bahia que está funcionando esta fundação, porque pelo
1999 menos para a minha família quando estiver precisando do SUS, eu aviso para eles para não ficar se
2000 "batendo", fazendo peregrinação, é isto o que eu quero saber. Obrigada. **Rene (SESA)** Eu vou deixar
2001 para o Doutor Carlos Lorga no final para fazer algumas questões relacionadas à fala do Ludimar. Eu
2002 acho que tem uma parte das questões que remontam a proposta de Lei Complementar número
2003 noventa e dois zero sete de treze do sete de dois mil e sete. Vou fazer uma leitura muito rápida este
2004 documento é de conhecimento público é o documento que embasa o encaminhamento feito em dois
2005 mil e sete pelo então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo para o
2006 Presidente Lula encaminhar proposta de Projeto de Lei para a questão das fundações e literalmente
2007 como foi colocado no documento que estava no Ministério do Planejamento, projeto que agora
2008 tramita no Congresso Nacional apenas autoriza a possibilidade de ser instituída as fundações sem
2009 fins lucrativos integrante da administração pública indireta com personalidade de direito público ou
2010 privado para exercício de atividades que não exijam poder de polícia. Isso se dá nas áreas de saúde,

2011 assistência social, cultura, esporte, ciência e tecnologia, meio ambiente, comunicação e promoção
2012 do turismo nacional. Então, só lembrar que inclusive tem até uma certa similaridade porque este é
2013 o desenho proposto então pelo grupo que fez o trabalho para o Ministério do Planejamento. Na
2014 minha apresentação eu deixei muito claro, a Secretaria de Estado da Saúde está solicitando a
2015 retirada da menção referente ao Hospital da Polícia Militar, inclusive com base naquilo que o próprio
2016 Doutor Marco Antonio colocou aqui pelo entendimento de que os *caputs* dos artigos anteriores,
2017 principalmente aqueles que dizem respeito à diretriz do SUS, podem estar em discordância aos
2018 princípios do SUS no que diz respeito à gratuidade e a questão da universalidade. Com relação aos
2019 hospitais universitários eu apenas reitero aquilo que foi falado, o âmbito desta Fundação é o âmbito
2020 da Secretaria de Estado de Saúde. O âmbito da esfera de gestão dos hospitais universitários
2021 correspondem à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Só para um registro, eu posso lhe afirmar que
2022 essa é a posição que o Senhor Secretário tem falado e inclusive é o que está claro na lei e inclusive
2023 nós estivemos vários contatos, o Secretário tem deixado muito claro. Uma correção que eu acho que
2024 é fundamental: a Fundação do Município de Curitiba não é exclusivamente para o Hospital Zilda
2025 Arns. A Fundação do Município de Curitiba ela tem um descritivo muito semelhante ao nosso
2026 descritivo e hoje, inclusive palavra do Secretário Adriano Massuda que eu coloquei ali. Ela está
2027 viabilizando o funcionamento das chamadas UPAS, está viabilizando o funcionamento do Hospital e
2028 Maternidade, se não me engano do Bairro Novo e outras áreas em que o Município está
2029 desenvolvendo na área de saúde mental. Então ela não é uma Fundação exclusiva e o descritivo do
2030 *caput* é semelhante praticamente ao descritivo apresentado aqui. Com relação à Vanderli eu acho
2031 que a Vanderli fez comentários, mas eu gostaria de lembrar que quando a gente fala organismos
2032 internacionais de direito de direito privado, boa parte dos organismos de pesquisa e inovação e de
2033 relações internacionais são de direito privado. Nós estamos discutindo, por exemplo, como nós
2034 poderemos trabalhar junto à Organização Panamericana de Saúde no sentido de viabilizar pelo CPPI
2035 o interesse de países que não possam fazer a compra de insumos imunobiológicos. Em nenhum
2036 momento, em nenhum momento o Projeto de Lei abre qualquer alternativa de segunda porta ou de
2037 cobrança. Está muito claro inclusive quando foi respondido para a Terezinha em relação a isto. Ele é
2038 muito claro em relação à aplicação dos princípios do Sistema Único de Saúde. Eu não fiz uma
2039 análise do Sistema de Saúde da Bahia, eu fiz uma análise da proposta de Fundação da Bahia. E a
2040 proposta de Fundação da Bahia é uma proposta de fundação vinculada à Atenção Primária à Saúde,
2041 sobre a qual nós temos informações que foi a única condição que se viabilizou médicos no interior da
2042 Bahia. Agora, eu acho interessante também que se tenha o contraponto também na avaliação de
2043 outras pessoas que conhecem a Bahia neste sentido e para concluir, numa fala da Vanderli o
2044 Relatório Anual de Gestão ele não se modifica em relação às suas exigências previstas na um
2045 quatro um. Nós estamos falando aqui de um relatório específico dentro de um contrato de gestão.
2046 **Joelma (CMP)** Doutor Marco Antonio. Primeiro. A questão do Jonas eu compreendo perfeitamente a
2047 sua esignação e, aliás é direito seu tê-la e expressá-la. Quero apenas dizer e acho e repito que já
2048 disse antes, o Ministério Público não está para defender regime de relação de trabalho, nós não
2049 estamos a defender nem o regime estatutário, nem a CLT. Quem diz isso, estamos a discuti-lo é o
2050 Projeto. Portanto, é disso que vocês estão a falar. Então, certamente eu não compreendo que
2051 estejamos aqui a propugnar que seja adotado o regime trabalhista da CLT nas relações da futura
2052 Fundação se vier a existir. A questão da Funpar que o companheiro Jonas também se refere é o
2053 fato. A Funpar é uma Instituição, é uma Fundação de Apoio que é um modelo que está em declínio.
2054 Está multiprocessado em vários locais do País em várias instâncias do Judiciário, muitas dessas
2055 ações promovidas pelo Ministério Público e o que resulta disso? A história talvez não escrita, é que
2056 do declínio do ocaso dessa Fundação é que surge a ideia da Fundação Estatal de Direito Privado. É
2057 justamente pelo descenso desse tipo Funpar, Fundação de Apoio, a Funpar é apenas um tipo da
2058 Fundação de Apoio é que se o governo se articula essa situação. Isso é o que se lê nos textos que
2059 se há sobre esse assunto. Mas quero também que com isso eu concludo, dizer-lhe que por mais que
2060 não lhe agrade muito a ideia de que as questões na lei não definem bem o que deve ser é por ela
2061 que nós temos que viver. Desde que a lei tenha sido votada no regime democrático como temos no
2062 Brasil, que ela não seja inconstitucional dos representantes do povo, Jonas, são os que estão na
2063 Assembleia, se eles pecarem ou falharem, esse é o ano de fazer correção, mas é eles que têm que
2064 votar, compreendeu? E a gente tem que aceitar, se ela for democrática e se for votada enfim, for
2065 constitucional acabou. Ou isso, ou a gente volta para a "selva". Com relação às questões do
2066 Deputado Tadeu Veneri: o artigo trinta um, olha Deputado, o problema é o seguinte: eu continuo pela

2067 simples leitura do artigo trinta e um repetindo o que eu disse hoje de manhã, ou seja, essa Fundação
2068 têm dois tipos, têm dois momentos, com dois regimes jurídicos diferentes. No primeiro jurídico, ela
2069 vai ser dependente do Orçamento, está escrito. Se é dependente do Orçamento, se vocês vão ter
2070 que alterar o quê, o PPA, eu anotei aqui: o PPA, LDO e a LO, vocês vão ter que fazer, porque ela é
2071 uma figura nova que não estava prevista nesta legislação orçamentária, então até que ela comece a
2072 subsistir, se vier a ocorrer mesmo, vier a lei mesmo da Fundação é isso o que vai acontecer. Lá para
2073 frente, ela deixa de ser orçamento-dependente, mas até lá vai ser. Está escrito lá. E é um modelo
2074 híbrido que não tem registro na literatura, mas é o que está aí. Quero lhe dizer também, eu quero dar
2075 um exemplo para vocês: quando a União não legisla e o Estado legisla, ele pode ou não pode? Vou
2076 dar um exemplo positivo de quando isso aconteceu aqui no Paraná, e claro que não tem o assunto a
2077 ver com saúde, mas não a ver com a matéria que estamos discutindo. A Lei onze mil cento e oitenta
2078 e nove de mil novecentos e noventa e cinco é uma Lei do Deputado Florisvaldo Fier, Doutor
2079 Rosinha, na época Deputado Estadual, que é uma Lei que estabelece a tutela o direito das pessoas
2080 com doença mental. A Lei Federal, a nossa Lei é de noventa e cinco, regulou as relações dos
2081 cuidados, da tutela que tem que haver com essas pessoas desde noventa e cinco neste Estado. A
2082 Lei Federal de dois mil e um, a Lei dez mil duzentos e dezesseis e eu acho que era uma lei correta
2083 que está em vigor até hoje, não conflitou com a dez mil duzentos e dezesseis e é um exemplo do
2084 que eu estou dizendo para vocês de que na omissão da União, em assuntos que se julguem de
2085 relevância, o julgamento não é só do Poder Executivo, é do Legislativo e é também da sociedade
2086 aqui reunida, representada vocês. É matéria relevante tem que legislar no vácuo da União, a gente
2087 não pode ver as coisas caindo e esperar que a União o faça um gesto magnânimo para nos atender,
2088 isso às vezes não acontece. O que eu anotei para vocês é o seguinte: que isso aqui é uma
2089 percepção minha. O Estado brasileiro, não é o Estado do Paraná, não. Não é Rio Grande do Sul,
2090 não é da Bahia. O Estado brasileiro, ele está caminhando para a privatização, esta é que é a
2091 verdade. Porque o SUS que eu conheci na Constituição de oitenta e oito, não é mais o SUS na sua
2092 essência, na sua medula, um instrumento público. Todo mundo sabe que o SUS é dependente
2093 inclusive da iniciativa privada para prestar serviços e que se a iniciativa privada não fará isso porque
2094 ganha muito dinheiro, mas se fizesse, acaba com o SUS. Então, esse modelo de privatização teve
2095 uma inflexão num momento muito importante do Governo Fernando Henrique quando surgem as leis
2096 das OSs, das OSCIPs, aquela coisa toda. Aquela reforma "Bresseriana", e tal, mas esse modelo teve
2097 curso no Governo Lula e no Governo Dilma! Então isso não é uma questão dos tucanos ou dos
2098 petistas. Isso é uma política que acabou se transformando em política de Estado e não política de
2099 governo, esse é que é o problema. Então o que nós estamos hoje aqui discutindo com essa
2100 Fundação? Qual o modelo que nós queremos. Se vai ser OS, porque se não for fundação, vai surgir
2101 a OS ou vai surgir uma OSCIP, qual é o pior qual é o melhor? Vamos assumir plano de cargo,
2102 carreira e salário não tem desde noventa e dois e não vai ter tão cedo, esta é a realidade. Temos
2103 que ser práticos também. Eu defendo, me criei defendendo o SUS público cem por cento. O Estado
2104 brasileiro há vários governos não quer SUS cem por cento. Temos que fazer num quadro ruim a
2105 melhor escolha, não é verdade? Então, se eu pego uma OS, por exemplo, eu não controlo toda a OS
2106 que presta serviço na saúde. Eu controlo apenas o vínculo, o contrato que ela tem, o contrato de
2107 gestão. Se eu pego uma OSCIP para fazer saúde, trabalho de saúde, eu controlo o quê? O termo de
2108 parceria. Então, se eu tenho uma outra instituição e se o caso é fazer essa instituição, suponhamos,
2109 que eu tenha mais controle e melhor. Hoje tem que se trabalhar no SUS com a seguinte perspectiva:
2110 eu penso e a economia é minha, portanto o raciocínio é meu e não serve para ninguém. Tem que se
2111 caminhar em dois sentidos: satisfação do usuário, o que significa qualidade, acesso, integralidade,
2112 resolutividade, isonomia. Satisfação do usuário numa ponta e bons controles na outra. Porque aí
2113 público ou privado você sabe onde é que vai o dinheiro público. Passando a régua, meus caros: nem
2114 temos hoje, como gostaríamos de ter usuários satisfeitos e nem temos o Estado todo reunido, o
2115 Ministério Público junto, Tribunal de Contas, Conselhos etc, todos nós somados ainda não fazemos
2116 bons controles. **Joelma (CMP)** Wellington. Cumprimenta a todos. Eu ouvi dizer que o governo vem
2117 discutindo isso há seis meses. Esta Fundação eu conheci ela dia cinco de dezembro quando o
2118 Governador encaminhou o Projeto para a Assembleia, dia dez ele tentou votar, pressão popular não
2119 conseguiu, tentou votar no dia dezesseis, pressão popular, não conseguiu, daí a Secretaria teve uma
2120 luz ao fim do túnel, ele lembrou que existia o Conselho de Saúde. Porque o Beto Richa nem lembrou
2121 do Conselho. Ele tentou votar isso no apagar das luzes no final do ano e eu acho que nós
2122 discutirmos num dia só uma pauta tão polêmica, uma discussão que vai definir a vida dos usuários

2123 do Estado todo, num dia só de reunião aqui e eu acho muito perigoso tomar algum tipo de decisão
2124 aqui. Tem um companheiro servidor aqui deste prédio que me mandou um texto e eu gostaria de
2125 compartilhar com os companheiros. Diz ele: *me assombra este caso a sangria desatada para*
2126 *deliberar e aprovar. Coisas feitas à pressa, tendem a esconder defeitos e más intenções. Assim,*
2127 *embora admita no aspecto formal, o Conselho Estadual de Saúde possa deliberar sobre a proposta*
2128 *ser bem legitimado, para isso afinal, não é uma simples decisão administrativa, mas sim um novo*
2129 *modelo de gestão para o SUS. E ele propõe que nós intensifiquemos esta discussão no Conselho*
2130 *Estadual numa conferência estadual. Então, eu gostaria que os companheiros ponderassem sobre*
2131 *esse texto que o companheiro me mandou, porque num dia só de discussão eu acho muito*
2132 *preocupante a gente tomar uma decisão aqui que vai gerir toda a vida dos usuários para os próximos*
2133 *anos para os usuários no Estado do Paraná. Só respondendo o companheiro que colocou que o*
2134 *Secretário se posicionou ontem quando recebeu a pauta de reivindicação, eu não entendi assim. Eu*
2135 *vi a posição do SindSaúde que se o governo não abrir negociação para discutir os quatorze itens da*
2136 *pauta dia dezoito de março os trabalhadores da saúde entram em greve por tempo indeterminado.*
2137 **Joelma (CMP)** Grace. Cumprimenta a todos, eu sou a Grace do Sinteoeste. A minha fala vai ser
2138 bem breve eu só gostaria de manifestar o nosso repúdio, principalmente dos servidores do Oeste do
2139 Paraná, hoje nós estivemos em uma manifestação lá, que aconteceu na frente do HU Hospital
2140 Universitário do Oeste do Paraná, contando não só com os trabalhadores como também com a
2141 população, com os usuários. Por que isso? Porque nós estamos fazendo como várias pessoas aqui
2142 já debateram este problema de que não está sendo discutido amplamente com os usuários e com os
2143 trabalhadores esta questão da Fundação da implementação da criação da Fundação. Nós estamos
2144 fazendo este trabalho. Nós estamos divulgando o que é, já foi dito aqui que a Lei é bem clara, que o
2145 Projeto de Lei é bem claro, não precisa muita sabedoria para conhecer o que está escrito ali e fica
2146 claro para todos que é assim a entrada da iniciativa privada no setor público e nós somos
2147 completamente contra. Estamos fazendo este trabalho é de orientar tanto os usuários quanto os
2148 trabalhadores sobre a gravidade deste Projeto de Lei e como eles estão sendo passados, sem
2149 discussão, sem ouvir os usuários, sem ouvir os trabalhadores. Então, a minha fala é mais no sentido
2150 de repúdio mesmo destes projetos e da maneira que está sendo encaminhada. Minha perspectiva é
2151 que este Conselho não delibere hoje nada a respeito disso, porque nós vemos nesta reunião, neste
2152 dia que está acontecendo aqui o quão polêmico é, o quão divergentes são as opiniões sobre. Então,
2153 a nossa perspectiva realmente é de que estes projetos ainda sejam amplamente debatidos e
2154 acredito que os conselheiros que representam os usuários e os trabalhadores também tenham este
2155 objetivo, esta perspectiva de debater com os usuários, com os trabalhadores e não passar “guela”
2156 abaixo um Projeto de Lei que pelas manifestações que estão acontecendo, que estão lotadas, que
2157 estão realmente repercutindo, não só na Assembleia, mas nas bases também. Espero que os
2158 conselheiros ouçam o clamor tanto dos trabalhadores quanto dos usuários sobre o nosso repúdio a
2159 estes projetos que realmente não precisam de muita sabedoria, que está claro que a entrada,...
2160 finalizando, a entrada das empresas privadas dentro do setor público. Obrigada. **Joelma (CMP)**
2161 Celso, depois do Celso é o Marcelo. Celso cumprimenta a todos. Sou Presidente do Sinteemar,
2162 Sindicato que representa os docentes e os técnicos da Universidade Estadual de Maringá e tomo a
2163 palavra aqui para dizer que nós administramos um grande hospital em nossa cidade, o Hospital
2164 Universitário e como servidor daquele Hospital, nos últimos cinco anos serviu como assessor jurídico
2165 e sem digressões jurídicas aqui, entendo que a questão jurídica que ela está bem abalizada, foi bem
2166 colocada aqui e eu só venho dizer que partilho integralmente da posição do Ministério Público, da
2167 posição do colega Ludimar, que me antecedeu aqui. Por que eu digo isso? Eu entendo, pela minha
2168 formação e por advogado público que sou há mais de vinte anos que a criação dessas OSs, OSCIPs
2169 etc, nada mais são do que formas, a tentativa dos governos de tentar burlar a Lei de Licitações e os
2170 concursos públicos, não tenho dúvida nenhuma disso e me manifestei, há vinte anos me manifesto
2171 assim. Na nossa instituição, no Hospital Universitário na tentativa de que as mazelas sejam
2172 resolvidas tentou-se, tivemos diversas tentativas de parcerias públicas-privadas etc, sempre me
2173 manifestei formalmente contra e nunca tivemos isso. Em dois mil e onze quando eu estava no
2174 Hospital ainda, tivemos a existência, a realização da CPI dos Leitos que percorreu os hospitais
2175 universitários do Paraná, na tentativa de demonstrar que realmente as administrações eram
2176 incompetentes e ineficazes isso não restou provado. Muito pelo contrário, o relatório da CPI está à
2177 disposição de todos, lá diz exatamente o contrário. Que as administrações elas fazem mágicas para
2178 atender a contento a população, que os servidores estão extremamente qualificados e que os

2179 hospitais precisam mesmo é de contratações e que seus planos diretores sejam concluídos. O
2180 Hospital de Maringá, por exemplo, seu plano diretor foi elaborado em mil novecentos e oitenta e
2181 nove, teve um terço construído até hoje. Hoje, se construído hoje, os dois terços restantes já não
2182 mais atende às demandas aqui submetido no dia a dia. Temos promessa que isso vai ocorrer,
2183 eventualmente temos investimentos nesse sentido, mas são muito...devagar. As coisas não tem
2184 andado a contento. Bom, par e passo, quero dizer que lá em Maringá também temos uma
2185 manifestação em andamento, vou concluir, fiquei surpreso ao conversar com o nosso Conselho
2186 Municipal, ele está realmente angustiado, não fizeram nenhum debate neste sentido, isso não foi
2187 levado a conhecimento do nosso Conselho e eu termino aqui minha breve fala se eu pudesse aqui
2188 aconselhar, se eu fosse membro Conselho, consultaria a minha consciência e levaria à base esta
2189 discussão, porque todos estão aqui foram delegados e tem esse poder para nos representar, mas
2190 essa discussão é muito ampla, é muito difícil, percebemos pelas falas aqui e pelas interpretações, eu
2191 entendo que os conselhos municipais estão muito mais próximos dos usuários, muito mais próximos
2192 dos cidadãos paranaenses deveriam se manifestar nesse sentido e depois nós podemos assim
2193 trazer luz a esse debate que realmente é muito polêmico nesse momento, muito obrigado. **Joelma**
2194 **(CMP)** Marcelo, depois do Marcelo a Soraia, depois a gente fecha este bloco. Marcelo cumprimenta
2195 a todos e informa que é Marcelo Seabra e que é Presidente da ASSUEL Sindicato que representa os
2196 funcionários da Universidade Estadual de Londrina, também faço parte da Mesa de Negociação do
2197 SUS do Estado e queria dizer que nós surpreendemos no final do ano passado quando o governo do
2198 Estado encaminhou o Projeto de Lei, a PL vinte e dois, a PL sete dois meia para a votação. Nós
2199 corremos até à Assembleia e conseguimos evitar que esses Projetos fossem votados, eu acho
2200 interessante agora que o governo do Estado esteja querendo conversar com a sociedade, dialogar
2201 com a sociedade e para isso tem havido até o Conselho Estadual de Saúde para fazer essa
2202 discussão, porque o ano passado ao apagar das luzes o governo queria a toque de caixa deixar
2203 aprovar dois projetos, que não atingirá somente a saúde mas também o ensino superior, porque no
2204 seu Projeto de Lei número vinte e dois, lá está previsto também que o ensino superior será atingido.
2205 Gostaria que a Presidente Joelma a qual nós convidamos para um debate em Londrina e a ASSUEL
2206 Sindicato tomou essa iniciativa de chamar os conselheiros que lá estão e ela não se fez presente a
2207 essa reunião, nós a convidamos, foi o Conselheiro Adão que fez esse convite, o Eliel, companheiro
2208 Eliel, ele compareceu a essa reunião, mas eu gostaria que a Joelma, que é Presidente deste
2209 Conselho tivesse a iniciativa agora de chamar todos os Conselhos Municipais e levasse esta
2210 discussão à base, levasse esta discussão para os usuários que não tiveram a oportunidade de fazê-
2211 lo até esse momento. Entendo, por exemplo, que esta reunião embora tenha sido um avanço diante
2212 do que o governo queria fazer, que era aprovar o Projeto de Lei na calada do fim da noite, ao findar o
2213 ano, agora se propôs a fazer essa reunião, mas eu acho que iria muito mais além se suspendesse
2214 essa reunião e retornasse às bases, retornasse aos municípios e fizesse de fato a discussão que
2215 tinha que ser feita com os usuários, que são na verdade os maiores interessados nesta discussão
2216 que eu tenho certeza que não tem conhecimento do que está ocorrendo e eles precisam tomar
2217 conhecimento, porque se soubessem não iriam apoiar uma iniciativa como esta. Então, o apelo que
2218 eu faço é que este Conselho suspenda os trabalhos e volte de fato às bases para que seja discutido,
2219 muito obrigado. **Joelma (CMP)** Soraia. Soraia informa que tem duas perguntas para fazer: eu sou
2220 funcionária a vinte e nove anos da Secretaria de Saúde e peguei desde Fundação Caetano Munhoz
2221 da Rocha, depois ISEP e foi mudando. Eu quero perguntar o seguinte: se a Fundação, na esfera, na
2222 administração indireta o ISEP que existiu se ele estava já como administração indireta então porque
2223 ele foi extinto e virou SESA. Ele já era uma administração indireta, então até hoje ficou essa
2224 pergunta no ar. E se a SESA com a proposta que está anunciando não consegue administrar os
2225 hospitais por causa da questão do engessamento, será que ele não está transferindo o seu papel
2226 para essas administrações, o que isso quer dizer. Outra coisa, algumas pessoas me perguntaram
2227 aqui e eu só estou transferindo essa pergunta: Será que cada conselheiro aqui que consultou a sua
2228 base, cada um representa uma parte...será que cada um deles consultou, já veio com a consulta lá
2229 na sua base para trazer aqui no Conselho é uma pergunta que a gente tem que fazer, porque se foi
2230 tão rapidamente encaminhado para a Assembleia Legislativa em dezembro queriam ser aprovado no
2231 apagar das luzes como foi feito com outras fundações, com outros projetos de lei que são polêmicos,
2232 normalmente o governo faz isso. Em dezembro manda porque sabe que muita gente está de férias,
2233 muita gente está pensando nas festas do final do ano, nos amigos secretos e daí manda para a
2234 Assembleia e a gente é pega com as calças curtas. Então, se houve esse tempo para esse debate,

2235 nós estamos bem no começo do ano ainda, houve esse tempo para esse debate, eu entendo que
2236 não, obrigada. **Rene (SESA)** informa que vai se restringir apenas às perguntas. Primeiro: a ideia
2237 toda do processo isso não muda o papel da gestão da Secretaria de Estado da Saúde em relação à
2238 Fundação. Você me faz uma pergunta que eu dificilmente vou lhe dar a resposta Soraia, porque eu
2239 não era gestor à época quando o ISEP foi extinto e acho que seria interessante, nós temos que
2240 deixar claro responsabilidades sejam postas a quem as têm. Então, eu acho que os gestores da
2241 época, inclusive pessoas conhecidas poderiam até justificar isso. Claro que tem uma diferença de
2242 natureza jurídica de direito público para direito privado, mas aí eu não teria condições, e acho que
2243 não sei esse assunto também foi objeto desta discussão de Conselho, tenho a impressão que o
2244 ISEP foi extinto durante a vigência do Conselho, o Conselho não sei, quem sabe até eu me reporto à
2245 ata do Conselho. Quem sabe no governo passado veio e discutiu isso aqui, apresentou isso aqui e
2246 submeteu ao Conselho. Eu até gostaria de questionar o Conselho se a extinção do ISEP passou por
2247 aqui, até porque nós podemos chamar pela memória dos conselheiros que estavam à época. Não há
2248 dúvida nenhuma que quando a gente fez o descritivo da discussão entre fundação estatal de direito
2249 público e fundação estatal de direito privado e autarquias é muito claro as diferenças do ponto de
2250 vista administrativo disso. Reitero, já falei pela...vou falar pela terceira vez o Projeto de Lei
2251 apresentado da Fundação FUNEAS é especificamente voltado aos órgãos próprios da Secretaria de
2252 Saúde e portanto, nesse caso, não atinge a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Teve uma questão
2253 colocada aqui, que eu acho inclusive até que eu queria me reportar, que é a questão desse modelo
2254 híbrido. Será necessário, sem dúvida alguma, uma fase de transição, em que a Fundação não tem
2255 ainda a condição do contrato de gestão, mas tem que se estruturar para tal e para isso, obviamente,
2256 terão que se tomar as medidas tanto orçamentárias quanto legais para dar conta disso. A tendência
2257 da Fundação na hora em que ela já tiver já contrato específico, ela vai ter um procedimento sobre o
2258 qual ela vai funcionar plenamente. O Carlos tem alguma coisa para complementar? Não. Ah, sim, é
2259 só para dizer... foi extinto dia trinta e um de janeiro de dois mil e sete o ISEP. Meu questionamento
2260 até por desconhecimento meu é saber se o Conselho ou algum conselheiro participou de reunião
2261 específica sobre isso porque daí algum conselheiro poderia fazer a resposta que a Soraia está me
2262 pedindo. **Joelma (CMP)** Só respondendo para o Marcelo, Marcelo me fala de uma reunião que
2263 ocorreu em Londrina, no HU? Perguntei aqui para o Maurício porque se veio, se chegou algum
2264 convite à Secretaria Executiva desse Conselho para minha pessoa, como Presidente do Conselho e
2265 o Maurício disse que não chegou nenhum convite e eu enquanto Joelma moradora de Londrina
2266 Conselheira Municipal da cidade de Londrina eu não recebi nem nos meus e-mails, nenhum telefone,
2267 eu não recebi nenhum convite. **Marcelo** informa que infelizmente a gente não tem documento para
2268 atestar esse isso aqui Joelma, mas a gente pode confirmar sim, comprovar por exemplo, com o
2269 companheiro Eliel que estava presente à reunião. Eu não fui à reunião, mas foi o Conselheiro Adão
2270 que é também da Mesa de Negociação do SUS, foi ele que na verdade organizou por ser servidor do
2271 HU, também ele é integrante do Sindicato, foi ele que organizou a reunião, fez o convite a você, fez o
2272 convite a outros conselheiros e você infelizmente não compareceu, mas eu acho que há tempo de
2273 tratar isso, você não teve como participar dessa reunião e não fez reunião com os usuários, que eu
2274 acho que deveria, essa é a nossa proposta que a discussão seja feita nas bases, nos municípios,
2275 ainda há tempo de você fazer... chamar uma reunião no Conselho Municipal, chamar os usuários e
2276 aí sim colocar essa discussão em pauta, aí sim... **Joelma (CMP)** informa que só para a gente deixar
2277 as coisas bem claras, porque essas reuniões nossas são gravadas e assim... eu não recebi convite
2278 nenhum de reunião porque se eu tivesse recebido eu teria ido com certeza, se eu estivesse em
2279 Londrina e ter recebido esse convite eu teria ido porque não não tinha nenhum problema... só deixa
2280 eu concluir... não tem nenhum problema da gente conversar como já tivemos em outras reuniões,
2281 em outros debates, em outras discussões, então vamos deixar as coisas bem claras: eu não estive
2282 presente nessa reunião porque eu não sabia dessa reunião, eu não fui convidada para essa reunião,
2283 vamos deixar as coisas bem claras, porque senão... **Marcelo** é sua palavra contra a minha. **Joelma**
2284 **(CMP)** não é colocando palavras, Marcelo... não fui é isso o que eu estou te falando, eu não fui
2285 convidada. **Marcelo** eu estou dizendo que você foi... **Joelma (CMP)** então me apresenta... **Marcelo**
2286 eu não tenho como comprovar agora... **Joelma (CMP)** para a gente deixar claro, não ficar esse tipo
2287 de coisa... é desagradável. **Marcelo** seguinte: nós chamamos à reunião do Conselho lá, com a
2288 presença dos demais companheiro e aí eles vão poder te dizer se houve... **Zuleide (ACISPAR)**
2289 solicita questão de ordem. Aqui não é um lugar onde mandou ou não mandou. Juridicamente quem
2290 tem que mostrar documento, vocês vão mostrar lá em Londrina, vocês vão conversar lá em

2291 Londrina, aqui não é o Fórum. **Joelma (CMP)** ok Zuleide, está correto o seu encaminhamento.
2292 **Joelma (CMP)** é que ele fez uma indagação e eu respondi, ok? Passamos então para Sezifredo.
2293 **Giordano (SindSaúde)** questão de ordem por questão de ordem... só uma questão, mais uma: a
2294 situação dos microfones está muito desagradável para os Conselheiros lá atrás. Então, pedimos, por
2295 gentileza, que como toda reunião os microfones fiquem na mesa à disposição dos Conselheiros.
2296 Mais uma coisa: nos tempos em que o Doutor Rene usa ele acaba não seguindo a ordem das
2297 inscrições, então por favor a Mesa explique para nós uma metodologia que deixa claro e inibe
2298 dúvidas apenas aos presentes sobre a questão das intervenções que o Rene faz. Por que quando o
2299 Rene começa a responder coisas que não foram perguntadas diretamente a ele. Então, por favor,
2300 que a Mesa organize esse processo, obrigado. **Joelma (CMP)** informa que a respeito dos
2301 microfones, por que nós fizemos dessa forma: porque hoje não é uma reunião só específica que nós
2302 estejamos só com Conselheiros aqui, nós estamos com vários convidados e vários convidados
2303 inscritos, então a Secretaria Executiva desse Conselho tem que estar passando microfone sim. Por
2304 isso que nós tomamos essa forma de tratar desse jeito hoje, Giordano, para agilizar o processo que
2305 tem várias pessoas inscritas e dizer o que eu já falo: um que já está inscrito e o próximo que já está
2306 inscrito para que já leve o microfone e para que já fique com o microfone para a hora em que eu
2307 falar, pode falar, a pessoa já comece a falar para agilizar o processo do nosso trabalho. E a questão
2308 de responder aqui, pelo menos eu estou vendo assim: todas as vezes que o Doutor Rene responde,
2309 ele fala para quem ele está respondendo, ele cita o nome. O Doutor Marco Antonio também, ele fala
2310 o nome da pessoa. **Giordano (SindSaúde)** Doutor Rene não está sendo sabatinado, aqui ele está
2311 colocando a sua posição e não é uma sabatina com o Doutor Rene, nós temos opinião, se for fazer a
2312 contraposição que o atual gestor se inscreva, respeite a ordem das inscrições e espere a sua
2313 palavra, obrigado. **Joelma (CMP)** ok, Giordano. E até para colocar aqui para os nossos... para o
2314 Doutor Rene, Doutor Marco Antonio e para qualquer outro membro aqui da Mesa, porque onde eu
2315 também fui citada e foi daí que eu respondi, vão ser respondidas todas as questões de perguntas
2316 que diz respeito ao debate que nós estamos fazendo. Não houve perguntas. Houve só uma
2317 indagação... não fala, ninguém fala e passamos para frente, ok? Sezifredo. **Sezifredo (SESA)** eu
2318 estou inscrito... com licença. Bom, primeiro eu gostaria de dizer que nós... não é verdade que o
2319 Conselho Estadual de Saúde não tenha discutido essa questão das novas formas de gestão. Na
2320 nossa Gestão nós já tivemos aqui, eu me lembro bem, veio até uma Procuradora do Rio de Janeiro,
2321 algo assim, teve uma discussão, lembram-se disso? Então vamos balizar as informações. Os
2322 Conselheiros que estão aqui tem sim tido oportunidade de discutir essa questão das novas formas
2323 de gestão, as novas tecnologias de gerência. As alternativas de gestão e a novas tecnologias de
2324 gerência. É importante também e oportuno a gente lembrar da nossa Conferência Estadual de
2325 Saúde, nós discutimos isso, eu me lembro que teve grupo, teve também no próprio Plenário e
2326 tiramos uma proposta, e eu não me engano é a cento e cinquenta e nove, cento e sessenta que diz
2327 que nós iríamos encaminhar no SUS do Paraná esta questão de novas formas de gestão e
2328 tecnologias de gerência. E antes dessa, eu tive o cuidado de ler e dizia-se assim também: que a
2329 SESA deveria buscar novas formas para... buscar a satisfação dos usuários do SUS. Então, o que
2330 nós estamos fazendo aqui, viu Doutor Marco Antonio está muito alinhado com ao que foi deliberado
2331 numa conferência. Logo, não há necessidade da gente fazer uma nova conferência, uma conferência
2332 extraordinária para discutir. Nós já deliberamos. Cada um que participou daquela conferência foi
2333 subscritor ou não, mas foi assim aprovado na Conferência. Eu acho que isso é importante. Importante
2334 também é a gente colocar que aqui alguns pressupostos do que foi apresentado e da discussão já
2335 estão patentes. Eu vi a publicação do SindSaúde, aliás Giordano, papelzinho *couche* tão bom quanto
2336 o nosso. Então, a gente sabe que quer se rotular a Fundação Estadual de Estatual de direito privado
2337 como a privatização. Todo mundo viu aqui, os conselheiros viram que está bem distante do que seria
2338 uma entidade privada, como muitos tentam carimbar. Quer dizer, afirmar isso peremptoriamente é
2339 querer subestimar o discernimento, a consciência de nossos Conselheiros aqui. Então, eu acho que
2340 nós já estamos evoluindo para alguns consensos. Nós não estamos falando aqui de entidade
2341 privada, nós estamos falando aqui de uma entidade pública que está no âmbito do direito público e
2342 que assim deve ser encarada, para a gente não cometer e alguns deliberadamente eu penso,
2343 acabam querendo confundir OS, OSCIP e Fundação Estatal. Como se fosse a mesma coisa, está
2344 muito distante disso. Eu gostaria também de fazer uma intervenção e colocar que a SESA vem
2345 tratando com muita responsabilidade essa questão. Nós, de fato, estamos observando as áreas, o
2346 Rene apresentou aqui os órgãos que poderão fazer parte da Fundação Estatal, mas o único objetivo

2347 é viabilizar um melhor funcionamento desses órgãos. Está assegurado o direito dos funcionários
2348 estatutários. A pergunta do Deputado Veneri, eu acho que ele não está mais aí deve ser então
2349 respondida dessa forma. Nosso Secretário, nosso Diretor Geral é sempre falando nessa questão.
2350 Aliás, eu estive pessoalmente no LACEN e no CPPI discutindo isso com os funcionários e não há no
2351 Projeto de Lei nenhum ponto que diga que os estatutários vão perder algum direito. Eu gostaria de
2352 deixar isso claro para a gente conduzir agora a discussão para um outro nível, eu acho que nós já
2353 vencemos esses pontos que eu citei aqui. Obrigado. **Joelma (CMP)** Sulivan. Sulivan cumprimenta a
2354 todos. Sou Sulivan do SindSaúde de Guaraqueçaba, Hospital Regional de Guaraqueçaba. Só queria
2355 dizer para vocês, os Conselheiros que estão para decidir o que é essa Fundação ou não, para ser...
2356 para deliberarem se é para vai ser bom ou não para nós, é só para passar uma condição que o
2357 Hospital de Guaraqueçaba está passando, para vocês poderem entender o que é o SUS hoje em
2358 dia: foi aberto um hospital gigantesco na cidade de Guaraqueçaba onde que a sede tem dois mil
2359 habitantes e o Município tem oito mil, com o nome da mãe do ex-Governador Requião, onde o
2360 Hospital era para abranger a maior parte do litoral, hoje em dia nós estamos menos de um terço de
2361 funcionários trabalhando do que era a capacidade do Hospital e eu estou vendo que a enfermagem
2362 que é a minha área tem que sair do seu local de trabalho para fazer um serviço que é do SAMU para
2363 atender em uma estrada de chão, oitenta e quatro quilômetros de chão e depois da estrada de chão
2364 andar três horas à pé no meio do mato para atender uma gestante, isso de madrugada. Outra coisa
2365 é a gente fazer uma remoção para Paranaguá onde é o nosso Hospital de transporte, onde a gente
2366 tem que pegar um barco e lá não sabe se volta, porque já aconteceu vários acidentes comigo e com
2367 alguns companheiros e ninguém se importa. Aí eu pergunto: se a SESA diz que a PL sete dois meia,
2368 que a SESA tem o poder de estar investigando, de estar controlando essa Fundação, não consegue
2369 controlar uma cidade de oito mil habitantes, o que ela consegue controlar o Estado? Outra coisa: não
2370 tem como nós funcionários da Saúde admitir essa Fundação porque os Senhores Conselheiros,
2371 desculpe não tenho nada contra o Senhor Doutor Rene, o Senhor não vai usar o SUS de
2372 Guaraqueçaba. O Senhor Beto Richa quando foi para Guaraqueçaba, ele foi com equipe própria de
2373 saúde, ele usou helicóptero, ele não foi pela estrada, ele não foi pelo mar. Então, eu creio que é fácil
2374 dizer que essa Fundação vai ser boa, mas ninguém fica lá na pele do servidor. E eu não estou
2375 falando só de Guaraqueçaba ou outras regiões. Paranaguá sofre dificuldade, tem três motoristas e
2376 ninguém fala nisso e a SESA não quer nem saber porque era simplesmente o pessoal de
2377 Guaraqueçaba em três anos ele teve quatro gestores e os quatro gestores não fizeram nada. E a
2378 SESA diz que vai controlar uma Fundação? Outra coisa: tem uma Fundação no Hospital de
2379 Guaraqueçaba que paga os médicos, porque a gente tem dois médicos servidores e o restante é
2380 dessa Fundação. O Diretor Clínico do Hospital não recebe desde novembro, então eu pergunto: se a
2381 SESA que no seu dever deveria abrir leitos, nós estamos com leitos fechados no Hospital de
2382 Guaraqueçaba porque não tem funcionário. O que essa Fundação vai fazer para manter esses leitos
2383 abertos? Eu quero saber a resposta do Senhor Rene e do Conselho o por quê dessa Fundação, o
2384 que ela nos garante, já que a SESA não fez o que ela vai fazer? Outra coisa: queria fazer um convite
2385 para o Senhor Rene para o Senhor tirar a gravata, o terninho, colocar uma bota Sete Léguas e fazer
2386 remoção comigo lá, aí o Senhor vai entender o que é saúde hoje em dia para depois não vir
2387 defender essa Fundação falida, como é a Funpar quando eu trabalhava na Funpar e era outra
2388 instituição falida, então faço este convite aos Conselheiros. Obrigado. **Joelma (CMP)** informa que
2389 temos onze pessoas inscritas e o próximo inscrito agora é o Maurício, depois é o Neto e aí na fala do
2390 Maurício nós estamos encerrando as inscrições, Maurício só um pouquinho... Maurício, Neto, Sérgio,
2391 Rosalina, Elaine, Sônia, Amauri, Irene, Franciele, Tiago e Mônica que estão inscritos. Solange?
2392 Então, desculpa Solange. Me desculpa, não inscrevi você mesmo. Tem mais alguém que eu não
2393 inscrevi? Solange, com a Solange são doze, tem mais gente pedindo... Márcia, pega lá fazendo o
2394 favor para mim, então na fala do Maurício nós estamos encerrando as inscrições para depois a gente
2395 passar para os encaminhamentos. Maurício Conselheiro Trabalhador pelo Conselho de Farmácia.
2396 Eu não estava no Conselho Municipal de Saúde de Curitiba quando foi criada a Fundação, a
2397 Fundação Municipal, mas tenho acompanhado recentemente participei como Conselheiro Municipal
2398 e os comentários da atual direção e inclusive dos usuários que representam no Conselho Municipal
2399 de Saúde é que realmente a situação de Curitiba no ponto específico do trabalho da Fundação está
2400 sendo fundamental para conseguir manter as atividades como no Hospital do Bairro Novo e a
2401 questão das Unidades Vinte e Quatro Horas. Também reforçando como profissional de saúde eu
2402 queria que o Rene e o Sezifredo abordassem um pouco mais sobre a questão dos imunobiológicos,

2403 dos insumos, a importância disso. E como você falou da Bahia Farma nós temos outros exemplos
2404 também na área de medicamentos como a FURP em São Paulo que é uma Fundação que hoje é
2405 fundamental para produção de medicamentos básicos que ninguém produz. Então, isso é muito
2406 importante para nós como profissionais da área de saúde responsáveis para a área de insumos e
2407 medicamentos e imunobiológicos, uma possibilidade de uso dessa estrutura. **Joelma (CMP) Neto.**
2408 **Neto (Femipa)** Bem, eu acho assim, a gente está preocupado com o tempo de debate, com mais
2409 tempo, mais dias, porém, hoje a gente viu aqui muitas, muitas falas repetidas e algumas até
2410 desrespeitosas que a gente tem que tomar cuidado; algumas muito respeitadas que foram ouvidas e
2411 a gente chegou a um consenso. Outras, dando propostas para o encaminhamento do Conselho.
2412 Acho que o Conselho está bem maduro para definir as suas decisões e os seus votos de todos os
2413 Conselheiros aqui. Eu acredito em cada um dos Conselhos até porque representam a base. Mas
2414 todos foram escolhidos para representar as suas bases. Eu queria por dentro, falando até discutindo
2415 o assunto, no artigo sétimo quando fala do Conselho Curador, a gente estudando junto com outras
2416 entidades, a gente queria fazer uma proposta de aumento dos membros do Conselho Curador,
2417 ampliando de dois usuários para quatro membros, sendo dois usuários, um trabalhador e um
2418 prestador, levando em conta a preocupação dos trabalhadores frente à Fundação. A outra proposta
2419 da que a gente discutiu está no artigo terceiro, no seu parágrafo terceiro também que quando fala da
2420 rescisão do contrato pessoal da Fundação, garantir o contraditório quando for feita essa rescisão. A
2421 gente pede que aumente, faz uma proposição que aumente mediante processo administrativo,
2422 mantendo o que é hoje feito junto ao estatutário e que é possível da gente conseguir. A outra
2423 situação lá no artigo dezesseis, em seu inciso quarto lá do capítulo cinco que fala do contrato de
2424 gestão que é talvez uma correção, fala da obrigatoriedade de se intensificar o plano operativo anual,
2425 aqui fala proposto pela Fundação Estatal como a gente está falando da função da atribuição do
2426 contrato e não da Fundação, a gente acha que deveria ser plano operativo anual pactuado já porque
2427 é a função atribuído ao contrato de gestão. Então, a gente teria essas questões a serem discutidas,
2428 encaminhadas para discussão, ou alguma resposta caso a gente não tenha conseguido entender
2429 direito. Muito obrigado. **Rene (SESA)** agradece a presença do Doutor Marco Antonio. Neto, eu na
2430 minha fala anterior, até deixei muito claro que a gente precisa estudar um mecanismo dentro do
2431 Projeto de Lei, eu não estou começando a falar do Conselho Curador, em relação àquela proposta
2432 feita pelo Doutor Marco Antonio de um espaço que tenha a participação social sob o ponto de vista
2433 consultivo, acho que isso, o ideal é que seja diretamente relacionado a isso no sentido do
2434 entendimento que vai ter que ser discutido na sua forma de representação no próprio Conselho
2435 Estadual de Saúde. Com relação à ampliação da participação do Conselho dos representantes do
2436 Conselho no Conselho Curador me parece uma proposta interessante do ponto de vista de buscar
2437 uma certa representatividade que é muito comum dentro do Conselho. Obviamente, eu acho que a
2438 gente tem que voltar a repetir que com o cuidado de que a participação desse conselheiro não se
2439 confunda e no caso, talvez, não como conselheiro estadual, mas esse representante com os papéis
2440 que venham ser desempenhados por ele ou enfim, pelo Conselho Estadual de Saúde. Acho que é
2441 uma coisa que teria que ser discutida porque o Conselho Curador tem um papel executivo e
2442 qualquer ato que seja tomado por esse representante, ele tem que estar plenamente separado do
2443 contexto da ação do Conselho como fiscalizador, porque as ações de responsabilidade são postas
2444 lá. Com relação à questão do procedimento administrativo, na verdade todo o processo que está se
2445 estabelecendo ali, ele não deixa de ser um procedimento administrativo. À medida que você
2446 estabelece um contraditório você estabelecer todo um fluxo. Essa ação do procedimento
2447 administrativo e desse fluxo vai ser objeto do estatuto. Porque o estatuto também vai prever uma
2448 série de detalhes que eu não relatar aqui, mas que eu já falei que deve contemplar nesse sentido.
2449 Nesse sentido eu acho inclusive a sugestão do Doutor Marco Antonio em relação à forma do decreto
2450 me parece interessante também porque dá uma sustentação que supera inclusive a representação
2451 momentânea do próprio Conselho. Mas tem assuntos que eu acho que o Estatuto é capaz de dar
2452 conta porque senão a gente de forma muito genérica coloca isso e depois não dá conta no Estatuto.
2453 Com relação ao plano operativo eu acho que só reforça o papel de que existe uma relação entre o
2454 gestor, a Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação no sentido e pactuar um plano operativo. E
2455 lembrar que um plano operativo vai ser orientador em relação a isso. Com a vênua da Plenária eu
2456 não conseguiria de deixar de fazer resposta ao Sullivan, porque me parece que ele falou
2457 enfaticamente a pergunta e eu gostaria de responder. Sullivan, eu comecei em saúde pública em mil
2458 novecentos e oitenta e um, eu tenho de atuação de ponta muitos anos. Trabalhei em locais

2459 chamado, uma cidade pequena imagine, ela é pequena hoje, mas há trinta anos atrás, eu trabalhei
2460 fazendo supervisão de área numa cidade chamada Palmital, que hoje, hoje deve ter uns quatorze mil
2461 habitantes, que talvez não tivesse nenhum terço dessa população nesse período e em outras
2462 cidades do interior. Então, o trabalho de ponta sempre foi uma atividade inerente a minha função na
2463 área de servidor público e entendo inclusive que um dos aspectos que estão se relacionando aqui,
2464 nós estamos nos reportando a alguns erros, inclusive de planejamento. Toda a vez que a gente
2465 organiza a construção de um hospital, a gente inicialmente deve definir o perfil de assistencial do
2466 programa de necessidade e chegar à conclusão que perfil e que área de abrangência a ser atendida.
2467 Lamentavelmente citou um exemplo de falta de planejamento e de visão estratégica. É um exemplo
2468 que nós observado em outras situações que nós estamos corrigindo e temos feito um esforço muito
2469 grande para resolver isso. Não só em Guaraqueçaba como todos os demais hospitais que tinham
2470 esses problemas. Sullivan solicita mais uma “perguntinha”. Senhor Rene, esse esforço que vocês
2471 estão fazendo seria uma reunião por debaixo dos panos essa semana com o Município no sentido
2472 de municipalizar o Hospital? **Joelma (CMP)** Gente, só uma questão: eu volto a reafirmar a questão
2473 de respeito, gente! Rosalina está inscrita. **Rosalina (ASSEMPA)** informa ser usuária do SUS e que
2474 não tenho plano nenhum, que o meu plano é o SUS de verdade e que represento a maior população
2475 aqui neste Conselho que são as mulheres, tudo o que eu faço eu discuto na base, eu não trago as
2476 coisas para cá sem discutir, eu queria estar colocando isso. O Conselho Estadual convocou esta
2477 reunião para que a gente tivesse a oportunidade de tirar todas as dúvidas da lei da Fundação. Em
2478 cima desta proposta que o Conselho chamou a nós, convocou a reunião vou me deter na minha fala
2479 e depois eu não quero que ninguém fica fora corrigindo o meu erro de fala, porque hoje saiu
2480 corrigindo, cada um tem sua maneira de falar e sua maneira de expressar e isso precisa ser
2481 respeitado dentro do Conselho. Eu queria só fazer uma colocação bem rápida porque assim, a
2482 Fundação ou essa ou aquela que foi discutido que deixa... acho que o Doutor Marco Antonio falou
2483 meio rápido a questão dos Consórcios que contratam médicos do hospital, a gente sabe a situação
2484 que nós estamos passando nos hospitais do HU, Zona Norte, Zona Sul e os Consórcios foram
2485 discutidos e daí não tiveram essas agressões pessoal. Outra colocação que eu queria colocar e
2486 queria uma resposta o Programa Mais Médicos qual Conselho discutiu o contexto, que tipo de
2487 contratação, serviço que nós estamos sendo atendidos. De onde vem e para onde vai, isso precisa
2488 trazer também. Porque é pago com o nosso dinheiro e é privado e não é brasileiro, então isso
2489 precisa trazer na questão da discussão. A aprovação da Lei não é o Conselho que aprova, porque
2490 quando o Conselho tirou indicação de não aprovação de prestação de conta do plano do PPA, a
2491 Assembleia aprovou. Ninguém perguntou para o Conselho. Qual Deputado veio perguntar para o
2492 Conselho, não veio. Então, competência tem que ser discutido e respeitado. O Conselho avalia e
2493 encaminha, mas a reunião aqui não é de aprovação de lei. Então, tem que tomar um pouco de
2494 cuidado, então a minha colocação é essa e minha pergunta Doutor Rene, é a questão do Estatuto.
2495 Se a lei for aprovada na Assembleia, se o Conselho Estadual possa participar da elaboração do
2496 Estatuto que regulamenta a lei. **Joelma (CMP)** Sérgio. **Sérgio (FAMOPAR)** Eu ouvindo todas as
2497 questões e agora com a Dona Rosalina falando ela praticamente resumiu quase todas as minhas
2498 questões. Eu só tenho uma questão que foi falado aqui. Eu pergunto: hoje a SESA que não tem
2499 verba suficiente para manter a situação, qual o milagre que vai acontecer com essa Fundação? Qual
2500 o milagre? Eu não entendi o milagre disso aí e o prazo? Qual é... qual será a melhoria para os
2501 usuários do Sistema Único de Saúde? Porque para o funcionalismo público eu ouvi que tem vários
2502 pontos em cima e para nós, os usuários que estamos na ponta, qual vai ser a melhoria para nós, é
2503 isso que eu quero saber, são os dois pontos que eu gostaria de saber. O resto já foi falado. (F13)
2504 **Solange (FESSMUC)** queria iniciar dizendo que a quase trinta anos éramos atendidos apenas pela
2505 rede privada e nós conquistamos o SUS e agora nós estamos discutindo voltar uma Fundação
2506 pública, mas de iniciativa privada e aí, em seguida então eu faço a seguinte reflexão: o regime
2507 contratual... não é pergunta, tá? É só uma reflexão. O regime contratual de serviços fragilizados
2508 sempre leva à insegurança dos trabalhos. É certo que nós temos a única Lei e que temos a CLT,
2509 mas nós sabemos que os servidores passam, que são contratados por aí e vivemos lutando para
2510 mudar essa CLT. Se não tem novo investimento, então o problema não é financeiro, se não é
2511 financeiro, então é de gestão, se é de gestão ao aprovar alegando, nós estamos... se é de gestão o
2512 problema da saúde e solucionar este problema, então ao aprovar essa Lei nós estamos dizendo que
2513 o Estado não é capaz de gerir com qualidade o Sistema de Saúde. Se não tem Controle Social e
2514 aqui foi dito, inclusive pelo Ministério Público, que não tem Controle Social do jeito que a gente

2515 depende como é que será feito esse controle? Apenas para nós refletirmos... se nós não
2516 especificamos quais são e aqui várias pessoas falam qual é a amplitude dos serviços que serão
2517 desenvolvidos pela nossa Fundação, não está claro se os hospitais ou outros serviços poderão ser
2518 inclusos e gerenciados também por essa Fundação. Então, tem que ser revisto temos que tentar e
2519 talvez tentar e mudar algumas coisas na própria lei. Por fim, destacar aqui porque às vezes nas falas
2520 fica a sensação de que quando a gente se posiciona favorável ou contra um projeto, nós já nos
2521 posicionamos Doutor Rene a FESSMUC várias vezes foi favorável a projetos aqui vindos do governo
2522 e entendemos que é saudável para a população. E quando a gente se posiciona contra dá a
2523 sensação de que a gente se posiciona contra, nas falas, porque é desse ou daquele partido e não é
2524 verdade. A FESSMUC já aprovou e inclusive já indicou moção de repúdio quando o governo federal
2525 elegeu o Presidente do Conselho Nacional, o Ministro porque nós somos totalmente contra que o
2526 gestor seja Presidente da Mesa de um conselho. Então, a gente não tem partido não. Vou concluir
2527 agora: o que eu queria sugerir: tem várias propostas aqui como a de excluir o hospital universitário,
2528 está bem claro na Lei que não vai entrar, como a da questão de criar um Conselho Social, como a
2529 questão do Neto apresentou de ampliar o número de pessoas desse Conselho, então, para mim
2530 talvez, este Pleno poderia montar uma comissão, propor, fazer um estudo melhor, ver o que a gente
2531 pode mudar e não na próxima porque na próxima reunião ordinária já tem a pauta, na reunião
2532 subsequente que é a próxima a gente voltasse a discutir já com essas possibilidades. É uma
2533 proposta de encaminhamento, daí. **Joelma (CMP) Elaine. Elaine (SindSaúde)** Eu quero falar para
2534 os Conselheiros: nem estou falando para os trabalhadores porque eles vivem outra realidade. Se eu
2535 estiver mentindo vocês me digam. Não é verdade que há três anos a SESA vem aqui e fala: vamos
2536 criar a Rede de Urgência e Emergência, a Emergência vai melhorar tudo e aí volta. Vamos criar e
2537 melhorar a parte de entrega de distribuição e de fornecimento de medicamento, vão melhorar tudo.
2538 Vamos criar o HOSPSUS, o APSUS, o COMSUS e vai melhorar tudo. Nunca nos disseram em três
2539 anos e um mês que a coisa andava muito mal, para criar a Fundação de direito privado. Por isso que
2540 aqui merece mais tempo de debate, porque eu estou há três anos aqui, como vocês. A maioria de
2541 vocês estão há três anos aqui ouvindo dar incentivo para os municípios para Vigilância em Saúde,
2542 eu estou falando alguma mentira gente? Então, se tudo andava com tantos planejamentos, com
2543 tantas propostas, com tudo tão bom por que agora o Doutor Marco Antonio pega o artigo segundo da
2544 Lei e diz que a SESA vai repassar todas as atividades, mas não foi o Doutor Marco Antonio que
2545 escreveu isso foi quem estava vindo aqui dizer que estava tudo muito bem, tudo muito bom e vamos
2546 melhorar tudo. Foi exatamente as mesmas pessoas que elaboraram este Projeto. Uma Conselheira
2547 que tem um pouquinho de vergonha de falar no microfone cochichou no meu ouvido na hora do
2548 almoço: se o SUS é exemplo do mundo inteiro, de um sistema público de saúde, universal, integral,
2549 por que as autoridades da SESA estão falando que em Portugal ou na Espanha, o modelo da
2550 fundação já é utilizado. Se aqui é exemplo e não lá, é minha segunda pergunta. A minha terceira
2551 pergunta vai na linha da Dona Rosalina e de outros Conselheiros, inclusive do Ministério Público.
2552 Orçamento: Esta Secretaria em dois mil e doze deixou de investir na saúde trezentos e cinquenta,
2553 sessenta milhões de reais, nesse Governo não é do outro. Dos outros eu posso dizer que o
2554 Ministério Público tem três bilhões de reais, todos dizendo assim: ação do ano de dois mil, dois mil e
2555 um, dois mil e dois, dois mil e três, dois mil e quatro, dois mil e cinco, dois mil e seis, dois mil e sete,
2556 três bi. O problema é o modelo de gestão? Ou é dinheiro? Eu ainda queria dizer mais, usuários: eu
2557 entro no Hospital Evangélico de Londrina ou no Cajuru aqui, ou na Santa Casa aqui e eu vejo uma
2558 diferença enorme entre as enfermarias do setor de plano privado e do SUS. E sabe por que eu
2559 defendo o SUS? Porque eu acho que o tratamento tem que ser igual e é por isso que a gente quer
2560 SUS público, porque na enfermaria do Hospital Regional do Sudoeste não tem diferença. Porque no
2561 Hospital de Campo Largo não tem diferença. Eu quero terminar de falar, mas eu não posso deixar de
2562 não tocar na questão da Conferência Estadual de Saúde e do decreto e o Doutor Rene fez uma
2563 pergunta que eu me dispus a responder. Doutor Sezifredo, servidor de carreira, eu li ontem à noite
2564 toda a Conferência Estadual de Saúde, todo o relatório. No relatório, deliberação quarenta, cinquenta
2565 e dois e cinquenta e um está escrito assim: pleno funcionamento do Centro de Reabilitação, os
2566 Senhores fizeram? No quatro meia zero: realizar auditoria em todos os serviços terceirizados do
2567 SUS no Estado do Paraná, os Senhores fizeram? Quatro meia dois: melhorar a fiscalização dos
2568 recursos do SUS, gente, atenção! Para que haja menos corrupção e uma aplicação mais justa do
2569 recurso público. Pode verificar! Eu sou cuidadosa...eu não vou botar a minha fala aonde eu não
2570 tenho certeza. Eu queria falar mais e atenção trabalhadores! setecentos e quatro: resolução,

2571 deliberação setecentos e quatro, prestem atenção se isso é verdade. Investir em hospitais públicos,
2572 concluindo e equipando aqueles que se encontram em construção e fortalecer os já existentes, eles
2573 fizeram isso? Eu tenho aqui ó, tudo o que está em “laranjinha” nessas folhas é o que eu peguei de lá.
2574 **Joelma (CMP)** Tempo Elaine! **Elaine (SindSaúde)** eu vou terminar, mas eu tenho que dizer... eu só
2575 quero dizer uma coisa para os Conselheiros que a SESA não disse: o SindSaúde pediu pediu no ano
2576 passado, está aqui para quem quiser provar, os ofícios estão aqui: que a Resolução zero um que
2577 institui a OS na área da saúde fosse discutida, não veio para a discussão. Aí nós vimos que tinha
2578 uma resolução que criava uma comissão para analisar o Decreto sete sete sete de dois mil e sete,
2579 Doutor Rene e aí eu respondo a sua pergunta que na época em que o PMDBista Gilberto Martin
2580 estava aqui, ele queria fazer o decreto que organiza o Senhor sabe, talvez a gente não saiba que
2581 organiza, faz toda a estrutura da SESA, competências de superintendências e direção, como o
2582 Senhor bem sabe... foi a Eufrida Andresa que vocês conhecem e a Graziela que discutiram e
2583 brigaram para que esse Decreto, todo o estudo para fazer o Decreto sete sete sete fosse construído.
2584 Não passou à revelia do Conselho, tivemos que brigar com o Gilberto Martin? Sim, tivemos.
2585 Brigamos e conseguimos fazer com que o Controle Social analisasse o Decreto mas, espera aí,
2586 Conselheiros e Conselheiras: no dia vinte e três do um de dois mil e quatorze, o Decreto do
2587 Governador Beto Richa, eu tenho o número dele aqui, eu pego Doutor Rene, não precisa se
2588 apressar... está publicado em Diário Oficial, revoga o Decreto sete sete sete e a nova estrutura
2589 organizacional da SESA já está em Diário Oficial. Nós pedimos para pautar no Conselho, está aqui o
2590 ofício Conselheiros e não foi pautado no ano de dois mil e treze, detalhe, detalhe, detalhe: o ano
2591 passado, essa Comissão que o Carlos Lorga faz parte, a Maria Leonor Fanini faz parte, a Sueli
2592 fazem parte, teve outras duas resoluções: uma estabelecendo mais prazo e a outra aumentando a
2593 Comissão, isso nunca veio para cá. **Joelma (CMP)** tempo, Elaine. Então, para encerrar: se o
2594 Governo faz um Projeto de Lei por seis meses e não passa aqui, não tem respeito. Se muda o
2595 Decreto que organiza a estrutura da SESA que pode estar submetida à nova forma da SESA a partir
2596 da Fundação, nós não temos que estudar só o Projeto de Lei sete dois meia, nós temos que pautar o
2597 novo Decreto que eu passo o número daqui a um “minutinho”... eu queria ainda falar com o
2598 consórcio nós debatemos sim, nós não queremos agredir ninguém, que o médico da família, que o
2599 médico de países estrangeiros, esse Conselho, com a ajuda do Giordano do SindSaúde fez uma
2600 moção de repúdio à Presidenta Dilma e eu quero repetir as palavras da Solange: não se trata de
2601 partidos, se trata de uma política pública que tem que ser voltada ao respeito aos usuários e com
2602 trabalhadores que também sejam respeitados pelos gestores, muito obrigada. **Joelma (CMP)** Sonia
2603 e por favor, respeitar os minutos. **Sonia**, eu sou representante do Crefito e trabalhadora, servidora
2604 pública há vinte e cinco anos no Hospital Colônia Adauto Botelho. Vou trazer aqui alguns pontos que
2605 eu acho que a discussão já foi falado e talvez eu vou repetir mesmo mas é para a gente pensar
2606 quando a gente for discutir mais para a frente. Os entraves da administração pública onde é
2607 colocado que um dos objetivos é facilitar, agilizar essa administração, poder contratar mais rápido,
2608 poder fazer as licitações e contratar os serviços e convênios mais rápido não vai acontecer por conta
2609 de... como o Doutor Marco Antonio disse, tanto as licitações como os concursos públicos, regime
2610 CLT eles têm que passar pelo mesmo processo: licitação e concurso público, então é moroso tanto
2611 quanto. Detalhe: concurso público nos últimos dez anos, há dez anos mais ou menos quando foram
2612 contratados os últimos em um concurso pequeno e bem pontual foram contratados alguns
2613 funcionários que já estavam em falta. De dez anos para cá, não foi contratado sem concurso, foi.
2614 Quantos foram contratados, quantas foram as promessas para os hospitais que foram adequados,
2615 construídos, inclusive o CHR e não foram contratados. O Hospital Adauto Botelho a gente achava
2616 que iria fechar as portas, porque nós reduzimos tantos leitos por falta de funcionários. Agora, no
2617 finalzinho quando estava para encerrar os quatro anos, eles foram foram contratados alguns desses
2618 funcionários poucos, para poder repor o que já está... as horas extras, porque não pode mais pagar
2619 horas extras, óbvio. Então, só para vocês terem claro assim: concurso público já estava feito, com os
2620 funcionários... foram chamados, já foram feitos... então o que a gente... se em quatro anos não
2621 contrataram sendo que o concurso público já estava feito. Licitação, muitos, muitos a gente escuta
2622 falar que muitas empresas nem querem participar em licitações porque o Governo não paga. A
2623 morosidade não é um objetivo que vai ser sanado com a Fundação. Outro ponto: aí as questões
2624 assim que já foram passadas pelo Conselho e acho que são muitas das coisas já são terceirizadas
2625 que não são essenciais digamos à assistência ao usuário, mas que precisam ser feitas de acordo, de
2626 forma bem feita, que é a questão de RH mesmo mas de manutenção, de limpeza, de alimentação, a

2627 maioria desses serviços são contratação de empresas para dar conta desse serviço. Esses serviços
2628 não estão ligados diretamente à assistência ao usuário, mas precisa estar funcionando bem, então
2629 isso já existe. HOSPSUS, COMSUS: todos esses são para empresas... para parcerias com
2630 instituições privadas. O COMSUS que está posto e foi aprovado, como está andando? O COAP que
2631 o Ministério da Saúde apresentou como proposta como uma forma de solucionar vários vazios,
2632 principalmente os vazios no Estado, onde é que está? Foi aprovado? Já está em andamento? Como
2633 foi feito isso, que era uma das coisas para se estar trabalhando também. Então, frente a estas
2634 questões todas, eu pergunto assim: qual é a urgência de se estar aprovando ou não uma questão
2635 tão importante e não é para os próximos quatro ou cinco anos. É para o modelo de Estado e de
2636 gestão que a gente quer. Outra coisa que eu acho antes que até se falar apenas da Fundação
2637 Estatal de Saúde. O Projeto de Lei Complementar ele fala sobre esse tipo de Fundação não apenas
2638 para a Saúde. Na Assistência Social, Cultura, Turismo, Desporto, Ciência e Tecnologia e
2639 Comunicação Social. Esses outros setores, segmentos eles estão em debate? Porque uma vez
2640 aprovado isso, com uma Fundação como esta vai poder surgir outras, então isso é muito importante.
2641 Acho que essa Lei Complementar se passa, acho que a gente tem que fazer uma discussão muito
2642 mais ampla e aí sim essas questões acho que postas, não vou repetir, mas a questão de um estatuto
2643 ser uma lei e não simplesmente estar aqui... no vácuo e a questão do Conselho Curador como diz o
2644 Doutor Marco Antonio, o Conselho Curador é Gestão, é uma forma da Gestão, tem que se ter outra
2645 forma, se é que vai passar, que outras formas se teria para fazer. **Joelma (CMP)** Doutor Rene. Vou
2646 tentar em dois minutos, acho que vai ser quase impossível... vou começar pela Sonia. Corrigindo
2647 Sonia: o HOSPSUS não é só para hospital privado, o HOSPSUS é para hospital filantrópico e
2648 hospital público, acho que isso é importante registrar: o HOSPSUS fase três inclusive é voltado para
2649 hospitais públicos municipais e pequeno porte. O COMSUS não é somente privado, o COMSUS é
2650 uma relação de parceria com os consórcios públicos intermunicipais. Com relação ao COAP, nós
2651 estamos em processo de andamento da sua implementação e só não andamos mais, porque
2652 infelizmente até agora a área técnica do Ministério da Saúde não definiu a programação geral de
2653 ações e serviços públicos de saúde, que é fundamental para que nós possamos fazer o processo de
2654 pactuação. Em relação à questão do Decreto eu já coloquei muito claramente de que a possibilidade
2655 de se discutir o Decreto, o Estatuto por meio de Decreto. Você falou lei e eu só estou corrigindo que
2656 é ficar mais claro que não é um instrumento viável sob o ponto de vista de lei, já que ele é um
2657 complemento à própria lei. Em relação aos entraves administrativos no sentido geral, basta ver a Lei
2658 oito meia meia e o que ela dá de prerrogativa de uma Fundação Estatal de direito privado e ter
2659 regulamento próprio. Isso já facilita alguns procedimentos que são fundamentais para o
2660 funcionamento e maior abastecimento de unidades hospitalares, por exemplo. Rosalina: me parece
2661 aqui que a resposta que eu dei já serviu com relação ao próprio Decreto, que eu acho importante
2662 fazer essa discussão e não tenha dúvida: quando a gente tiver a discussão do próprio Estatuto eu
2663 acho que trazer ao conhecimento do Conselho fazer esse debate, eu não vejo dificuldade. Sérgio: eu
2664 vou me reportar a uma reunião de dois ou três meses atrás. A Secretaria de Estado da Saúde veio
2665 ao Conselho e colocou claramente o Governo do Estado do Paraná se comprometeu para o ano de
2666 dois mil e quatorze no sentido de fazer a suplementação do Orçamento aprovado pela Assembleia
2667 Legislativa do Estado do Paraná, ampliando os recursos ali previstos em quase quatrocentos e
2668 noventa e oito milhões de reais. Parte significativa disso: trezentos milhões estão alocados na área
2669 de investimentos em capital. Boa parte desses investimentos em capital na segunda fase da
2670 complementação, não depende de recursos humanos nem de insumos. Então nós estamos
2671 trabalhando muito fortemente no incremento que esse Governo assumiu o compromisso de dar em
2672 seu Orçamento. Eu tenho certeza que todos os Conselheiros, inclusive lembro que nós
2673 apresentamos aqui um descritivo, um sumário do Plano de Obras e aí reportando algumas questões
2674 aqui, nós temos este ano e eu já disse para umas três ou quatro vezes aqui, nós estamos concluindo
2675 o lançamento do Programa Hospitais do Paraná, o maior Programa de obras que qualquer governo
2676 fez nos hospitais do Governo do Estado. Aí incluído os hospitais universitários, um Programa de
2677 obras inédito do ponto de vista de investimentos. Nós estamos fazendo isso no decorrer dos últimos
2678 anos e só não fizemos mais justamente porque no ano de dois mil e onze infelizmente nos foi
2679 deixado com orçamento praticamente inexistente de investimento. Nós não estamos propondo aqui
2680 por que a coisa está mal, nós estamos propondo aqui porque a coisa está andando e por estar
2681 andando e por termos responsabilidade como gestores nós queremos que ela continue andando
2682 sempre e nós chegamos justamente nessa fase para que a gente possa fazer enfrentamento de

2683 estruturas que nós mesmos aqui discutimos com os Conselheiros. Nós temos que imaginar daqui a
2684 dois ou três anos a conclusão do Hospital da Zona Oeste de Londrina e dar condições de
2685 funcionamento desse Hospital. Nós temos que imaginar um desafio que nós já cumprimos neste
2686 Governo e buscar recursos da ordem de trinta milhões de reais para construção de uma fábrica do
2687 CPPI. **(F 14)** o critério de pergunta está muitas vezes ele está sendo colocado, eu estou
2688 respondendo ao Sérgio em relação ao Orçamento de dois mil e quatorze, eu entendi que o Sérgio
2689 queria saber se existia algum milagre. Eu estou explicando a ele a realidade. Desculpe se a pergunta
2690 que o Sérgio me fez não foi essa, então eu me restrinjo a responder até aqui. Ele me fez duas
2691 perguntas: quais são os benefícios para a população e se isso apresentaria risco de orçamento, eu
2692 estou tentando responder. Se a Plenária do Conselho entender que eu não devo fazer este
2693 esclarecimento... **Joelma (CMP)** está respondendo a sua pergunta? Então, continue... **Rene (SESA)**
2694 então nesse sentido o que é importante nós colocarmos: todo esse processo que nós estamos
2695 fazendo no Orçamento é baseado no Plano Estadual de Saúde. As ações de implantação de
2696 Atenção Primária à Saúde, a consolidação das Redes passam por investimento e condições de
2697 funcionamento dessas estruturas e, portanto, nós estamos seguindo o Plano Estadual de Saúde
2698 aprovado neste Conselho, num sentido muito prático das coisas. Nós estamos dando continuidade
2699 ao planejamento que começou lá atrás em dois mil e onze e apresentado para este Conselho. Por
2700 último: Solange: Não entendi o que a Solange me perguntou, só me corrija se não. Você me
2701 perguntou? Não? Então, está bom. **Joelma (CMP)** Sezifredo. Rapidamente, ao Maurício Portella,
2702 bom o CPPI, como já foi dito para nós é fundamental a Fundação Estatal, nós vamos ampliar a
2703 produção, ampliar o escopo do CPPI, produção de soros e medicamentos. Nós vamos contribuir não
2704 apenas para o Paraná, mas para o Brasil nessa questão. Hoje há uma crise de falta de soros e
2705 alguns antígenos importantes para doenças como a Hanseníase, Leishmaniose e outras. É
2706 importante dizer Maurício que nós temos do Ministério da Saúde o maior aporte para um instituto de
2707 produção de imunobiológicos do País e ele vai estar integrado também ao TECPAR, nós vamos
2708 fazer parcerias para produzir ainda mais em relação a imunobiológicos. Eu só queria lembrar aos
2709 Conselheiros, eu já falei em dezembro isso, nós recebemos da OPAS um pedido de mil frascos de
2710 antígenos de Monte Negro para Leishmaniose. A OPAS queria comprar do CPPI e da SESA, nós
2711 não podemos vender, claro somos da administração direta, não somos da Fundação, a OPAS queria
2712 nos pagar mais de um milhão de dólares que nós poderíamos aplicar no próprio CPPI para melhorar,
2713 não podemos fazer isso. Doamos à OPAS, fomos solidários com os irmãos latino americanos. Agora
2714 nós podemos fazer muito mais se tivermos uma Fundação em que o CPPI seja integrado. Eu
2715 também queria responder à Elaine Rodella, Elaine você precisa ler no nosso *site* acerca... você falou
2716 do CHR, você falou que nós não viabilizamos o CHR...ok, mas eu vou comentar, porque eu comentei
2717 com você sobre a proposta em relação às novas formas de gestão e tecnologia de gerência e você
2718 veio com esta questão de que o CHR tinha uma proposta. CHR basta ler em nosso *site* pessoal, o
2719 CHR nós pegamos sem leitos de internamentos em dois mil e onze. Não faziam cirurgias. O Rene
2720 colocou aqui nós temos vinte e cinco leitos e podemos ampliar com a Fundação cento e dez leitos.
2721 Nós estávamos há dez anos, há dez anos sem fazer cirurgias reabilitativas no Paraná de
2722 Hanseníase. Hoje nós já fizemos aproximadamente oitenta cirurgias voltamos a fazer no CHR. Nós
2723 temos muito o que fazer com o CHR. Eu só gostaria de esclarecer porque as pessoas falam e depois
2724 não deixam a gente responder, então está respondido e ponto final. **Joelma (CMP)** responde que ele
2725 (Sezifredo Paz) é o Superintendente da Vigilância em Saúde e ele foi citado dentro da pergunta e
2726 ele... claro, eu tinha que passar a palavra para ele responder a pergunta a qual ele foi citado. O
2727 Maurício Portella fez perguntas... Maurício, você fez perguntas ao Sezifredo? Ok, vamos continuar
2728 aqui o debate... você fez Elaine pergunta? Então, vamos continuar. Amauri está inscrito. Amauri.
2729 **Amauri (DEFIPAR)** Eu tenho algumas dúvidas diretamente em relação à Lei e queria citar alguns
2730 artigos, não sei se seria caso de uma avaliação como já foi citado algumas vezes uma avaliação
2731 futura, mas não sei se teremos tempo para isso porque segundo o Tadeu, Deputado Tadeu Veneri
2732 parece que já está na Assembleia e está caminhando e talvez isso nem aconteça, mas eu tenho uma
2733 dúvida: no artigo primeiro já diz que vai ser uma entidade privada sem fins lucrativos, de
2734 beneficência social, ou seja, é filantrópica. Então, o Governo vai ter uma estatal filantrópica que se
2735 enquadra na lei da filantropia no caso. E aí a Lei da Filantropia ela diz que quando ela é extinta os
2736 bens são transferidos para uma entidade congênera e aqui no artigo quarto, inciso segundo, diz que
2737 será incorporado ao patrimônio do Estado, se isso não vai gerar um conflito com a Lei das Entidades
2738 sem Fins Lucrativos, porque a gente percebe que se enquadrar como entidade filantrópica e o

2739 regime a CLT, a entidade vai ter isenção da cota patronal do INSS e isso é vantajoso para a
2740 Fundação e quem vai pagar depois a aposentadoria desses funcionários vai ser o INSS e não a
2741 Paraná Previdência. Quanto aos artigos que não estão com redação clara, o artigo segundo, depois
2742 no inciso primeiro mesmo, só fala lá no final: a única coisa que fala de Conselho... “com
2743 acompanhamento do Conselho Estadual de Saúde”, com acompanhamento é uma coisa muito vaga,
2744 só acompanhar... só olhar... não poder fazer nada... então, é uma questão muito vaga, por isso é
2745 preciso ser melhor discutido. Também já foi citado várias vezes o artigo sétimo sobre o Conselho
2746 Curador. Quero chamar a atenção para o caso dos usuários que no inciso sexto, ele diz que todos
2747 serão não remunerados, então o usuário também não recebe nada, mas o Secretário de Saúde tem
2748 um alto salário, o indicado do Governador vai ser funcionário com um alto salário, os dois indicados
2749 do Secretário de Saúde também é funcionário e vai ter um alto salário, o único que vai ser
2750 prejudicado, que vai doar o seu tempo vai ser os dois usuários e se ampliar, os outros também.
2751 Então, essas são algumas questões. O aparato ele fica na mão somente do Secretário de Saúde,
2752 porque ele vai ser um membro nato, já vai ser o seu Presidente também e os outros vão ser todos
2753 indicados pelo Governo. Depois ele vai indicar para nomeação do Governador Diretor Presidente e o
2754 Presidente com anuência do Secretário também indica os outros quatro Secretários... os quatro
2755 Diretores, quer dizer, está tudo na mão do Secretário, então, essas são algumas dúvidas. Depois
2756 assim: já foi falado que o Estatuto agora já será rediscutido e se for colocado de outra forma, ele
2757 também estava nas mãos desse Conselho que tem o domínio todo do Governo e aí não teria mais a
2758 acesso a nada. Se ele vier para discussão, se isso for realmente deliberado e nós tivemos a chance
2759 de pelo menos fazer proposta, também é uma questão que vai bem encaminhar. Na questão do
2760 pessoal, artigo treze... **Joelma (CMP)** tempo Amauri... Amauri calma, muita gente ultrapassou um
2761 pouquinho... eu vou passar um pouquinho... aí no inciso segundo onde fala do pessoal: faltou talvez
2762 a palavra estabilidade aqui porque coloca-se depois no terceiro... a demissão por ato unilateral, isso
2763 dá a entender que se pode demitir igual na CLT. Você dá o aviso prévio manda o “cara” embora e
2764 acabou. Não tem mais nada. Concurso público com todos os direitos iguais... então, coloca a palavra
2765 estabilidade aqui, que ele não é passível de demissão, somente em caso de processo administrativo
2766 que é o caso que sempre acontece no serviço público com um processo administrativo para
2767 demissão. E por último, aí o contrato de gestão que me gera dúvida. O Governo do Estado... vai
2768 assinar pelo Governo do Estado o Secretário de Saúde, o Secretário de Saúde é o Presidente da
2769 Fundação, então o contrato de gestão vai ser assinado entre o Secretário e o Presidente que é ele
2770 mesmo? Ele assina com ele mesmo? Então, essa é a minha dúvida em relação a estas questões da
2771 própria Lei que precisava ser rediscutido e melhorado essa redação. Pode até ser uma proposta boa
2772 em ser uma Fundação, mas vai ter que provar isso e com uma discussão mais ampla porque dessa
2773 forma em como está colocado aqui fica impossível da gente dizer que isso aqui é bom que vai ser
2774 maravilhoso e está ótimo, precisa melhorar. **Joelma (CMP)** Franciele. A sua foi pergunta, não é
2775 Amauri? Perguntas? Ok. Franciele. Eu trabalho no Hospital Infantil de Campo Largo, sou prestadora
2776 de serviço de uma empresa terceirizada, eu estou aqui em solidariedade aos meus colegas que são
2777 do Estado e por respeito a eles, porque eu acho que essa privatização, fundação, que é tudo a
2778 mesma coisa, é uma falta de respeito. Primeiro lugar, as condições de trabalho num ambiente
2779 hospitalar terceirizado, privatizado, seja o que for, seja CLT é muito desumano. A gente não tem
2780 condições de trabalho, tem uma chefia obsoleta, a gente não tem material suficiente para trabalhar,
2781 não tem pessoal suficiente para trabalhar e isso quem passa é o orçamento para ser pago às
2782 empresas terceirizadas é o Estado. Se a empresa não contrata é porque o Estado não repassa a
2783 verba ou se repassa também não sei o que acontece. O que eu queria perguntar é para o Doutor
2784 Rene se ele já trabalhou em regime CLT. O Senhor já trabalhou em regime CLT? Eu queria saber
2785 assim do “fundo do meu coração” como que o Senhor promete oferecer uma qualidade de serviço,
2786 principalmente na área de saúde, sendo que se o funcionário não é bem remunerado ele não
2787 trabalha satisfeito. Nenhum funcionário trabalha satisfeito, eu acho que o Senhor recebe um salário
2788 bom, se cortasse esse salário do Senhor, como eles estão querendo fazer com a GAS dos meus
2789 colegas servidores, se eles cortassem do Senhor, o Senhor iria trabalhar satisfeito? É isso que eu
2790 queria saber. Tanto do Conselho, todas essas pessoas que vão votar, eles não estão votando hoje
2791 pela Fundação, eles estão votando pela qualidade de saúde nossa, cidadãos. Eu não tenho como
2792 chegar em um hospital e ser bem atendida, eu tenho filho, eu tenho que chegar no hospital e quase
2793 ameaçar o médico para ele atender meu filho, porque ele não me atende. Por quê? Porque ele
2794 também não ganha bem, o médico não tem condições de trabalho, os enfermeiros não tem

2795 condições de trabalho, eles têm que fazer jornadas longas de trabalho, trabalhar em dois empregos
2796 para poder manter a qualidade de vida deles. E eu não quero que eles passem, que eles tenham as
2797 mesmas condições de trabalho que nós terceirizados temos, porque a nossa condição de trabalho
2798 como CLT é desumana, desumana... **Joelma (CMP)** só o tempo, Franciele... não, só um minutinho já
2799 vou concluir... por que o Doutor Rene já ultrapassou várias vezes e ninguém interrompeu ele,
2800 entendeu? É desumano vocês terem que entrar em um hospital e participar da rotina do hospital,
2801 ficar vinte e quatro horas de um dia para você ver mãe chegando desesperada, procurando leito para
2802 o filho e chegar na porta do hospital e ter que ir embora, ela vai lá porque chega lá e o funcionário
2803 fala que você não pode entrar porque não tem leito, o hospital está com duas enfermarias
2804 desativadas, gente. Nós temos que ficar quatro, cinco horas com criança doente em fila de unidade
2805 de saúde vinte e quatro horas, vocês sabem o que é ficar em uma fila de unidade de saúde vinte e
2806 quatro horas, com o teu filho com quarenta graus de febre? Vocês já trabalharam para ganhar mil e
2807 cem reais no mês e você ter que pagar aluguel, pagar compra, pagar cartão, pagar tudo. Vocês
2808 pensem antes de vocês fazerem esta Fundação. Porque esta Fundação não é boa, vocês respeitam
2809 porque a Fundação é boa... é privatização. Empresa privada não dá respaldo para os funcionários.
2810 Empresa privada, eles mandam o funcionário embora por mensagem de celular, sabia? Ah, “fulano”
2811 você não venha trabalhar porque você está dispensado. Ou senão eles vão na porta do setor jogam
2812 um bilhete por debaixo da porta, você não precisa trabalhar mais, como se o funcionário não
2813 fosse ser humano, porque eu quando fui procurar meu emprego eu dei a minha cara para bater eu
2814 fui lá na porta da empresa e falei: eu quero trabalhar, eu preciso trabalhar e eu queria que eles
2815 tratassem a gente com a mesma dignidade. Se você leva um atestado médico porque o teu filho está
2816 doente, eles te descontam o salário, te descontam o vale alimentação, a assiduidade... você trabalha
2817 doze horas, você tem que implorar para a tua chefe, ah, hoje eu preciso sair à uma hora porque eu
2818 preciso resolver os meus problemas. Às vezes você fica até às nove horas trabalhando porque o
2819 funcionário do outro plantão não vai trabalhar. Só que ninguém vê isso, eles querem cortar...ah,
2820 porque a Fundação é boa. Fundação é para cortar gastos, é para diminuir custos. **Joelma (CMP)**
2821 Tempo, Franciele... muito obrigada. **Joelma (CMP)** Tiago. Boa tarde a todos os Conselheiros e
2822 Conselheiras. Meu nome é Tiago eu faço parte do Sindicato dos Psicólogos aqui do Paraná e
2823 também sou atualmente Conselheiro Municipal de Saúde aqui em Curitiba. Gostaria de discordar um
2824 pouco de algumas falas anteriores que dão a entender que nós temos aqui na verdade são
2825 diferentes interpretações sobre um mesmo objeto como se fosse possível a gente interpretar de
2826 maneiras diferentes a mesma coisa que é a Fundação. Alguns dizem que é privatização, outros
2827 dizem que não é, uns dizem que é parecido com OSCIP, outros com OS, outros dizem que não é.
2828 Na realidade as nossas diferenças aqui não são de interpretação, as nossas diferenças aqui são de
2829 interesses, são de interesses e não de interpretação. Todo mundo está acompanhando na imprensa
2830 atualmente e nós sabemos que o Estado do Paraná está quebrado, todo mundo sabe disso. Isso tem
2831 sido noticiado em todos os jornais televisivos, todos os jornais impressos, nós sabemos disso. O
2832 Estado está quebrado. A Fundação ela só tem um único interesse. E aí a diferença de interesse. A
2833 única finalidade de se aprovar a Fundação agora é cortar gastos na área da saúde é por isso que
2834 querem aprovar as Fundações. Todos vocês foram eleitos na última Conferência Estadual de Saúde,
2835 vocês têm responsabilidade na defesa do SUS. Vocês estão aqui, foram eleitos democraticamente,
2836 sabem o que vão fazer, sabem a diferença quando se colocam uma diferença de interpretação e
2837 quando está claro, quando está óbvio que existe uma diferença de interesse na verdade em jogo.
2838 Muitos de vocês na década de oitenta, nos anos noventa combateram assiduamente a lógica neo-
2839 liberal que tentava entrar no Brasil, na América Latina de uma forma geral e quando a gente fala em
2840 reduzir o papel do Estado, diminuir o poder do Estado, o que é isso? Essa não é a lógica neo-liberal
2841 entrando com cada vez mais força no Brasil. Eu não estou falando só da Fundação do Estado do
2842 Paraná. Eu estou falando da Fundação do Estado do Paraná, do Governo Federal e do Município de
2843 Curitiba também. Quando a gente fala de redução do Estado a gente está falando em cortar gastos é
2844 o que o Estado do Paraná precisa atualmente. Por isso essa pressa em aprovar logo, para fechar as
2845 contas. É isso, é disso que se trata. E isso é óbvio, nós aqui do Sindicato do Paraná, dos Psicólogos
2846 do Estado do Paraná está acompanhando com bastante tristeza o que está acontecendo com a
2847 Fundação aqui no Município de Curitiba e os servidores aqui contratados via Fundação, CLTistas
2848 sofrem assédio moral e podem ser mandados embora a qualquer momento, eles recebem cerca de
2849 cinquenta por cento menos do que o salário, cerca de cinquenta por cento menor salário contratado
2850 via Fundação do que se for via concurso público é muito melhor do ponto de vista financeiro para

2851 quem quer cortar gastos. É muito melhor contratar via Fundação e aqui não se trata de um debate
2852 meramente corporativo como se a gente estivesse defendendo somente os trabalhadores também.
2853 Defender os trabalhadores acho que é o nosso direito, para concluir: isso tem um reflexo direto no
2854 tipo de atendimento que a população tem. Eu não estou fazendo nenhuma pergunta, há um monte
2855 de gente anotando, eu não estou perguntando nada... isso tem um reflexo direto, direto no tipo de
2856 atendimento que o usuário tem. Vou falar da categoria que nós representamos, dos psicólogos. A
2857 rotatividade de profissionais nos espaços terceirizados na Fundação é muito grande, é muito grande.
2858 Imagine para um usuário que começa a ser atendido por um psicólogo, cerca de dois, três meses
2859 depois quando começa a se estabelecer o vínculo com aquele psicólogo, trocam o psicólogo porque
2860 o salário é inferior. Na primeira oportunidade que esse profissional tem ele vai sair. Ele vai para outro
2861 lugar. Nós temos psicólogos que trabalham em dois empregos, dois empregos para poder se
2862 sustentar. Trabalham de dia nos espaços terceirizados e à noite precisa fazer clínica, atender na
2863 clínica para dar conta de sustentabilidade. **Joelma (CMP)** tempo Tiago... então é disso que se trata,
2864 para finalizar foi falado muito do CHR aqui, nós estávamos lá até ontem junto com outro sindicato,
2865 até ontem eles estavam paralisados porque não tinham recebido salário, até ontem eles não tinham
2866 recebido salário porque a SESA não repassou para a OS que administra a APR que administra o
2867 Hospital. Isso sem contar tudo o que a mídia vem noticiando sobre o CHR, fora o atraso do salário,
2868 que isso é recorrente desde dois mil e doze atrasa recorrentemente os salários dos servidores lá
2869 dentro daquele Hospital, fora isso a ociosidade naquela estrutura maravilhosa, tão bonito, uma coisa
2870 muito moderna, mas existem andares inteiros que estão vazios naquele espaço, segundo andar
2871 inteiro não é utilizado. **Joelma (CMP)** tempo Tiago... isso é um problema de gestão, para finalizar
2872 mesmo desmistificar essa ideia de como a gente tivesse diferenças de interpretações, mas aqui são
2873 dois interesses que estão sendo colocados em jogo, é isso. **Joelma (CMP)** Mônica inscrita. Mônica
2874 e, por favor, o tempo. Meu nome é Mônica sou trabalhadora da saúde do Hospital Infantil lá de
2875 Campo Largo, lá onde funciona também há uma fundação, é uma parceria na verdade público-
2876 privada. Então, assim, o que eu estou lendo aqui, eu vou descrever um pouco as minhas impressões
2877 e vou fazer uma proposta no final. Estou vendo aqui a gente está numa discussão “louca” numa
2878 reunião convocada de forma extraordinária para decidir algo tão complexo que é a remodelagem da
2879 gestão de saúde da saúde pública do Estado. Remodelagem esta que a meu ver atende aos
2880 interesses do capital, da burguesia, vem aos moldes do neo-liberalismo que a gente está inserido
2881 sim, não adianta falar que não. Porque lá no Hospital tem fechamento de leitos, tem firmas
2882 terceirizadas, estão terceirizando aos poucos o serviço público de saúde, então é um tempo, é uma
2883 deficiência muito grande porque é um tempo muito limitado para decidir algo tão complexo assim e o
2884 que a gente tem que fazer eu acho, a minha proposta é de aumentar o diálogo com a população,
2885 com toda a população do Paraná para ela entender todo esse processo que vai acontecer com o
2886 atendimento, com o serviço público, com o usuário, com o trabalhador lá da ponta, porque vocês
2887 mesmo falam na primeira linha que a proposta de uma Fundação Estadual nasce da necessidade
2888 por serviços públicos de saúde de maior efetividade e resolutividade. Então, vamos promover
2889 debates descentralizados em macrorregionais, vamos convidar os trabalhadores lá do Zilda Arns
2890 onde tem uma fundação administrando esse Hospital, vamos convidar os trabalhadores lá da Bahia,
2891 da Saúde da Família, que trabalham numa fundação, vamos convidar também os gestores, os
2892 trabalhadores e a população usuária desses serviços públicos que passam por uma administração
2893 indireta do Estado, vamos convidar todos e promover debates descentralizados para ver como está o
2894 contrato de gestão, como está o vínculo empregatício desse trabalhador, como está a qualidade do
2895 serviço público oferecido a essa população, vamos convidar todos lá da Bahia, como nossa amiga
2896 Josenete disse aqui, como está sendo atendida lá, como está a qualidade do serviço público, será
2897 que está sendo efetivo e resolutivo como vocês colocam, como que está o programa de
2898 aposentadorias, estão degradadas? Hora contrato cada vez mais flexível, CLT, funcionário está
2899 sendo rebaixado de estatutário para CLTista, atendendo as necessidades de mercado todos sabem
2900 disso. **Joelma (CMP)** Irene. Ah, eu fico tão triste quando a gente fica sabendo desses debates
2901 assim, porque eu lembro que para a gente aprovar os artigos cento e noventa e seis, cento e
2902 noventa e sete, cento e noventa e oito, cento e noventa e nove e duzentos da Constituição, nós
2903 fizemos muita luta no sol ardente para a gente dizer que queria um SUS público, gratuito, universal e
2904 integral e a gente fica aqui agora discutindo se vai fazer Fundação ou não. Mas a minha fala é em
2905 respeito, quero até dialogar aqui com alguns Conselheiros que colocaram que a gente tem que
2906 separar o que é sindicato que o interesse maior deve ser os usuários e em respeito a isso,

2907 considerando tudo o que a gente ouviu aqui hoje de manhã, a fala do Doutor Marco Antonio, as
2908 considerações de todos, eu queria fazer um pedido de vista à Mesa, baseado no artigo vinte e nove
2909 no parágrafo segundo do nosso Regimento Interno e justificar o meu pedido de vista para a gente
2910 poder fazer uma análise mais periciada, mais de perto, com mais profundidade, compreender se a
2911 SESA não pode fazer realmente, não pode fazer que está nas suas atribuições se há uma
2912 necessidade de si mesmo entender o que acontecerá com as atuais diretorias, diretores,
2913 departamentos e cargos comissionados da SESA que para mim isso não ficou cargo... não ficou
2914 claro e como a SESA... como será a transição da SESA para a Fundação, também entender como
2915 será cumprido o inciso segundo do artigo sétimo da Lei oitenta e quatro oitenta e cinco de oitenta e
2916 sete que tem na página dezoito da cartilha e entender por quê foi extinto o ISEP e agora muda para
2917 Fundo. E a manifestação do Ministério Público. Então, diante de tudo isso eu faço a solicitação de
2918 vista à Mesa. **(F15) Joelma (CMP)** na sessão dois das deliberações, no artigo segundo “*todo o*
2919 *Conselho poderá se julgar necessário fazer pedido de vista devidamente justificado após a*
2920 *discussão do assunto em pauta e restando dúvidas ou elementos fáticos que justifiquem, antes da*
2921 *votação da matéria não votada ao processo que originou a proposta de resolução, deliberação ou*
2922 *recomendação, moção ou diligência devendo apresentar o seu parecer por escrito até a reunião*
2923 *ordinária subsequente para apreciação e votação quando mais de um conselheiro pedir vista haverá*
2924 *tantos relatores quanto forem os pedidos de vista”*, então Irene, o seu pedido de vista está amparado
2925 no Regimento, mas não é o momento ainda porque nós estamos no momento de discussão, nós
2926 ainda não estamos no momento de deliberação... no momento certo para a gente poder deixar as
2927 coisas claras, então como nós ainda temos algumas pessoas inscritas, nós vamos terminar o debate,
2928 nós vamos para as propostas de encaminhamentos aí sim, nós entraremos nessa discussão, não
2929 nesse momento... tem mais um bloco, o Doutor Rene vai fazer as indagações agora... só o Amauri
2930 de todas as falas, eu acho que foi só o Amauri que fez pergunta, ele vai responder e nós passamos
2931 para os outros cinco inscritos. **Rene (SESA)** bem rapidamente Amauri: de manhã já foi deixado claro
2932 que a forma de contratação da Fundação Estatal é por CLT, portanto as condições estabelecidas
2933 elas não prevêm as prerrogativas de estatutário. Com relação ao Conselho de Saúde na sua
2934 participação no Conselho Curador acho que isso até no decorrer do debate já evoluiu para uma
2935 proposta buscando alteração no sentido de ampliação dessa participação. Resta também aqui a
2936 discussão do Conselho Consultivo que me parece também foi uma questão colocada aqui que é
2937 importante apresentar em relação a isso. E quem assina o contrato de gestão Amauri, é o Diretor
2938 Executivo conforme está previsto na Lei, tanto é que em relação a isso, ele assume todos os
2939 compromissos do contrato de gestão. Só para esclarecimento que está bem claro no artigo lá. A
2940 condição dada lá não é para ela virar uma filantrópica é para que ela adquira os mesmos direitos que
2941 as instituições têm para pleitear um instrumento chamado “CEBAS”, que trata estas entidades da
2942 mesma forma que as filantropias. Lembrar inclusive que já existem duas fundações com este direito,
2943 a Fundação de Curitiba está pleiteando também esse direito e isso enseja economia porque na
2944 verdade isso vai diminuir custos. Porque a figura do direito privado, sem essa condição, no caso
2945 específico da Fundação Estatal ensejaria despesas que com a questão do CEBAS reduziria, então,
2946 vem em benefício da própria Fundação em relação à realização dessas despesas. **Joelma (CMP)**
2947 Jonas de Souza. Pessoal, eu acho o seguinte: essa Fundação tem um erro de base, o erro de base
2948 é essa discussão aqui. Depois que passou na Assembleia, trouxeram aqui para jogar em cima das
2949 “costas” do povo, para que o povo decida. Isso é um erro de base, toda coisa que começa errado,
2950 termina errado é o “uso errado do cachimbo que entorta a boca”, na verdade é isso. Agora, eu quero
2951 dizer para vocês o seguinte: as duas categorias criadas, CLTista e o pessoal do Estado, cria
2952 problema na relação de trabalho e cria muito. Hoje no Hospital de Clínicas nós temos esse problema
2953 muito sério lá. Houve época que o pessoal achava que o pessoal da Fundação era escravo do
2954 pessoal da Reitoria, depois o pessoal da Reitoria passou a ser escravo do pessoal da Fundação e
2955 isso cria problema interno pessoal de trabalho, isso é uma coisa extremamente impossível. Agora,
2956 eu digo para vocês uma coisa: eu quero me dirigir mais aos Conselheiros e dizer o seguinte: vocês
2957 estão votando hoje uma coisa muito séria e muita coisa séria e que muitas das vezes não foi
2958 discutida até com o seu vizinho do lado você não consegue discutir, quanto mais aquele “sujeitinho”
2959 que mora em barraco e tem toda a dificuldade da vida, que ganha um “salarinho” de seiscentos
2960 reais, quando ganha, é para esse pessoal... essa semana, acho que foi ontem ou anteontem eu
2961 assisti na televisão e o que importa é ter visto no jornal, viu... é o seguinte: uma criança nasceu
2962 dentro da ambulância da polícia militar porque não tinha vaga no hospital, dentro do hospital, no

2963 pátio do hospital, porque não tinha vaga onde colocar a mulher, então veja que ponto nós estamos
2964 com a saúde, estamos regredindo na saúde. Na verdade é o seguinte: que quando entrei no Estado
2965 há trinta e um anos atrás a saúde era mais bem tratada do que é hoje. A preocupação com a saúde
2966 preventiva era muito maior, no entanto nós estamos regredindo, então eu cheguei à conclusão do
2967 seguinte: se alguém acha que não pode piorar, pode! Pode! Tem espaço para piorar e essa
2968 Fundação caminha para isso. Então, eu peço aos Conselheiros que pensem muito na hora de votar,
2969 porque vocês não estão votando para vocês, vocês estão votando para aqueles coitados lá que vão
2970 ficar na fila do SUS, sabe que pode correr o risco de ficar na segunda janelinha e assim por diante.
2971 **Joelma (CMP)** Maiara. Meu nome é Maiara, eu represento aqui o SindSaúde, faço parte do
2972 SindSaúde e trabalho na cidade de Ponta Grossa no HURCG. O nosso Hospital desde que ele foi
2973 criado ele sempre foi sub-utilizado. Os funcionários lá todos, isso eu posso falar em nome de todos
2974 porque eu tenho a certeza de que eu não vou estar errando, está aqui a Diva, a Renata, todos os
2975 que podem confirmar o que eu estou falando, estão todos sobrecarregados, sem exceção. Isso com
2976 o concurso “rolando”, com o concurso acontecendo que foi encerrado sem suprir essa demanda. Eu
2977 queria saber se tem alguma colocação a ser feita a respeito disso. Como que a FUNEAS vai poder
2978 “salvar” o SUS, “salvar” a saúde se o Estado não... se não está sendo interesse do Estado no
2979 momento. **Joelma (CMP)** Everaldo. Everaldo, de Francisco Beltrão, trabalho lá no Hospital Regional
2980 do Sudoeste e eu também trabalho no SAMU que recém foi implantado. Então, eu quero trazer
2981 subsídios para os Conselheiros, talvez, votarem melhor porque eu vivo esta realidade dentro do
2982 Hospital e vivo também esse transporte até no Hospital e acompanho essa regulação de vagas.
2983 Então, lá o que aconteceu é que eu vejo não é o problema da Fundação. O problema é a gerência.
2984 Lá a gente vive a precarização como aconteceu no caso das USAVs. As USAVs lá eram o Suporte
2985 Avançado de Vida fazia o transporte de pacientes, então o que aconteceu com as USAVs foi a
2986 precarização, não se chamava funcionário para trabalhar lá, não se dava oportunidade de fazer hora
2987 extra, não tinha condições para trabalhar, aí o que aconteceu: fechou a USAV e o SAMU assumiu o
2988 serviço. E o que aconteceu para vocês terem uma ideia do que a Gestão e da falta de funcionário
2989 que também vai casar como Hospital Regional, vocês já vão sentir: então a USAV fechou, o que
2990 aconteceu com os equipamentos, por exemplo: ar condicionado: lá no Hospital Regional do
2991 Sudoeste o pessoal que trabalha na lavanderia lá, trabalha numa temperatura de mais de cinquenta
2992 graus e não agora que está o tempo quente, quando o tempo está ameno. Então, problema de
2993 gestão e onde estão os equipamentos, porque entregar os equipamentos? Se era para entregar para
2994 o CIRUSPAR que era um consórcio intermunicipal. A outra questão: funcionários: no Hospital
2995 Regional eu tenho colegas meus que estão há um ano e meio mais ou menos esperando e que
2996 estão aptos a serem chamados, o concurso venceu, eles já entraram com três mandados de
2997 segurança e até agora não foram chamados. Eu tenho colegas no Hospital Regional que eu trabalho,
2998 eu tenho até quinhentas horas extras, isso é Gestão? Não é Gestão. É não saber usar o dinheiro,
2999 então o problema não é Fundação, o problema é a Gestão, não é o modelo é a Gestão que é o
3000 problema. **Joelma (CMP)** tempo. Só um pouquinho... funcionários é... é na USAV tínhamos
3001 enfermeiros, no Hospital Regional está parado as cirurgias eletivas porque não tinham enfermeiros,
3002 sabe para onde ficaram os enfermeiros da USAV? Foram cedidos para a CIRUSPAR, você vê só
3003 como é a situação, falta de Gestão. Não é a Fundação que vai resolver isso. O Estado não chama os
3004 funcionários, mas tem alas da UTI que estão fechadas, faltando gente... por falta de funcionários,
3005 então o problema é Gestão, não é um problema de Fundação, é só vocês acompanharem a
3006 realidade de lá e eu posso dizer com propriedade, porque eu estou na rua e eu estou levando os
3007 pacientes para o Hospital e acompanho a realidade de dentro do Hospital. Obrigado. **Joelma (CMP)**
3008 Rafael. Bom gente meu nome é Rafael, sou trabalhador de saúde da Região Metropolitana de
3009 Curitiba, da Atenção Básica. Eu não vou repetir elementos dado o horário que a gente está, está
3010 todo mundo cansado neste calor mas, tem um elemento que eu não consigo ficar sem falar e isso é
3011 especificadamente para os nossos Conselheiros. Imagine que a gente não está mais aqui, esta sala
3012 inteira foi para outro lugar, para outro lugar mais ameno e tal. E daí de repente, a gente começa a
3013 conversar com alguém lá sobre a mudança do sistema de saúde dele, aquilo tem implicação direta
3014 na vida dele, na vida do pai dele, do filho dele na situação que vai acontecer e aí a gente tenta
3015 explicar seja por diferença de interesses como diz o Tiago, seja por qualquer outro motivo, tenta
3016 explicar as consequências que isso tem. Alguns tentam dizer que é o “paraíso” ou que pelo menos
3017 melhorará muito, outros tentam dizer que é precarização, que é privatização, que é ruim e tal,
3018 posição da qual eu compactuo inclusive. E aí a gente tenta explicar para essa pessoa em quatro

3019 horas, oito horas de debate, existe a possibilidade dessa pessoa tentar controlar socialmente esta
3020 decisão? Ou seja, exercer seu controle social, conseguir uma maneira de se articular para avançar
3021 no debate para conseguir entender definitivamente o que é isso, para conseguir entender esse
3022 exemplo que o Doutor... não lembro o nome que ele deu... falando da Bahia, é aquilo mesmo? Se for
3023 aquilo eu vou para lá, inclusive. Será que é aquilo? Uma trabalhadora que mora lá, que tem família lá
3024 vem com uma posição diferente. Historicamente a tendência é a precarização com isso. Então, como
3025 é que a gente vai discutir isso agora em oito horas de debate, em quatro horas, apesar dos
3026 Conselheiros estarem qualificados para essa decisão, acho que ninguém aqui é bobo. Todo mundo
3027 está aqui como Conselheiro porque tem algum acúmulo sobre essa história, mas a pergunta que eu
3028 quero colocar para esses Conselheiros é assim: e a suas bases? E a pessoa que convive com você?
3029 E a pessoa que você atende? E você usuário? E a sua Associação? Pastoral da Criança, a Pastoral
3030 da Saúde, teve este debate? Há uma posição? Vocês estão conscientes que as pessoas que vocês
3031 estão representando aqui têm esse debate profundo? Sabem das implicações disso? É essa a
3032 questão gente. Não dá para tomar uma decisão assim a toque de caixa, apesar de individualmente
3033 você estarem qualificados para isso com suas posições, não há dúvidas, mas eu questiono isto.
3034 Olhem para suas categorias, olhem para suas bases sociais, olhem para o seu vizinho, olhem para
3035 essas pessoas, dos representados pelo seu conselho de direito de classe. É essa a provocação que
3036 eu coloco. E aí eu não sei quem não é Conselheiro pode dar encaminhamento, pode sugerir o
3037 encaminhamento, então eu vou sugerir: para tentar amenizar isso, que para mim não é resposta
3038 ainda, mas para tentar amenizar isso eu concordo muito com a proposta que a Mônica colocou: por
3039 que o Conselho Estadual de Saúde não organiza os debates acerca do tema sobre isso. Audiências
3040 públicas, eu não sei o nome jurídico disso, por que o Doutor Rene não vai explicar isso lá em
3041 Londrina junto com talvez um trabalhador lá da Bahia, ou um usuário do Conselho Estadual de
3042 Saúde da Bahia, qual o problema disso? Por que aprovar uma mudança tão... por que... não é
3043 aprovar... por que deliberar sobre uma situação tão séria que não é trocar de roupa, é a vida das
3044 pessoas gente, é as condições de trabalho... **Joelma (CMP)** tempo. Por que decidir isso a toque de
3045 caixa? Então, a proposta de encaminhamento que eu sugiro é isso, que o Conselho tente organizar
3046 debates descentralizados nas Regionais, não sei como vocês entendem melhor... nos Conselhos
3047 Municipais e a partir desses acúmulos que se tomem um encaminhamento. A minha saúde, a minha
3048 vida não pode ser decidida assim em oito horas, em quatro horas de debate. **Joelma (CMP)** Seu
3049 Manoel. Manoel, usuário do Sindnapi. Em primeiro lugar eu quero agradecer a condução da Mesa
3050 pela Presidente Joelma, os representantes da SESA, Doutor Rene e do Ministério Público, Doutor
3051 Marco Antonio, parabenizar os Conselheiros e Conselheiras, convidados e convidadas presentes
3052 neste Plenário para discutir um assunto de tamanha relevância, isso é democracia, isso é Controle
3053 Social no SUS. Nós usuários queremos um bom serviço, eu sou usuário, eu estou aqui defendendo o
3054 usuário e eu sou um usuário. Eu não tenho convênio, meu convênio é o SUS. Eu também sofro lá e
3055 se eu for amanhã talvez eu não seja atendido, entendeu? O que eu peço aqui é que tanto o sindicato
3056 de trabalhadores como os gestores não usem o usuário no meio, porque nós estamos sendo... no
3057 meio, porque aqui nós escutamos muita discussão de sindicato defendendo os seus trabalhadores,
3058 muito obrigado, é isso que tem que ser mesmo, defender os trabalhadores, mas os usuários são
3059 pouquinho coisa, entendeu? Eu queria é isso aí, o que nós queremos é uma saúde e qualidade para
3060 todos, para todos, o que nós lutamos é para todos é isso o que eu queria, eu não ouvi muita coisa
3061 para ser usuário aqui, isso é o que eu quero, muito obrigado, fiquem com Deus e até a próxima.
3062 **Joelma (CMP)** obrigado, seu Manoel nós ainda não terminamos a nossa reunião não! Fizemos o
3063 que foi combinado pela manhã nesse Plenário, as explanações, abertas as discussões e agora nós
3064 vamos para os encaminhamentos, ok? E encaminhamento, gente, que ainda há os
3065 encaminhamentos são os Conselheiros, para a gente deixar as coisas claras. Aí os Conselheiros... a
3066 Irene está pedindo a palavra? Está aberta então a fala agora para os encaminhamentos, Jeremias
3067 está pedindo? Esclarecimento... Irene, só um pouquinho... esclarecimento Jeremias... **Jeremias**
3068 **(UEL)** diversos momentos foram apresentados propostas, eu queria saber se estas propostas foram
3069 anotadas pela Mesa, se vai ser reapresentadas novamente, se será resgatadas as propostas...
3070 **Joelma (CMP)** agora é o momento da gente apresentar as propostas... **Jeremias (UEL)** as
3071 propostas de alteração? **Joelma (CMP)** isso, ok! Irene. **Irene (FESSMUC)** na verdade é uma
3072 questão de ordem e reafirmando o meu pedido de vista. Entendo que uma vez que tem pedido de
3073 vista suspende qualquer deliberação até que volte o Conselheiro com o seu relato do pedido de
3074 vista. Eu entendo isso no Regimento. **Joelma (CMP)** deixa eu só explicar, Irene para todo o Plenário

3075 que o nosso Regimento quando nós fizemos a última aprovação dele no final do ano... no meio do
3076 ano passado, não é Maurício, e aí no nosso Regimento como que está: “*todo o Conselheiro poderá*
3077 *se julgar necessário fazer pedido de vista devidamente justificado, após a discussão do assunto em*
3078 *pauta, restando dúvida ou elementos fáticos que justifique*”. Então, eu pergunto a este Plenário, este
3079 Plenário tem alguma dúvida, este Plenário tem algumas... Conselheiros! Eu falo Plenária porque eu
3080 falo os Conselheiros... mas é o Conselheiro! A hora em que eu falo Plenária é a Plenária do
3081 Conselho, eu não estou falando de outro Plenário, eu estou falando do Plenário do Conselho... **Irene**
3082 **(FESSMUC)** eu tenho dúvidas... **Joelma (CMP)** “*antes da votação ao processo que originou a*
3083 *proposta de resolução, deliberação ou recomendação ou moção*”, nós não entramos nesse
3084 processo, nós não estamos nesse processo. Nós não fizemos aqui nenhuma deliberação, nenhuma
3085 resolução e nenhuma moção. Leite. Questão de ordem da Solange primeiro, Leite. **Solange**
3086 **(FESSMUC)** para mim, a questão de ordem é que o Conselheiro pediu vista, ela pediu agora...
3087 agora, na primeira vez você estava correta, você terminou e ela manteve o pedido de vista e ela
3088 mantendo o pedido de vista, suspende-se todos os encaminhamentos, Joelma. Entendo que os
3089 encaminhamentos dêem após o pedido de vista, após toda a explanação que ela fizer com relação
3090 ao pedido de vista. Então, os encaminhamentos têm que ser anotados, eles se mantêm valendo aí
3091 depois da apresentação quando ela fizer a apresentação do pedido de vista é que aí sim pergunta
3092 para os Conselheiros que eles fizerem o encaminhamento, se ainda há a necessidade daqueles
3093 encaminhamentos. Mas o pedido de vista suspende, ele não suspende toda a discussão, mas os
3094 encaminhamentos sim, porque é antes das votações. Se você fizer qualquer encaminhamento agora
3095 você está colocando depois das votações. **Joelma (CMP)** Leite. Leite Sindiprevs Paraná. Na
3096 realidade, eu sou obrigado a concordar com o processo porque no final de ano quando esse
3097 Regimento veio para esse Conselho ele dispunha de forma diferente. Diz que no momento em que
3098 se pedia... se fazia o pedido de vista se cessava tudo e qualquer discussão, inclusive uma série de
3099 problemas com relação a isso o Rene deve se lembrar disso. Só que o seguinte: concordo
3100 plenamente que nós fizemos um pacto de manhã que estaríamos seguindo uma ordem, mas até
3101 naquele momento não havia o pedido de vista. Nesse momento que foi feito o pedido de vista e
3102 esgotou a apresentação e discussão não se encaminha nada mais, porque se houver
3103 encaminhamento ele vai envolver processo de votação e deliberação, então é só isso, é só para a
3104 Mesa ficar ciente porque está bem claro aí. Antes do pedido de vista, antes de encaminhamento e
3105 votação. Se já se encerrou a discussão e a apresentação do Projeto, prevalece sim a solicitação de
3106 pedido de vista, Joelma é o que está escrito aí. Eu acho que você tem o jurídico na Mesa aí que
3107 pode inclusive estar esclarecendo o que está escrito. **Joelma (CMP)** viu Leite, mas aqui eu concordo
3108 em algumas falas suas, mas aqui está claro: é antes da votação, ele... nós não passamos porque
3109 assim, ó... **Leite (SINDIPREVS)** mas tudo bem Joelma, se esgotou já a discussão e a apresentação
3110 qual é o próximo encaminhamento agora? É... qual vai ser o próximo processo? **Joelma (CMP)** o
3111 próximo encaminhamento agora é: os Conselheiros fazerem as... **Leite (SINDIPREVS)** não, Joelma,
3112 não pode mais porque se fizer encaminhamento haverá processo de votação, Joelma! Vamos ser
3113 coerentes! **Sezifredo (SESA)** Leite, eu acho que você se lembra muito bem por que foi colocada
3114 essa questão. **Leite (SINDIPREVS)** eu me lembro e eu fiz porque está escrito em ata inclusive para
3115 justamente evitar isso. **Sezifredo (SESA)** porque na hora mesmo antes de ter a discussão, aliás foi o
3116 seu... a sua Instituição, Sebastião lembrasse que ele pediu um pedido de vista e não deixou a
3117 discussão e não deixou nem mesmo os Conselheiros aqui fazerem propostas. A ideia agora é
3118 acolher propostas feitas pelos Conselheiros, Conselheiro Jeremias fez proposta, Conselheiro Neto
3119 fez proposta, nós vamos discutir essas propostas e vamos chegar ao final e se no momento da
3120 votação se ainda tivermos dúvidas, se tivermos justificadas as dúvidas que não sejam com o objetivo
3121 de truncar o processo... **Joelma (CMP)** calma, Leite! **Sezifredo (SESA)** ... se dá o pedido de vista
3122 segundo o Conselho... **Leite (SINDIPREVS)** ... porque eu preveni isso aí na apresentação... na
3123 apresentação do Estatuto, eu preveni este tipo de manobra e isso é uma tentativa de manobra, sim!
3124 Encerrou a apresentação não se faz nenhum encaminhamento porque todo e qualquer
3125 encaminhamento pode envolver votação e aí sim não procede, daí. **Sezifredo (SESA)** mas se nós
3126 nem estamos no momento da votação, nós estamos acolhendo propostas que poderão ser ou não
3127 acolhidas no Pleno a proposta apresentada. Você está querendo impedir que Conselheiros façam
3128 propostas com essa fala. **Joelma (CMP)** Elaine. Gente, por favor, as falas estão abertas aos
3129 Conselheiros agora, porque agora é o momento de decisão que o Plenário tem que tomar, então por
3130 favor, vamos respeitar as falas. Elaine. **Elaine (SindSaúde)** Veja, se o Conselheiro quer mandar

3131 para a Mesa proposta, pode mandar. Só que agora tem um pedido de vistas que suspende todo o
3132 processo e eu quero dizer o seguinte: o usuário me permita Amauri, levantou pelo menos seis itens
3133 de artigos que ele não entendeu, que ele diz que é contraditório um artigo com o outro, ele também
3134 precisa de esclarecimento. **Sezifredo (SESA)** então, vamos fazer os esclarecimentos. **Elaine**
3135 **(SindSaúde)** então, deixa eu terminar. O Ministério Público esteve aqui e falou de uma série de
3136 coisas, de erros que precisava de revisão no Projeto de Lei. O próprio Rene disse que a SESA iria
3137 mudar aquele artigo, tirar aquele artigo, gente, uma Conselheira pediu pedido de vistas sobre este
3138 Projeto. Agora é hora da SESA se recolher, dizer vou fazer todas as alterações, eu vou pegar todas
3139 as propostas que vierem, podem ser mandados, a gente pode estabelecer aqui politicamente que em
3140 sete dias úteis os Conselheiros podem mandar propostas para a SESA, para a Mesa Diretora, mas
3141 nesse momento, eu tenho aqui também um parecer do nosso advogado dizendo o seguinte: que do
3142 jeito que está posto no Regimento o pedido de vistas suspende qualquer votação ou qualquer
3143 julgamento da matéria até porque o próprio Gestor disse que vai fazer a alteração no Projeto de Lei.
3144 Se houver deliberação com esse conteúdo, nós estamos deliberando sobre uma coisa provisória e
3145 não definitiva. Então, por mais que alguns queiram aprovar aqui hoje e nós claramente temos a
3146 vontade de debatermos mais, conforme os trabalhadores não só estatutários como terceirizados se
3147 posicionaram aqui como outros sindicatos se posicionaram aqui, não só o pessoal da SESA, mas
3148 também da Secretaria de Ciência e Tecnologia que está colocada no Projeto vinte e dois, então, o
3149 melhor encaminhamento é a Mesa seguir o Regimento, acatar o pedido de vistas, eu estou
3150 encerrando, acatar o pedido de vistas e nós voltaremos na próxima reunião para avaliar, para
3151 analisar o pedido de vistas. Eu entendo que um pedido de vistas, cumprir o Regimento porque tem
3152 que ser devidamente justificado e a Irene justificou, obrigada. **Márcia (Pastoral da Saúde)** só que
3153 nós não estamos no momento de votação. Nós estamos acolhendo as propostas dos Conselheiros.
3154 **Elaine (SindSaúde)** para que encaminhar as propostas se a gente tem um pedido de vistas! **Joelma**
3155 **(CMP)** está aberto Conselheiros, para os Conselheiros. Só um pouquinho Solange, o Gildo tinha
3156 pedido primeiro, só um pouquinho. Gildo. **Gildo (UGT)** Gildo UGT trabalhador, usuário, desculpa. A
3157 cabeça da gente está a mil... é que eu trabalho na área da saúde também, também com certeza...
3158 sem sombras de dúvidas. Eu não conheço cem por cento do Regimento do Conselho Estadual a
3159 questão do pedido de vistas, estou sendo bem sincero, não posso ser hipócrita. Mas, como é que a
3160 gente vai ter essas propostas, saber dessas propostas para que o Governo possa fazer essas
3161 alterações se a gente não tem a oportunidade de ouvir aqui, de ver aqui, eu não estou entendendo...
3162 então é uma coisa que não está "batendo" para mim. Se tem um pedido de vistas tem que parar,
3163 mas estas propostas que algumas pessoas já deram ou ainda podem dar, como é que fica? **(F16)**
3164 **Joelma (CMP)** Isso que eu gostaria de estar perguntando para o Plenário também. Solange.
3165 **Solange (FESSMUC)** é um questionamento. Se você for fazer qualquer questionamento, você vai
3166 colocar em votação, certo? E o Regimento diz que não pode colocar em votação se há pedido de
3167 vista. Estou perguntando... os encaminhamentos que aparecerem por aqui serão colocados em
3168 votação, ou são apenas sugestões? Porque é só registro para o Governo, o Gestor refletir, acho que
3169 é saudável. Agora, para votar favorável ou contra o encaminhamento aí não pode. Agora se é só
3170 para a gente ampliar o debate, fazer sugestões novas aí eu não vejo problema. **Sezifredo (SESA)**
3171 eu gostaria de esclarecer mais uma vez que o Regimento ele não está tratando nesse momento do
3172 pedido de vista intempestivo porque nós não estamos deliberando o Projeto. Nós estaremos ainda
3173 discutindo as propostas que foram feitas pelo Conselheiro Jeremias, pelo Conselheiro Neto, pelo
3174 Doutor Marco Antonio, nós anotamos tudo aqui, pelo Doutor René inclusive pela SESA. Nós estamos
3175 nesse momento deliberando o Projeto de Lei, a proposta do Projeto de Lei e sim acolhendo, nós
3176 temos até... houve aí de alguns membros do Plenário que não... olha, eu acho que a participação de
3177 pessoas que não são Conselheiros tem que ser disciplinada, porque senão um Conselheiro falando,
3178 de repente ele é interrompido por uma pessoa que com todo respeito, não está aqui nesse momento
3179 como Conselheira, nós ouvimos vocês... olha, o Regulamento é claro, a gente dá oportunidade para
3180 observadores para se pronunciar, mas vocês não podem conduzir o processo de deliberação aqui do
3181 Conselho, isso é ilegal inclusive. Então, vamos lá, eu queria só esclarecer: nós temos propostas de
3182 Conselheiros, temos propostas da SESA e do Ministério Público para aprimorar a proposta do
3183 Projeto de Lei. Se nós concedermos um pedido de vista antes que estas propostas sejam analisadas
3184 nós estaremos impedindo um ponto no Regimento que é claro: a discussão. Nós não estamos nesse
3185 momento deliberando o Projeto acabado, nós não vamos sair nesse momento, dizendo que foi
3186 aprovado ou não o Projeto de Lei no Conselho, nós ainda estamos aperfeiçoando este Projeto.

3187 Então, eu acho que a Irene ela está querendo um pedido de vista, mas nesse momento não cabe
3188 ainda... vamos, porque senão o direito do Conselheiro Jeremias, do Conselheiro Neto e de outros
3189 Conselheiros que tem propostas vai ser vilipendiado pelo pedido de vista. **Joelma (CMP)** por favor
3190 gente, por favor. Elaine. **Elaine (SindSaúde)** nós Conselheiros e Conselheiras recebemos uma
3191 pauta. Na pauta diz assim: ordem do dia e daí tem a aprovação das atas e assuntos para
3192 deliberação e discussão temática. O assunto para deliberação é o Projeto de Lei sete dois meia. Nós
3193 estamos aqui desde nove e dez, nove e quinze da manhã debatendo o Projeto de Lei, portanto, nós
3194 estamos num momento a qualquer momento ele pode ser colocado em votação. O que a nossa
3195 Conselheira fez: ela apenas disse: eu passei o dia todo aqui, debati, ouvi, repudiei, concordei e ainda
3196 não estou satisfeita, não estou esclarecida, argumentou o por quê gente, vamos ao Regimento. Olha
3197 o que diz ali: *“todo Conselheiro poderá se julgar necessário fazer pedido de vista devidamente*
3198 *justificado, então ela fez, “após o assunto em pauta e restando ao processo que originou a proposta*
3199 *de resolução, deliberação”*, nós estamos aqui para deliberar, ela disse... tem uma hora para terminar
3200 a reunião e eu não vou me sentir esclarecida porque ela elencou oito, nove, dez pontos que é
3201 levantar propostas, não há problema. Eu fiz uma proposta: todo Conselheiro pode voltar para a sua
3202 entidade, conversar com quem está lá na direção, na base, e tem sete dias úteis para mandar para a
3203 Mesa Diretora e para a SESA as propostas. Nesse momento, fica suspenso qualquer continuidade
3204 da discussão, se alguém quiser continuar a discutir, pode discutir, só que assim: tem um pedido de
3205 vistas nada poderá ser votado, está interrompido este processo, muito obrigada. Acho que está claro
3206 isso. **Joelma (CMP)** Elaine, está claro, o que não está claro é as propostas que foram foram
3207 levantadas aqui, se este Plenário deste Conselho acata ou não, as propostas que foram levantadas,
3208 porque estas propostas elas vão ser incorporadas ao Projeto que vai vir para a próxima discussão. É
3209 isso o que nós estamos falando. Foi isso o que o Sezifredo falou, foi isso que todos nós estamos
3210 falando aqui da questão das propostas que o Neto tinha pedido a fala, que o Jeremias tinha pedido a
3211 fala para poder agora, porque agora é o momento de estar indicando as propostas, deles poderem
3212 estar reafirmando as propostas que eles falaram lá atrás. Vanderli. **Vanderli (CRESS)** olha só
3213 Joelma, muita calma nessa hora Joelma, vamos tentar... eu estou tentando ajudar. O que a gente faz
3214 normalmente encerrado o processo de discussão que foi o que aconteceu, não tem mais inscrição. O
3215 que a gente faz? A gente faz a síntese do que foi o debate e elenca as propostas que surgiram. Elas
3216 não podem ser apreciadas, elas só podem ser elencadas, então isso diante do pedido de vistas.
3217 Então, o que você pode fazer agora é levantar todos os registros que a Mesa conseguiu fazer das
3218 propostas que foram surgindo no debate, então mas apenas elencadas e aí o que vem para o
3219 Plenário estas propostas, dão conta do que foi discutido ou tem coisa que não está no elenco de
3220 propostas que eu fiz, só isso nós não podemos deliberar mais nada, a não ser sintetizar o processo...
3221 sistematizar o processo de discussão separando as propostas e aí agregando à proposta da Elaine,
3222 a gente está com dúvida, ainda a gente tem um tempo para encaminhar para à Mesa ou para a
3223 SESA novas propostas para voltar o debate. Mas quando a gente volta ao debate a gente marca o
3224 tempo, vem o parecer do pedido de vista e vem todas as propostas de novo, aí sim nós vamos para
3225 a deliberação. **Joelma (CMP)** mais algum Conselheiro? Néilson. Não, eu só queria fazer uma
3226 observação é o seguinte: eu entendo e acho que é a opinião... todos devem... **Néilson (CRM)**
3227 Conselheiro. Eu acho o seguinte: com o pedido de vista dela e após a discussão que se deu a partir
3228 das apresentações do Doutor Rene e do Doutor Marco Antonio já se deu por encerrado. Com o
3229 pedido de vistas ela vai apresentar um relatório, um parecer na próxima reunião futura, aí sim que se
3230 restabelece o processo de discussão, quem quiser apresentar novas propostas que não foram
3231 formuladas ainda deverá fazer naquela reunião, não hoje. Hoje prevalece o seguinte: quem já falou
3232 tem as suas opiniões, agora não pode porque se apresentar novas propostas depois vai ser objeto
3233 de mais discussão igual à votação e isso não tem mais porque discutir e votar hoje com o pedido de
3234 vista formulado, eu acho que é o Plenário que deve decidir se vai manter ou não. Se com o pedido
3235 de vista pelo segundo o Regimento já interrompeu e aí só podemos restabelecer a discussão na
3236 próxima reunião futura. **Sezifredo (SESA)** Néilson, veja bem: está claro que nós temos propostas
3237 que foram feitas e precisam ser discutidas para que a gente dê a condição final do Projeto de Lei,
3238 essa é a idéia. Essas propostas não podem ficar em sobrestado, quer dizer: os Conselheiros fizeram
3239 as propostas, o pedido de vistas da Irene ele deve ser votado no momento em que nós tivermos a
3240 proposta completa do Projeto, senão mesmo o pedido de vista dela vai ser prejudicado, ela vai levar
3241 para fazer o seu relato sobre uma proposta incompleta segundo a deliberação do Conselho, então
3242 nós precisamos terminar esse processo, nós precisamos ouvir as propostas que os Conselheiros

3243 têm, deliberar essas propostas, se elas vão ser ou não acrescentadas, não, desculpe, eu gostaria que os
3244 Conselheiros se manifestassem porque senão a gente não consegue entender. Então, se nós
3245 tivermos essa proposta acabada e aí sim restando dúvidas, restando justificadamente uma condição
3246 que justifique um pedido de vista, a gente faz. Porque o que ocorre agora nesse momento é o
3247 impedimento na discussão do próprio Projeto de Lei sem oportunidade para quem já fez propostas
3248 ver a sua proposta olhada pelos Conselheiros. **Joelma (CMP)** Sonia. Sonia, não quer falar? Irene.
3249 **Irene (FESSMUC)** olha, com muita tranquilidade, eu não quero aqui, os Conselheiros já me
3250 conhecem, sou Conselheira na segunda gestão, acho que nunca criei uma polêmica neste Conselho,
3251 não é essa a minha intenção, mas quando eu fiz o pedido de vista eu imediatamente pedi à minha
3252 assessoria jurídica que se colocasse. Então, assim: não precisa a gente criar celeuma e debate,
3253 tentar aqui fazer qualquer votação ou qualquer apreciação de matéria que depois vai dar para o
3254 próprio Conselho uma demanda jurídica, porque eu entendo exatamente como o Néelson colocou:
3255 está pedido a vista, quem fez as suas propostas está registrado, está gravado, pessoas que
3256 querem... porque o que está em pauta hoje não é a alteração do Projeto, não tem isso na pauta, é o
3257 Projeto e qualquer mudança no Projeto está suspenso com o meu pedido de vista, então eu entendo
3258 que não precisa a gente ficar aqui neste clima, neste tensionamento, vamos agendar o dia, eu trago
3259 o pedido de vista respondido, com parecer técnico, vou atrás da nossa assessoria jurídica, com
3260 certeza outros segmentos e outras pessoas também vão ajudar a gente vai trazer, compromisso que
3261 eu faço com a responsabilidade de Conselheira de trazer no prazo que este Pleno determinar da
3262 melhor forma possível para daí sim a gente poder discutir qual é o encaminhamento. Obrigada.
3263 **Joelma (CMP)** Vanderli que tinha pedido, não? Um minuto de silêncio gente, por favor! Então, como
3264 diz o nosso Regimento na questão do pedido de vista que é para a próxima reunião daí Irene que
3265 você traga esse pedido de vista, não é regimental... não precisa Jeremias, ok? Então, está encerrada
3266 a reunião, a reunião de hoje a reunião ordinária... a reunião extraordinária foi este ponto de assunto
3267 e até a próxima reunião. Bom retorno a todos os Conselheiros.
3268 O áudio dessa reunião está disponível para consulta na Secretária Executiva do Conselho Estadual
3269 de Saúde do Paraná – CES/PR.